

REUTERS

Público



Metade dos portugueses não considera “adequadas” medidas do Governo

Covid-19 Portugal vai receber 16 milhões de vacinas. Norte transferiu 53 doentes infectados para privados. Pode existir internamento compulsivo
Destaque, 2 a 9

Operador rodoviário admite recrutar motoristas na Venezuela e Cabo Verde para pagar menos

O primeiro-secretário da Autoridade Metropolitana do Porto (AMP), Mário Rui Soares, revelou que um operador rodoviário, concorrente à concessão

de transportes do Porto, “vai buscar imigrantes à Venezuela e Cabo Verde e dar-lhes formação para minorar a falta de mão-de-obra e atenuar a

décalage financeira que se pratica no país relativamente aos custos”. José Manuel Viegas, especialista em Transportes, pede à AMP que crie “condi-

ções para reduzir o *dumping* social”. A este concurso apresentaram-se 40 candidatos, dos quais metade são espanhóis **Economia, 31**

Conselho Europeu Ninguém cede no braço-de-ferro que põe 25 contra dois

Mantém-se o impasse para a aprovação do pacote financeiro de resposta à crise. “Não podemos subestimar a gravidade da situação” **Mundo, 28**

Congresso PCP não fará testes nem medição de temperatura

Partido não conta com recolher obrigatório em Loures. Trabalhos vão decorrer até às 20h nos dois primeiros dias **Política, 14**

Novo livro Cinquenta rostos para um cânone da literatura portuguesa ípsilon

ípsilon



Nova lei Restaurantes podem ser multados por não separar lixo

As alterações ao Regime Geral de Gestão de Resíduos estão em consulta pública até hoje. São 400 páginas de propostas **Local, 22/23**

Opinião Dinheiro público mal gasto

Artigo de Susana Peralta Espaço Público, 13



EUROMILHÕES

A criar excêntricos de um dia para o outro

ESTA SEXTA-FEIRA

130 Super Jackpot MILHÕES

JOGOS SANTA CASA

#Ganhamostodos

JOGOS SANTA CASA

Destaque Covid-19

Estado de emergência deixa de ser mínimo mas vai funcionar

Proposta presidencial prevê diferenciação de medidas por concelho, confinamentos compulsivos e profissionais de saúde agarrados ao SNS

Leonete Botelho

Se há duas semanas o Presidente da República anunciava um estado de emergência mínimo, na renovação agora proposta essa palavra desapareceu do léxico político.

Nem podia: o decreto de renovação do estado de emergência, que vigorará até 8 de Dezembro, aumenta substancialmente o leque de direitos que passam a poder ser limitados pelo Governo. A boa notícia é que as restrições à mobilidade vão funcionar a diferentes velocidades, de acordo com o nível de infecções em cada município. Pior é o aviso de Marcelo: preparem-se, isto vai durar meses.

Confinamentos compulsivos, profissionais de saúde impedidos de abandonar o Serviço Nacional de Saúde, empresas e estabelecimentos sujeitos a mudanças de horário ou até a serem encerrados, dados pessoais menos protegidos e previsão de que pode haver ruptura de medicamentos ou material sanitário são algumas das possibilidades agora explicitadas no decreto de renovação do estado de emergência, mais parecido com o que esteve em vigor na primeira vaga – à excepção do dever de ficar em casa. Isso (ainda?) não: o decreto enviado ao Parlamento na tarde de ontem e que deve ser aprovado hoje, pelo menos por PS e PSD, mantém a previ-

ção de que escolas, comércio e serviços se mantenham a funcionar, ainda que com as restrições que o Governo venha a decidir em cada momento e região, consoante a progressão da pandemia. Novas medidas serão anunciadas amanhã, após novo Conselho de Ministros extraordinário.

Ontem até parecia que tínhamos voltado aos primeiros meses da pandemia. Depois de quatro meses, os políticos voltaram a reunir-se no Infarmed para ouvir os especialistas falar sobre a situação epidemiológica nacional. E o que ouviram não descausa ninguém. O pico da segunda vaga de infecção ainda não chegou – está previsto para as próximas duas semanas – e só nas semanas seguintes se verificará o pico dos óbitos. Manuel Carmo Gomes avisou que podemos chegar a uma centena de mortes por dia nas vésperas do Natal. Como se não bastasse, já se fala de uma possível terceira vaga lá para Fevereiro.

À saída da reunião, Marcelo justificava assim a necessidade de manter o país em estado de emergência: “Os números, a tendência, a pressão sobre os internamentos nos cuidados intensivos apontam para isso”. Pior: avisou que se trata de “um desafio que continua nas semanas e meses subsequentes” e anunciou a “predisposição para subsequentes renovações do estado de emergência” até se “esmagar a curva e ter uma evolução



Marcelo e Costa na reunião de ontem no Infarmed, que não se realizava há quatro meses

positiva”. Não foi tão longe como o primeiro-ministro, António Costa, que já há duas semanas avisara que o estado de emergência podia durar até ao fim da pandemia. Marcelo tentou até trazer alguma luz ao fundo do túnel, quando repetiu o que ouviu sobre a vacinação em Portugal: as vacinas podem começar a chegar em Janeiro, mas a vacinação da população pode demorar meses.

Numa leitura mais fina, o decreto proposto ao Parlamento é muito mais extenso e explicita outras situações em que os direitos pessoais, dos trabalhadores e da iniciativa privada podem vir a ser afectados. É o caso dos confinamentos obrigatórios de infectados, que passam a estar previstos explicitamente, ao contrário do que acontecia no primeiro decreto. “Na medida do estritamente necessário e de forma proporcional, [pode ser decretado] o confinamento compulsivo em estabelecimento de saúde, no domicílio ou, não sendo aí possível, noutra local definido pelas autoridades competentes, de pessoas portadoras do vírus SARS-Cov-2, ou em vigilância activa”, lê-se no elenco das limitações de direitos fundamentais que passam a ser permitidas.

É também aí que se prevê agora a diferenciação de medidas por concelho, “em função do grau de risco de cada município”, que deverão ser “agrupados de acordo com os dados

O especialista Manuel Carmo Gomes avisou que podemos chegar a uma centena de mortes por dia nas vésperas do Natal. E já se fala de uma possível terceira vaga lá para Fevereiro



e avaliação das autoridades competentes”. O decreto prevê também, explicitamente, que pode haver necessidade de tratamento de dados pessoais, por exemplo para proceder à medição de temperatura ou realizar testes de diagnóstico, mas sublinha que não será permitido “guardar memória ou registo das medições de temperatura corporal efectuadas nem dos resultados dos testes de diagnóstico de SARS-Cov-2”. No que diz respeito à iniciativa privada, fica aberta a possibilidade de ser ordenado “o encerramento total ou parcial de estabelecimentos, serviços, empresas ou meios de produção e impostas alterações ao respectivo regime ou horário de funcionamento”.

Antecipando-se a alguma dificuldade na distribuição de medicamentos e produtos sanitários, o decreto retoma uma medida que tinha sido tomada na primeira fase do estado de emergência, entre Março e Maio, e permite ao Governo adoptar medidas especiais para garantir a “normalidade na produção, transporte, distribuição e abastecimento de bens e serviços essenciais à actividade do sector da saúde”. O objectivo é “assegurar o acesso e a regularidade no circuito dos medicamentos e vacinas, dos dispositivos médicos e de outros produtos de saúde, como biocidas, soluções desinfectantes, álcool e equipamentos de protecção individual”.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA



Os números da pandemia

80%

Percentagem das novas infeções que têm origem desconhecida. Uma das ideias que saíram da reunião de ontem do Infarmed entre políticos e técnicos de saúde aponta para o desconhecimento da causa de contágio em novas infeções. O deputado do PSD Ricardo Baptista Leite afirmou que, nas últimas semanas, “80% das novas infeções decorreram sem se compreender como é que estas pessoas se infectaram”. “Somos um barco à vela a navegar às escuras e sem bússola”, lamentou.

1,1

Embora o número de novos casos diários continue a subir, a taxa de transmissibilidade do novo coronavírus está a descer. Foi isso que afirmou Manuel do Carmo Gomes, investigador da Faculdade de Ciências de Lisboa. O especialista disse que há “uma tendência a nível nacional” de descida do índice R, que determina quantas pessoas um infectado pode contagiar. O valor actual do R estará em 1,11 e nos modelos de evolução apresentados no Infarmed, deverá estar em 1 no fim de Novembro e princípio de Dezembro.

11

Há 11 dias consecutivos que o número de doentes em cuidados intensivos está a aumentar. João Gouveia, presidente da Comissão de Acompanhamento da Resposta Nacional em Medicina Intensiva, teme que o sacrifício seja a assistência a “doentes não-covid”. A duas semanas do pico de casos, a taxa de ocupação dos cuidados intensivos dedicados à covid-19 está nos 84%, mas há já unidades de serviço no Norte do país que ultrapassaram a sua capacidade.



7000

Na transição de Novembro para Dezembro, explicou Manuel Carmo Gomes, projecta-se que o número médio de novos casos por dia atinja os 7000. Por isso, defendeu o especialista, é preciso “descer o R significativamente para um nível gerível em termos de entradas hospitalares”. Mesmo que se consiga uma redução do R para 1, a incidência de novos casos por dia pode manter-se em vários milhares, entrando-se “num planalto do qual não é fácil sair”. Hoje, a média diária de novos casos situa-se nos 6488. Baltazar Nunes, outro dos peritos que intervieram, disse que os países europeus que conseguiram baixar o índice de transmissibilidade são os que aplicaram “medidas mais restritivas e apresentam níveis de mobilidade mais baixos”.

14%

O Governo justificou o recolher obrigatório com a percentagem de pessoas que são infectadas em contexto familiar. No entanto, não será bem assim. “Quando ouvimos que 68% das pessoas se teriam infectado em contexto familiar, hoje percebemos que na verdade é uma percentagem muito mais pequena, porque objectivamente não se sabe. E quando não se sabe, não se conseguem tomar medidas assertivas”, considerou Ricardo Baptista Leite. Isto porque os 68% referidos há duas semanas pelo primeiro-ministro dirão respeito ao universo dos casos em que a forma de contágio é conhecida, ou seja, a apenas cerca de 20%. Assim, o contexto familiar é a origem confirmada de apenas cerca de 14% das infeções.

2%

Apenas 2% dos contágios acontecem, comprovadamente, nos restaurantes. Numa altura em que o Governo é pressionado a reduzir as restrições em relação aos restaurantes, o dirigente comunista Jorge Pires revelou que foi divulgado um estudo que mostra que “apenas 2% dos casos de transmissão acontecem nos restaurantes”.

Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage e Liliana Borges



ROLEX



OYSTER PERPETUAL DATEJUST 36

DAVID ROSAS
time experts

Porto • Avenida da Boavista, 1471 | Praça da Liberdade, 50
Algarve • Quinta Shopping, Loja 20
Funchal • Avenida Arriaga, 32
Tel. 226 061 060 • www.davidrosas.com

Destaques Covid-19

Lisboa ainda negocia número de camas

ARS do Norte já transferiu 53 doentes com covid-19 para os hospitais privados

Natália Faria

Na região Norte foram transferidos até agora 53 doentes com covid-19 para hospitais dos sectores privado e social, bem como 98 outros doentes sem covid. Os 13 protocolos que a Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte estabeleceu com hospitais privados e das misericórdias prevêem a transferência de até 100 doentes infectados pelo novo coronavírus e 103 com outras patologias.

“Este número poderá ser alargado em caso de necessidade”, garantiu ao PÚBLICO a ARS/Norte, especificando que, além da Fundação Fernando Pessoa e da Santa Casa da Misericórdia de Póvoa de Lanhoso, assinou convenções para unidades dos grupos Trofa, CUF, Lusíadas e Luz Saúde. Isto sem contar com os acordos assinados na semana passada com várias misericórdias e que “irão permitir contratar mais de 80 mil consultas e 13 mil cirurgias, entre ambulatório e convencionais”.

Anteontem, a ministra da Saúde, Marta Temido, tinha afirmado que em mais nenhuma outra região do país os hospitais privados se disponibilizaram para receber doentes com covid-19. Mas a própria ARS de Lisboa e Vale do Tejo adiantou ontem, questionada pelo PÚBLICO, que está em negociações com os grupos CUF e Luz Saúde para contratação de camas de enfermaria e de cuidados intensivos para doentes com covid-19. Esta ARS está, além disso, a ultimar uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para que uma das unidades de retaguarda possa receber doentes com covid-19.

O hospital do SAMS, por seu turno, acordou a transferência de doentes sem covid, sendo que actualmente já lá estão internados seis doentes transferidos de hospitais públicos. O acordo estabelecido contempla dez camas de enfermaria e duas camas de cuidados intensivos.

Numa altura em que o país continua a bater recordes de novos casos de contágio (os últimos números da DGS dão conta de um novo recorde de 6994 novos casos em 24 horas), a transferência de doentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não vai ficar por aqui. Ainda em Lisboa, a ARS fez um acordo com as Residências Montepio que prevê a transferência de até 20 doentes sem covid que estejam internados e aguardar vaga numa das unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Além disso, e porque cada vez mais hospitais públicos, como o de Santa



A pressão maior foi sentida nos hospitais públicos do Norte. Agora, é em Lisboa

Maria, em Lisboa, estão a suspender as cirurgias não-urgentes para aumentar a capacidade de resposta à covid-19, mimetizando assim as decisões já tomadas anteriormente pelos principais hospitais do Porto, a ARSLVT possui ainda parcerias com as Forças Armadas para o internamento de doentes com covid-19 em várias das unidades que estão sob tutela do Ministério da Defesa.

Ao contrário do que sugeriu Marta Temido, as parcerias do sector público com os privados só não aconteceram mais cedo porque os privados não foram chamados a tal, segundo alegam os grupos detentores de hospitais privados. Ao que o PÚBLICO apurou, enquanto a ARS/Norte, que tem sido a região mais fustigada até agora por esta segunda vaga da pandemia, pediu a colaboração ao sector

privado ainda em Outubro, enquanto em Lisboa esse pedido só terá chegada na quinta-feira passada.

“Mantemos e sempre mantivemos a disponibilidade para ajudar, desde que nos digam quais são as necessidades e, até ao momento, não temos nenhum pedido efectivo, nem a Norte nem a Sul, para tratar doentes com covid-19”, assegurou o gabinete de comunicação do grupo Lusíadas, para cujos hospitais já foram transferidos vários doentes sem covid oriundos de hospitais públicos.

Ao PÚBLICO, o grupo Luz Saúde, que ontem somava 11 doentes do SNS internados nas unidades a Norte (Póvoa de Varzim, Guimarães e Vila Real), garante que se dispôs a alocar até 138 camas para tratamento de doentes com e sem covid um pouco por todo o país. Em Lisboa, a Luz Saúde diz ter 30 camas para tratamento de doentes com covid-19, das quais 22 em enfermaria e oito em cuidados intensivos e intermédios.

O acordo entre as ARS e os privados prevê que o SNS pague por cada doente com covid-19 que seja encaminhado valores entre os 8431 euros, por doentes internados que requeiram ventilação por mais de quatro dias, os 6036 euros, para os que necessitem desse recurso por um período não superior a quatro dias, e 2495 euros para internamentos que dispensem ventilação.

Educação

Açores com 13.300 alunos com ensino à distância

Rui Pedro Paiva

Nos Açores, 25 escolas estão encerradas devido à covid-19: 24 em São Miguel e uma na Terceira. Com as regras em vigor na região, um estabelecimento de ensino é encerrado quando detectado um caso positivo. Assim, 13.300 alunos, de todos os ciclos de ensino, estão a ter aulas à distância. Ao PÚBLICO, o director regional da Educação rejeita que os alunos estejam a ser prejudicados.

Um “ensino à distância bem organizado e bem estruturado pode desenvolver competências nas crianças que estas não tinham” – como o caso da “criatividade” e da “autonomia”, diz Rodrigo Reis. Para os alunos do pré-escolar, o recurso utilizado é a telescola, que na região tem conteúdos diferentes dos do continente, produzidos pela RTP-Açores. “A escolas e os professores tudo fazem para assegurar a educação.”

O critério de encerrar uma escola a partir do momento em que seja detectado um caso positivo entrou em vigor a 16 de Novembro e irá prolongar-se até 2 de Dezembro. Ao PÚBLICO, fonte oficial da secretaria regional da Saúde remeteu a decisão para a resolução do conselho do governo regional de 13 de Novembro que determina “o encerramento dos estabelecimentos dos três ciclos de ensino básico, bem como do secundário, sejam públicos ou privados, onde estejam identificados casos positivos”. O mesmo se aplica aos ATL e centros de desenvolvimento e inclusão juvenil.

Rodrigo Reis assegura que a tutela levou a cabo, durante o Verão, um reforço de “computadores” e “hotspots”. “Neste momento, não tenho grandes queixas”, diz. Mas o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores discorda. Segundo o presidente, Ricardo Jorge Baptista, “devia ter havido um investimento maior ao nível de materiais e de equipamentos”. Critica também a ausência de uma “avaliação global” sobre a experiência do ensino à distância no arquipélago durante a primeira vaga.

“No continente, houve reforço de recursos humanos. Aqui fizemos o contrário”, acrescenta o sindicalista. E exemplifica: “Reduzimos o número de professores, transformámos horários completos em incompletos e temos carência de professores com habilitação profissional para a docência.”

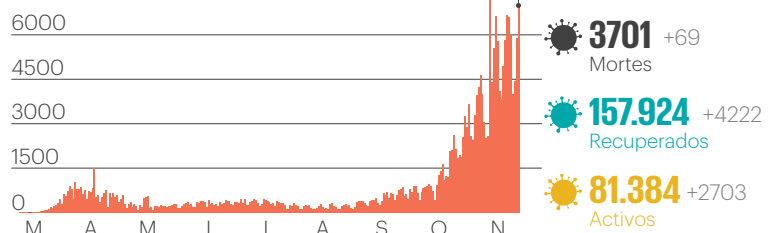
6

O Hospital do SAMS, que em Março tinha fechado por causa da pandemia, recebeu agora seis doentes com covid-19

Situação em Portugal

Em 19 de Novembro às 17h00

NOVOS CASOS DIÁRIOS



Fonte: DGS

PÚBLICO



THE

TOURING
HÍBRIDO PLUG-IN

5

O MUNDO MUDA E O PRAZER
DE CONDUÇÃO EVOLUI.

NOVO BMW SÉRIE 5 TOURING HÍBRIDO PLUG-IN
POR 49.000€ + IVA*.

#joyelectrified by 

*Campanha exclusiva para empresas, válida para todo o território nacional. IVA à taxa legal em vigor.
Consumo de combustível combinado de 1,5 a 1,9 l/100 km. Emissões de CO₂ combinadas de 35 a 43 g/km.

Destaques Covid-19

Estudo da Escola Nacional de Saúde Pública

Metade dos portugueses não considera as medidas “adequadas”

Ana Maia

Os portugueses estão menos confiantes na capacidade de resposta dos serviços de saúde, quer se trate de covid quer noutras doenças, e são também cada vez mais aqueles que consideram que as medidas implementadas pelo Governo são pouco ou nada adequadas para combater a covid-19, mostrou um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública. Segundo a avaliação à percepção dos portugueses ao longo dos nove meses de pandemia, houve uma ligeira adequação dos comportamentos, mas mesmo assim ainda há 35% que não usaram sempre máscara quando estiveram com um grupo de mais de dez pessoas.

Os dados do estudo *Barómetro Covid-19 Opinião Social*, que inquiriu 182.581 pessoas desde Março – os inquéritos são feitos quinzenalmente –, foram apresentados ontem na reunião que juntou investigadores e políticos. E desde o início da pandemia que a percepção dos portugueses sobre a adequação das medidas tomadas pelo Governo de combate à pandemia está a piorar. Se no final de Março apenas cerca de 25% consideravam que as medidas eram pouco ou nada adequadas, agora são 50% os que têm esta opinião. A percentagem mais alta registada até ao momento.

Também cresceu ao longo da pandemia o número de pessoas menos confiantes na capacidade de resposta dos serviços de saúde. No caso da resposta à covid-19, a percentagem dos pouco ou nada confiantes está em 40%. O nível de confiança também



Confiança nas decisões de António Costa está a diminuir

piorou ao longo destes últimos quatro meses (este indicador começou a ser avaliado na quinzena que começou a 25 de Julho) no que diz respeito à resposta a doentes sem covid. Está perto dos 70%, quando na primeira avaliação não chegava a 40%.

Ainda em relação ao acesso à saúde, nas últimas duas semanas 20% das pessoas que disseram necessitar de uma consulta não a tiveram porque decidiram não ir ou foi desmarcada. Há ainda perto de 40% de pessoas que evitaram marcar ou adiaram

cuidados de saúde não-urgentes por receio de contrair covid. Também é grande o impacto na saúde mental, com mais de 20% a dizerem que se sentem agitados, tristes ou ansiosos todos os dias ou quase todos os dias.

Para Carla Nunes, directora da Escola Nacional de Saúde Pública, a percepção sobre as medidas tomadas pelo Governo e a da incapacidade dos serviços de saúde estão interligadas. “O sentimento é que se não conseguem ir ao médico é porque o Governo não está a decidir bem. São coisas que estão muito relacionadas. O sentimento de que estão a tirar um bem essencial é algo muito forte”, refere a

responsável, que apresentou os dados na reunião no Infarmed.

Mas existem outros factores que pesam na percepção em relação ao Governo. Fala de “um cansaço” provocado pelas mudanças constantes que a pandemia impõe. “As pessoas estão cansadas com a mudança de regras e é preciso ser claro que uma regra que sai amanhã é grande a probabilidade que não se mantenha por muito tempo”, diz, salientando ainda o efeito do impacto directo das medidas tomadas. O desencanto com as decisões governamentais, refere, “não é um fenómeno nacional”. “Vemos noutros países manifestações

e greves a acontecerem.”

Carla Nunes dá uma nota positiva em relação aos dados. “Há uma ligeira adequação dos comportamentos, seja por opção ou por medidas que foram tomadas. Há algo positivo. Só não sei se será o suficiente para os números de incidência que temos”, diz. Pela primeira vez a percentagem daqueles que disseram nunca sair de casa sem ser para ir trabalhar (últimas duas semanas) chegou perto dos 10%. Contudo, 35% disseram fazê-lo todos os dias ou quase todos os dias e apenas 25% disse ter mantido sempre a distância de dois metros de outras pessoas quando saiu de casa.

Quanto ao uso de máscara, aumentou a percentagem dos que disseram usá-la sempre que saiu de casa e esteve com outras pessoas. Mas ainda há mais de 20% que não o fazem sempre. Também importante é o número de pessoas que disse não usou sempre máscara quando esteve com um grupo de dez ou mais pessoas: foram mais de 35%.

O barómetro avaliou ainda o nível de confiança em relação às vacinas que estão a ser desenvolvidas contra a covid e a disponibilidade de as tomarem. Os muito e os nada confiantes são cerca de 10% cada. Os restantes dividem-se entre confiantes e pouco confiantes. Já quando à disponibilidade para tomar a vacina logo que possível, 25% afirmam estar nesta condição. E menos de 10% dizem nunca.

Carla Nunes considera “razoável” a percentagem de pessoas que dizem estar logo disponíveis para ser vacinadas, tendo em conta que os processos de aprovação ainda não estão concluídos.

Taxas de incidência

No Norte, há um abrandamento do crescimento da pandemia, mas não chega

Alexandra Campos

Há boas e más notícias para a região norte do país, a que tem sido mais fustigada pela pandemia de covid-19. Há um abrandamento do crescimento da incidência nas duas últimas semanas, mas o número de novos casos ainda é quase sete vezes superior ao registado em Abril, avisa Óscar Felgueiras, matemático e professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Os mapas desta região que o especialista exibiu ontem na reunião do

Infarmed em Lisboa – e em que vários peritos estão a analisar a evolução da situação epidemiológica da covid-19 em Portugal – evidencia o crescimento da incidência entre o início de Setembro e os últimos dias na forma de uma mancha que se foi alastrando pelos vários concelhos da região. Mas, se há alguns em que a incidência já está a descer, há outros em que está a crescer.

O resultado é que, na região em geral, a incidência continua a ser “sete vezes superior à registada em Abril” e, no caso dos idosos, é actualmente mais do dobro do pico observado na primeira vaga, especificou.

Considerando as faixas etárias, é nas crianças que se verifica o maior crescimento (32%), nos idosos com mais de 80 anos (26%), mas também nos adolescentes (24%).

Óscar Felgueiras já tinha destacado ao PÚBLICO esta semana que se notava um abrandamento do crescimento da pandemia no Norte, que poderá ser consequência da “alteração gradual de comportamentos” desde meados de Outubro, mas defendeu que isto não chega.

“Não foi um travão a fundo. Estamos num patamar de incidência elevadíssimo que põe o sistema hospitalar sob pressão enorme. Isto



Infecções estão a aumentar entre os jovens

tem mesmo de baixar”, enfatizou.

“Se estivéssemos num patamar de incidência semelhante ao de Lisboa e Vale do Tejo, poderíamos aguardar que descesse, mas no Norte não podemos dar-nos a esse luxo”, acrescentou.

Na última actualização dos novos casos a 14 dias por 100 mil habitantes feita pelo Centro Europeu de Controlo e Prevenção de Doenças (ECDC), o Norte era, aliás, a única região da Península Ibérica com uma incidência cumulativa superior a 960, o novo patamar de risco máximo criado pelo ECDC há uma semana (antes era de 240).

Member of
**Dow Jones
Sustainability Indices**
Powered by the S&P Global CSA



UM MUNDO MAIS VERDE COMEÇA NAS PESSOAS

13 anos consecutivos no topo das empresas
mais sustentáveis do mundo

A EDP é a empresa portuguesa que há mais anos integra os Índices Dow Jones de Sustentabilidade.
O reconhecimento natural de quem está no caminho certo para um planeta mais sustentável
que queremos preservar para as próximas gerações.
Porque o futuro da humanidade depende cada vez mais do que fizemos agora.

in @ ▶
EDP.COM

Destaque Covid-19**Em Agosto, tinham sido anunciados 6,9 milhões**

Portugal, afinal, vai ter direito a 16 milhões de doses de vacinas. E número ainda pode crescer

Clara Barata

Não serão 6,9 milhões de doses de vacinas para a covid-19, mas afinal 16 milhões que Portugal receberá durante o ano de 2021. O presidente do Infarmed, Rui Ivo, explicou ontem durante a reunião do Infarmed a forma faseada, a três tempos, como essas vacinas chegarão a Portugal. O PÚBLICO confirmou com o Infarmed que o número total ascende a 16 milhões e que se trata de vacinas adquiridas através da Comissão Europeia. Estes números irão sendo actualizados, à medida que a União Europeia formalizar novos contratos com farmacêuticas, explicou ainda Hugo Grilo, assessor de imprensa da agência portuguesa que regula os medicamentos. Ao fim do dia, o primeiro-ministro anunciou que o país está preparado para comprar 16 milhões.

Esta quantidade é mais do dobro das 6,9 milhões de doses anunciadas em Agosto, quando a União Europeia só tinha formalizado ainda um acordo prévio de aquisição de vacinas, com a Astra-Zeneca – a base da estratégia da UE para acelerar o trabalho das empresas de biotecnologia que estão a desenvolver vacinas em tempo-recorde contra o novo coronavírus e, ao mesmo tempo, negociar a compra centralizada, a melhor preço, de imunização para a covid-19 que chegue para todos os europeus.

Os 16 milhões de doses de vacinas – que permitirão vacinar 8 milhões de portugueses no pressuposto de que a maior parte das vacinas implica a toma de duas doses – não incluem ainda as 405 milhões de doses que a UE se comprometeu a adquirir à empresa de biotecnologia alemã CureVAC no dia 12. É o quinto destes contratos formalizados pela UE. Mas só as vacinas que forem aprovadas pela Agência Europeia do Medicamento serão de facto adquiridas e distribuídas pelos Vinte e Sete, entre os quais Portugal. Enquanto isso não acontece, a UE apalavrou a aquisição de pelo menos 1,4 mil milhões de doses – com a possibilidade de comprar mais 400 milhões. Isso não quer dizer que compre essa quantidade toda, ainda não se conhecem sequer os resultados dos ensaios clínicos – apenas os comunicados de imprensa sobre resultados preliminares.

A UE a funcionar bem

“Este é um bom exemplo de como a União Europeia pode funcionar bem. Está a fazer contratos de gestão de risco com cada uma das empresas que está a desenvolver vacinas com

**Comissão Europeia apostou em vacinas de seis laboratórios diferentes****Marcelo e “todos os interessados”**

O Governo nomeou esta semana a comissão técnica que vai decidir, entre outras coisas, quem deve ou não ser considerado prioritário para a toma de vacina da covid-19, mas o Presidente da República deixou ontem clara a sua posição: deve haver vacina disponível para todos os portugueses que a queiram tomar. “A janela de esperança que é aberta pelas novas vacinas só se poderá começar a concretizar, se tudo correr como previsto, a partir de Janeiro de 2021 e a vacinação de todos os interessados levará necessariamente vários meses”, escreveu Marcelo Rebelo de Sousa no decreto de renovação do estado de emergência. O primeiro-ministro revelou ontem que a Agência Europeia do Medicamento deverá conceder as primeiras autorizações condicionais para as vacinas em Dezembro.

405**A UE comprometeu-se a adquirir à empresa de biotecnologia alemã CureVAC, no dia 12, 405 milhões de doses****1,4****A UE apalavrou a aquisição de, pelo menos, 1,4 mil milhões de doses****8****Portugal poderá vacinar 80% da sua população, se as vacinas forem de duas tomas**

potencial de chegar ao mercado”, diz Helder Mota Filipe, professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

O problema seguinte, e que mais preocupa Mota Filipe, tem a ver com a capacidade logística portuguesa para distribuir e fazer chegar a todos os cidadãos as vacinas da covid-19. “Isso é da responsabilidade de cada país. Há uma que precisa de refrigeração a muito baixas temperaturas, e é preciso garantir que todo o país tem uma rede que garanta o frio, senão a vacina não poderá ser usada”, afirma. “Há arcas congeladoras que atingem temperaturas de 80 graus Celsius negativos em determinados hospitais, alguns centros de investigação, mas não existem em todos os centros de saúde”, exemplifica. “É preciso não só que existam, mas que tenham espaço para armazenar a quantidade de vacinas que aí vem”, avisa.

Face aos anúncios dos políticos de que as vacinas podem começar a chegar no início do ano, Mota Filipe duvida. “Não estou a ver, se calhar está no segredo dos deuses e há uma comissão qualquer que está a conceber tudo. Mas nenhum político pode garantir neste momento que já devemos ter vacinas em Janeiro, porque há ainda muitas interrogações, muitos ‘ses’”, afirma. “Se todos os dados dos ensaios clínicos das vacinas esti-

verem bem, se não houver dúvidas dos avaliadores, etc.. Como é que em meados de Novembro podemos garantir que até Janeiro conseguimos tudo para pôr a circular a vacina e fazê-la chegar aos grupos de risco?”

As unidades de ultrafrio, por exemplo, são caras, mas isso nem sequer é o mais complicado. “O mais importante é isto: vai haver uma enorme procura a nível mundial, e o que eu temo é que mais uma vez, como aconteceu com os ventiladores e com as máscaras, no momento em que Portugal precisar de contactar os fornecedores destes equipamentos, nos digam: ‘Não, não temos, porque tudo o que tínhamos já foi comprado’. Estamos a aprender pouco com os nossos erros...”, lamenta.

Não devemos também esperar que o número de vacinas agora prometido seja algo escrito na pedra, que não pode mudar. “É preciso confirmar que são seguras – não por haver falta de qualidade no processo, mas porque às vezes o desfecho final da investigação não é positivo. E, dentro das que tiveram a segurança necessária, pode haver umas mais eficazes do que outras, umas que conferem uma imunização mais prolongada do que outra, ou umas mais exigentes em termos de manuseamento do que outras”, sublinha Miguel Castanho, do Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa.

“Além disso, há vacinas com princípios de funcionamento bastante diferentes, há pelo menos três – o que nos dá a possibilidade teórica de fazer uma estratégia de vacinação mais complexa, usando mais do que um tipo de vacina”, diz. Por exemplo, recorrer a uma primeira vacina baseada em anticorpos, que dá uma protecção muito rápida e “optar por um segundo período de vacinação, com uma outra vacina, que dê uma imunidade a mais longo prazo”.

É verdade que isto não poderá fazer-se neste primeiro ano, nos primeiros tempos em que há pressa em travar a circulação do novo coronavírus entre os seres humanos, mas é preciso pensar nisto como estratégia de vacinação, diz Miguel Castanho. “Não é como comprar um carro e a pessoa vai lá e escolhe, é aquele e pronto. Pode-se verificar que uma vacina é mais adequada para um grupo etário, ou para outro subgrupo populacional. Alguém terá de analisar as várias opções disponíveis e avaliar qual a melhor para cada circunstância. Um país poderá até comprar dois ou três tipos diferentes de vacinas, combinar uma com outra”, para obter maior eficácia.

Muitas regiões não se prepararam

Itália sofre os efeitos da segunda vaga, que agora chegou ao Sul mais pobre

Maria João Guimarães

A Itália foi o país ocidental que primeiro sofreu com a chegada do coronavírus que provoca a covid-19, que então se concentrou na zona do Norte mais rico. Durante o mês de Setembro, o país estava a ser visto como um caso de relativo sucesso – mas isso mudou radicalmente e os números de infecções batem recordes todos os dias e, pior, o número de mortos diários aproximava-se dos registados no início de Abril: ontem, foram registados 36.176 novos casos e 653 mortes.

Nesta segunda vaga morreram já mais de 9000 pessoas de covid-19, enquanto em Março e Abril houve 28 mil mortes (o número real terá sido maior porque muitas pessoas que morreram fora dos hospitais não chegaram a ser testadas). O país tem neste momento em vigor um sistema de semáforo com base em vários critérios que determinam medidas em cada região, e medidas de restrição como recolher obrigatório à noite.

O principal problema é que se a primeira vaga chegou de surpresa e mesmo o sistema do Norte do país não lhe conseguiu responder, a força da segunda vaga foi maior do que as previsões mais pessimistas e atingiu também as zonas mais pobres.

Em Nápoles, os hospitais estão tão cheios que há doentes a ser tratados em filas de automóveis – até a receber oxigénio ou medicação

dada com soro intravenoso. Relatórios internos dizem que muitas regiões não se prepararam para uma segunda vaga. Perto de uma igreja num bairro do centro, uma série de pessoas esperava em fila para fazer testes pagos com verbas angariadas por vizinhos, uma farmácia do bairro e alguns médicos – pessoas com sintomas, mas que não conseguiram fazer o teste nos serviços de saúde públicos, conta o correspondente do diário espanhol *El País*.

Um artigo do *British Medical Journal* diz que em algumas regiões do Sul há pessoas a esperar em filas durante dez a 12 horas para serem testadas e em Nápoles temia-se a ruptura de *stock* de garrafas de oxigénio (6000) e farmácias avisavam já para o perigo das que começavam a aparecer no mercado negro.

O Governo deu ordens às 20 regiões para duplicarem o número

Alguns doentes recebem oxigénio dentro dos seus automóveis fora de um hospital de Nápoles. Na segunda vaga morreram já 9000 pessoas



A covid-19 chegou a Nápoles e a situação é grave

de camas nas unidades de cuidados intensivos. Mas na Calábria, por exemplo, há apenas mais seis camas, num total de 152. Em todo o país, há mais de 3600 pessoas internadas nas unidades de cuidados intensivos.

Faltam especialistas

Mesmo que houvesse mais camas, o problema é que não há especialistas suficientes, especialmente de enfermagem em cuidados intensivos. “Há mais camas e ventiladores, mas o número de pessoal mantém-se mais ou menos o mesmo”, disse Giovanni Leoni, o vice-presidente da Ordem dos Médicos, citado pelo jornal britânico *The Guardian*.

Muitos médicos, diz o *The Guardian*, decidiram deixar a profissão ou pedir reforma antecipada depois do trauma da primeira vaga na Primavera, em que tiveram por vezes de escolher quem recebia ventilação, e quem iria ser deixado sem tratamento, e morrer, por não haver capacidade para tratar todos os que precisavam.

Outro problema é que os médicos estão a ser atacados em várias frentes: porque são vistos como potenciais transmissores do vírus, por serem vistos como estando por trás das medidas restritivas impostas para travar a pandemia, ou mesmo por estarem a ser processados por familiares das vítimas.

“Passámos de ser tratados como heróis para sermos os portadores da praga”, disse Giacomo Grasselli, director da unidade de cuidados intensivos do Hospital Policlínico de Milão. “Agora somos vistos como os responsáveis pelas medidas de restrição, por tirarmos a liberdade às pessoas, e pelas consequências económicas.” Grasselli diz mesmo que, “paradoxalmente, é mais difícil trabalhar agora do que em Março ou Abril”. Há quem ouça os avisos de que se a taxa de incidência não baixa não vai haver camas para todos e “depois vá para a televisão dizer que estamos a aterrorizar as pessoas e que é um exagero”. Isto leva “outras pessoas a ter dificuldade em perceber e serem menos tolerantes em relação aos profissionais de saúde”.

Virologistas como a conceituada Ilaria Capua, da Universidade da Florida (EUA), mencionaram ontem que há sinais de alguns efeitos das medidas de restrição adoptadas, “mas é preciso esperar para esta tendência estabilizar e começar, de seguida, a diminuir”, sublinhou, alertando que o vírus “avança depressa”.



O PDR2020 APOIA OS JOVENS AGRICULTORES

Submeta a sua candidatura ao prémio, com investimento associado

De 20 de novembro de 2020 a 20 de janeiro de 2021

Operação 3.1.1 “Jovens Agricultores” e Operação 3.1.2 “Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola” | Territórios de Baixa Densidade

Estão também abertas as candidaturas à Operação 7.8.3 “Conservação e Melhoramento de Recursos Genéticos Animais”

De 16 de novembro a 30 de dezembro de 2020

Saiba mais em [PDR-2020.pt](https://pdr-2020.pt) ou contacte a sua Direção Regional

Cofinanciado por:

PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais

Espaço público

O Orçamento de novo entre o rigor e o populismo

Editorial



Manuel Carvalho



O que falta discutir, votar e ceder no Orçamento vai-nos dizer muito sobre os vícios velhos e as novas bases em que o país se poderá reerguer

Avalanche de más notícias sobre a pandemia, a catadupa de inconsistências do Governo ou o sobressalto político causado pela porta aberta ao Chega no governo dos Açores estão a desviar as atenções de um momento que vai definir muito do que será o futuro próximo do país: a aprovação do Orçamento. É bom que prestemos atenção. No palco do Orçamento joga-se muito mais do que números ou ideias contra a crise: joga-se o risco da turbulência política causada pelo desgaste da base parlamentar que sustenta o Governo; joga-se a dimensão de uma dívida já de si descomunal; e joga-se também a energia e confiança que sobrar de uma população exausta com meses de pandemia.

O grande combate sobre o Orçamento começou a travar-se nas negociações que culminaram na sua aprovação na generalidade.

Sustenta-se na velha discussão entre a vontade e o realismo, entre o desejo e a razão, entre o rigor e o populismo demagógico. Discutir se o país deve gastar sem travão ou se deve gastar apenas o que pode para actuar “nas franjas” do problema, como pediu o governador do Banco de Portugal e recomenda a Comissão Europeia, não põe à prova apenas legítimas ideias sobre política, implica também a revisitação do passado recente e as lições que dele obtivemos. É por isso que vemos Mariana Mortágua a criticar “a mesmíssima matriz ideológica que sustentou as políticas de austeridade e as ‘reformas estruturais’”. Para a esquerda mais radical, os negócios públicos são fáceis e simples. A mitologia em torno da ideia de que as contas dos Estados dependem apenas da vontade e desejo de quem os governa explica boa parte da história que condenou Portugal a vegetar na mediocridade económica.

O Governo fez a sua opção: Portugal está entre os Estados que menos gastam no combate à pandemia e o que gasta tem sempre um limite temporal. A escolha tem custos: o dinheiro não chega para suprir todas as carências nem para colmatar todas as dificuldades. Com a opção do Bloco, ou do PCP, haveria dinheiro a rodos para pagar todas as perdas e calar todas as reivindicações, mas dentro de um ano Portugal arriscava-se de novo a enfrentar o espectro de uma crise de pagamentos.

Como em quase tudo na política, a virtude está sempre algures entre os extremos. Se acreditar que há meios para responder a todos os problemas é um delírio demagógico, segurar as “franjas” dos que se arriscam a sofrer e perder mais com a crise é um dever. O que falta discutir, votar e ceder no Orçamento vai-nos dizer muito sobre os vícios velhos e as novas bases em que o país se poderá reerguer.

CARTAS AO DIRECTOR

As magistradas virologistas

Fiquei estupefacto com o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que classificou a quarentena de turistas nos Açores como detenção ilegal.

Entenderam as magistradas verter no acórdão considerações técnico-científicas sobre os testes PCR que nada têm a ver com a matéria de Direito em apreço, tendo para tal recorrido a assessoria técnica (“o julgador terá de se socorrer do saber dos peritos na matéria”). No entanto, essa assessoria limitou-se à citação de duas publicações de duas páginas cada uma, classificadas pelas juízas como “abrangentes estudos realizados por alguns dos maiores especialistas europeus e mundiais na matéria”.

Ora, nenhuma das publicações citadas são abrangentes estudos, nem os autores são especialistas na matéria.

A primeira é uma carta ao director da revista *Clinical Infectious Diseases*, e o autor é

Didier Raoult, da Universidade de Marselha, um investigador que está com um processo disciplinar da Ordem dos Médicos francesa na sequência de uma queixa colectiva de 500 membros da Sociedade Francesa de Doenças Infecciosas. O processo disciplinar prende-se com falsificação de resultados sobre estudos relativos à hidroxicloroquina.

A segunda publicação citada é um comentário que reflecte a opinião de três investigadores russos a trabalhar no Reino Unido, em que a autora principal é uma cardiologista. O que pretenderam as juízas com este acórdão, no que respeita à sua desapropriada vertente científica, é algo que o Conselho Superior da Magistratura devia apurar.

Pedro Abreu,
Lisboa

Ainda o caso do crime no aeroporto

Li ontem no PÚBLICO um magnífico artigo de Rui Tavares sobre a barbárie que inspector ou

inspectores do SEF praticaram sobre um pobre imigrante cujo único crime fora o de tentar entrar no nosso país.

O homem em questão foi amordaçado e algemado enquanto os seus algozes se entretinham, com requintes de malvadez, a socar e pontapear aquele ser humano, não atendendo aos seus gritos e pedidos de socorro. Foram implacáveis e deixaram o desgraçado inanimado durante quase três dias, envolto nas suas fezes e urina. Trata-se de um caso de tenebrosa malvadez praticada por “monstros” que devem ser severamente castigados pela justiça, tanto mais que o pobre acabou por morrer sem qualquer socorro. Pior do que isto, os sequazes, quando perceberam que o infeliz estava à beira da morte, tentaram ainda ocultar o crime, o que, felizmente, já não conseguiram.

Ainda segundo aquilo que se apurou, vários vigilantes e inspectores passaram pelo local, não tendo socorrido o cidadão estrangeiro e nem sequer

alertaram alguém que viesse pôr fim ao sofrimento da vítima. Para culminar toda esta tragédia, a directora do serviço afirmou que não se demitiria. E o mais espantoso é que ainda ninguém a demitiu. A comunicação social tem o dever de continuar a insistir para que o caso não caia no esquecimento, como tantas vezes acontece. Só assim conseguiremos minorar a vergonha que caiu sobre o país.

É urgente que a justiça actue com a maior celeridade e mão pesada para punir um crime que ninguém pensava ter sido possível no nosso país.

Fernando Emílio Raposo
de Magalhães, Lisboa

Professores convidados

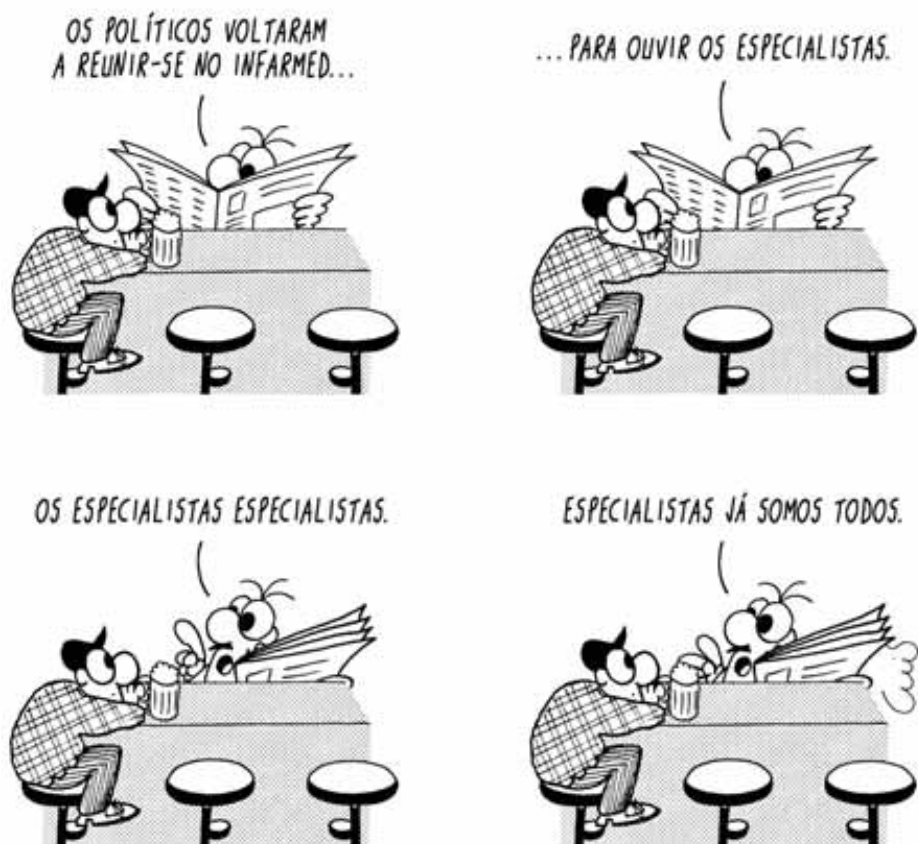
A notícia sobre a redução salarial aplicada por uma faculdade pública aos professores convidados [PÚBLICO de ontem] evidencia o modo escandaloso como esses professores são encarados e tratados. Em qualquer universidade do

mundo, um professor convidado é uma pessoa que se recomenda pelo valor científico e pedagógico, sendo pago normalmente acima do que auferem os professores “da casa”.

Em Portugal, professores convidados são tratados como docentes “de segunda”, utilizados (é o termo) para suprir os vazios abertos pela gestão das carreiras e pela multiplicação dos cursos. Tal como outrora muitas aulas eram garantidas por assistentes, amiúde recém-formados, hoje estão atribuídas a professores convidados, muitas vezes doutorados e, não raro, dotados de competências diferenciadas. Sobre esta casta inferior, os órgãos de gestão das faculdades actuam de modo unilateral, manipulando salários, horários e serviços atribuídos. É bom que isso acabe – porventura acabando os “convites” e preenchendo as vagas que existem com os adequados concursos.

António Monteiro Fernandes,
Lisboa

BARTOON LUÍS AFONSO



ESCRITO NA PEDRA

“Quanto mais grave é uma doença, maior tem de ser a esperança. Porque a função da esperança é preencher o que nos falta” Vergílio Ferreira



A FRASE

“Se já era urgente termos uma ‘bazuca’ para respondermos à primeira vaga da pandemia, com esta segunda vaga essa urgência só aumentou” António Costa (sobre ajuda europeia)

ONÚMERO

103,5

Em Outubro, havia 403,6 mil pessoas sem trabalho inscritas no IIEFP. Face a Outubro de 2019, há mais 103,5 mil desempregados

NESTE DIA 20 DE NOVEMBRO

1888 William Bundy, joalheiro, inventa o primeiro relógio de ponto **1910** Morre, com 82 anos, o escritor russo Leon Tolstói **1945** Começa o julgamento de 24 dirigentes nazis, acusados de crimes de guerra contra a humanidade, no Tribunal de Nuremberga **1959** A Assembleia Geral da ONU adopta o texto da Declaração sobre os Direitos da Criança **1963** É inaugurado o serviço telefónico automático entre Lisboa e Porto **1975** Morre o ditador espanhol Francisco Franco **1992** Xanana Gusmão é detido em Díli, pela polícia do regime de Jacarta **2005** Euromilhões: sai o primeiro bilhete vencedor em Portugal, registado em Moreira de Cónegos

Lil' monkeys lusos

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Sendo admirável que tantos jovens falem fluentemente inglês, é pena que a pronúncia seja tão americana. Nos Estados Unidos da América são tantas as pronúncias encantadoras que é impossível preferir só uma. O horror é quando chega às nossas bocas, onde a língua se arrasta e enrola como se estivéssemos a fazer pouco dos americanos.

Em 2020 a pronúncia portuguesa da língua inglesa parece uma declaração de ódio à pronúncia americana. É um ódio acústico que não deve corresponder a qualquer inimizade – e por isso mesmo é mais aberrante.

Quem diria que seria a Internet a ensinar os portugueses a falar inglês? E, para mais, em curtos videoclipes, que tanto contribuem para o aprofundamento cultural que se quer.

Noto também, nas versões portuguesas, as inflexões trocistas e sarcásticas em que os americanos são especialistas. Só que os portugueses obviamente não conseguem copiar as subtilidades, as modulações e os distanciamentos sociais do grande multiverso dos EUA e o resultado é uma apropriação grosseira que parece reduzir-se, mais uma vez, a grunhidos armados em bons – quase um macaquear expedito.

É pena que os franceses, italianos e restantes europeus estejam tão fracamente representados na Internet. É altura de tornar obrigatória a aprendizagem do francês e do italiano nas escolas (e posteriormente do castelhano e alemão), para ver se os jovens portugueses ganham mais mundo, mais referências, mais escolhas, mais alegria de viver.

Os franceses, italianos, gregos e espanhóis sabem viver. Os portugueses ainda vão sabendo, mas essa graça e esse jeito perdem-se com facilidade e levam gerações inteiras a recuperar.

Não é macaqueando o à-vontade passivo-agressivo e conscientemente *fake* dos americanos que vamos lá.

P

publico.pt



Lisboa
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

publico@publico.pt

DIRECTOR
Manuel Carvalho
Directores adjuntos
Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos

Editoras executivas Andreia Sanches, Helena Pereira **Editor de fecho** José J. Mateus **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Mariana Adam, Patrícia Jesus, Pedro Rios, Ivo Neto, Pedro Esteves (editores), Cláudia Carvalho Silva, Filipa Almeida Mendes, Inês Chaíça, Miguel Dantas, Aline Flor, Ruben Martins (áudio); Carolina Pescada, Teresa Abecasis, Teresa Pacheco Miranda, Vera Moutinho (vídeo); Ricardo Sampaio (responsável técnico); Pedro Guerreiro (editor de redes sociais), Patrícia Campos, Lucas Freitas; Rui Barros (jornalista de dados) **Política** Sónia Sapage, Álvaro Vieira (editores), São José Almeida (redactora principal), Leonete Botelho, Luciano Alvarez (grandes repórteres), Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria João Lopes, Maria Lopes, Marta Moitinho Oliveira, Nuno Ribeiro, Sofia Rodrigues **Mundo** Ana Gomes Ferreira, António Rodrigues (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Saraiva Lima, Clara Barata, João Ruela Ribeiro, Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Rita Ferreira, Pedro Sales Dias (editores), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Joana Gorrão Henriques, Mariana Oliveira, Natália Faria, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Abel Coentrão, Cristiana Moreira, João Pedro Pincha, Mariana Correia Pinto **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Luísa Pinto, Pedro Crisóstomo, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Andrea Cunha Freitas, Teresa Serafim **Tecnologia** Karla Pequeno **Cultura/Ipsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Vasco Câmara (editor Ipsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco (redactor principal), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mário Lopes, Vítor Belanciano **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro **P3** Amanda Ribeiro, Ana Maria Henriques, Renata Monteiro, Mariana Durães **Projectos Editoriais** João Pedro Pereira (editor), João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Ana Fidalgo, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva, Sofia Espadinha Martins, Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Dinis Correia (coordenador), David Mano, Filipe Ribeiro, Gabriel Sousa, Miguel Cabral **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, José Alves **Marketing Editorial** Joana Villas (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Centro de Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.

Presidente Ângelo Paupério

Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **Recursos Humanos** Maria José Palmeirim **Direção Comercial** Mafalda Campos Forte **Direção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Tiago Senna **Análise de Dados** Elisabeth Fernandes **Inovação Digital** Guida Marques Pinto

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €4.050.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distribuidora de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Outubro **23.535 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS

Linha azul
808 200 095
(dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas
assinaturas@publico.pt



Espaço público

Vem aí novo estado de emergência...

Escrever
Direito



Francisco Teixeira da Mota

A situação que vivemos é, todos sabemos, muito complexa e difícil. O sentimento de insegurança quanto ao presente e, sobretudo, quanto ao futuro vai-se alastrando entre nós. Com a pandemia, perdemos, em grande parte, a habitual capacidade de prevermos e controlarmos o nosso futuro. Pára uma cada vez mais densa nuvem de incerteza sobre quaisquer planos ou compromissos a curto ou a médio prazo que, por exemplo, impliquem deslocações. Estamos a um mês do Natal, mas, para além de o podermos passar em nossa casa, num confinamento mais ou menos voluntário, não é possível planear qualquer viagem para passar esse período festivo fora da localidade em que vivemos. Ninguém sabe o que o vírus ou as autoridades nos deixarão fazer nessa altura. Navegamos à vista com os olhos fechados...

Nesta situação densa e nebulosa, as leis, os tribunais e os advogados continuam a ser preciosos instrumentos existenciais; na

verdade, assumem até maior importância, uma vez que os governantes ficam, ainda mais, com a faca e o queijo na mão: têm a melhor informação, são autoridade e dispõem dos meios para exercer o poder. Em nome do interesse público, podem proibir-nos e autorizar-nos mil e uma coisas.

Claro que, tanto em Portugal como no resto do mundo, este poder das autoridades governamentais ou administrativas tem chocado com a resistência dos cidadãos que, na defesa das suas liberdades individuais, têm recorrido aos tribunais. Felizmente com êxito, como foi o caso do cidadão obrigado a ficar 14 dias confinado numa unidade hoteleira, por determinação da Autoridade Regional de Saúde dos Açores, e que só foi libertado graças ao *habeas corpus* apresentado, junto dos tribunais, pelo seu advogado.

Esta questão da dimensão das restrições às liberdades individuais, em virtude da pandemia, assume as mais diversas formas em todo o mundo. Nos EUA, por exemplo, o juiz Samuel Alito, da ala conservadora do Supremo Tribunal de Justiça, fez recentemente uma intervenção numa convenção da Sociedade Federalista em que sublinhou os perigos para as liberdades individuais das “medidas covid”, apontando diversos exemplos, tais como as diferenças, no estado do Nevada, entre as restrições para o funcionamento dos casinos e as restrições para os locais de culto, em claro desfavor da liberdade

religiosa; por cá, tivemos a polémica entre a Festa do *Avante!* e as celebrações de Fátima.

Uma das principais críticas de Samuel Alito às medidas tomadas nos diversos estados é o facto de a maior parte dessas restrições resultar de decisões dos governadores dos estados e não de um processo legislativo. No nosso país, tivemos problemas de constitucionalidade com as restrições à circulação decretadas fora do estado de emergência mas, dado que somos um país de brandos costumes, pouco dados a extremismos, fora um ou outro sobressalto, não se passou nada e as recentes tomadas de posição dos negacionistas da covid-19 são um pormenor pouco relevante na nossa paisagem político-social. Mas tal facto não

nos desobriga, antes pelo contrário, de estarmos atentos ao que se está a passar e de sermos exigentes com o poder político.

Como todos sabemos, estamos sob estado de emergência, que vai ser, muito em breve, prorrogado, e esta situação permite a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias, sendo que, nos termos da Constituição, o estado de emergência deve ser “adequadamente” fundamentado e em nenhum caso podem ser afectados, entre outros, os direitos à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, à liberdade de consciência e de religião e aos direitos de defesa dos arguidos. Mas, para além disso, a declaração do estado de emergência, bem como a sua execução, deve respeitar o princípio da proporcionalidade e limitar-se, quanto à sua extensão, duração e meios utilizados, ao estritamente necessário para voltarmos à normalidade constitucional.

Ora, espera-se/exige-se que a prorrogação do estado de emergência e as medidas governamentais da sua execução tratem os portugueses como pessoas adultas, com capacidade de discernimento e responsáveis, seja quanto à sua estrita necessidade e proporcionalidade, seja quanto à sua adequada e clara fundamentação, de forma a evitar resistências e revoltas, irracionais mas justificadas...

Advogado. Escreve à sexta-feira



Espera-se/exige-se que a prorrogação do estado de emergência e as medidas governamentais da sua execução tratem os portugueses como pessoas adultas

Respostas mínimas, crise máxima



Pedro Filipe Soares

Há duas formas de errar profundamente na resposta a uma crise. A história mostra que a mais habitual é ignorar a origem da crise, o que leva não só a respostas erradas como, na maior parte das vezes, ao desastre. A segunda forma, menos banal mas não menos problemática, é a de responder com medidas pequeninas perante uma grande crise – o tamanho importa nas respostas públicas para a economia.

Foi no sossego do seu cargo dourado de governador do Banco de Portugal que Mário Centeno entrou no debate sobre as respostas públicas na presente crise. Estando o país com a segunda vaga da pandemia nas mãos, havendo vários setores económicos que legitimamente

contestam a falta de apoios públicos, tendo disparado o desemprego assustadoramente batendo agora à porta de 655 mil pessoas (das quais só 230 mil recebem subsídio), o refastelado governador afirmou doutamente que, “mais do que nunca, as novas políticas devem atuar na margem”. De uma penada, esclareceu o caminho que defende: limitação dos apoios sociais e à economia, medidas pontuais com duração restrita no tempo e nos montantes. Afinal, tentar tapar com remendos o enorme buraco que a crise económica está a criar – assim não vamos lá.

Centeno até reconhece efeitos estruturais desta crise (pudera!), mas dá um rotundo não a respostas estruturais. Por ele, não se mudam apoios sociais durante uma crise, nem se usa o investimento público para dar um empurrão à economia. Porque? Porque, em primeiro lugar, está a dívida pública, só depois as pessoas, a economia e o país. Parece que recuamos a outros tempos de má memória.

A dívida pública já foi o argumento com que nos chantagearam em crises anteriores. Serviu para legitimar um programa destruidor da *troika*, implementado por PSD e CDS, que cumpria uma agenda punitiva contra os países do Sul. Como hoje

sabemos, a austeridade acrescentou crise à crise que já existia. É um dos exemplos em que as medidas económicas implementadas não tinham relação nenhuma com a crise que verdadeiramente existia – seguiam uma agenda ideológica (quer nacional, quer europeia).

A nova cartilha Centeno ressuscita esse papão para pedir contenção. No entanto, sem medidas fortes para enfrentar a crise, será a força da crise que nos dominará. Sabemos o que acontecerá se não protegemos o emprego e o tecido económico: as falências suceder-se-ão e o desemprego será catapultado. Não é teoria, é a certeza de um mau futuro a desenhar-se à nossa frente, se seguirmos os mandamentos do governador. E, se ainda estamos a tempo de evitar esse cenário, o momento em que as medidas anticrise são executadas é uma variável fundamental para o seu sucesso. Chegar tarde pode, muitas vezes, significar chegar tarde de mais. São estes os riscos que corremos.

Depois das palavras do novel governador, foi a vez da Comissão Europeia entrar neste debate. Desta feita, perdeu-se em elogios ao Orçamento do Estado apresentado pelo Governo. Mas há elogios que são venenosos: afirmam existirem “sustentabilidade

orçamentais prudentes no médio prazo” e que “as medidas de apoio devem ser temporárias e não comprometer a política orçamental no período pós-crise” – quase parecem repetir Centeno (ou terá sido ao contrário?).

A prudência aqui não é uma virtude, pode ser um grave problema como estamos a ver, deixando pessoas e setores económicos para trás. Soa a desistência. E, se deixarmos a crise avançar, mais difícil e custoso será sair dela. Não por acaso, num comprimento de onda bem diferente, o presidente do Parlamento Europeu defendeu o cancelamento da dívida gerada no combate à covid.

Não é inevitável sermos vencidos pela crise, deixar cair empresas que eram viáveis antes da pandemia, permitir a destruição de postos de trabalho que serão necessários daqui a meses. Essa é a proteção que precisamos para o país e que é justificada por este momento de emergência. Não queremos recauchutar chantagens nem abrir portas a fantasmas, é uma resposta corajosa que se exige em nome do futuro do país.

Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Escreve à sexta-feira

Dinheiro público mal gasto e pessoas sem dinheiro para pão



Susana Peralta

Se foi tímido na despesa direta, Portugal foi mais generoso a empurrar problemas com a barriga

No fim de semana, a manifestação do sector da restauração acabou em confrontos. Ao *Expresso*, um manifestante dizia: “As pessoas não têm dinheiro para pôr um pão na mesa, para elas e para as famílias. Andam de cabeça perdida e o que aconteceu aqui só demonstra o desespero.” Como chegámos aqui?

A última edição do Fiscal Monitor do FMI, de 14 de outubro, tem estimativas da resposta dos países à crise, contabilizadas até meados de setembro, divididas entre “acima da linha”, “abaixo da linha” e passivos contingentes. As medidas acima da linha são aumentos de despesa ou reduções de receita, ou seja, dinheiro que é gasto na economia, ou que não chega a ser retirado. Há uma parte de despesas adiantadas e de receitas atrasadas, o que não é bem ajuda adicional por causa da crise. As medidas abaixo da linha são injeções de capital em empresas, compra de ativos e dívidas assumidas pelo Estado. A linha que as distingue é que as medidas de cima são fluxos de dinheiro enquanto as medidas de baixo têm impacto nos ativos e passivos do sector público. Os passivos contingentes são garantias dadas pelo Estado, que não custam dinheiro imediatamente, mas podem vir a custar se, por exemplo, uma empresa com um crédito garantido entrar em incumprimento.

Como aparece Portugal nesta fotografia? Até setembro, tinha gasto 0,8% do PIB, cerca de 1,5 mil milhões, em saúde. Gastou mais 2,4% do PIB em apoios diretos às empresas e famílias, em medidas como o *layoff* simplificado ou as ajudas a independentes: 4,5 mil milhões de euros. A despesa adiantada e receita adiada, uma forma mais comezinha de resposta à crise, foi de 4,1% do PIB. Aqui estão, por exemplo, os pagamentos à Segurança Social dos independentes, ou os pagamentos por conta de IRC, que foram adiados. Em passivos contingentes, como as moratórias de créditos para famílias e empresas, está o grosso da intervenção: 6,7% do PIB, quase tanto como as outras ajudas combinadas. Estes valores são medidos em percentagem do PIB de 2019, porque ninguém sabe ainda o trambolhão que ele vai dar em 2020.



MANUEL ROBERTO

Entretanto, a Comissão Europeia publicou na quarta-feira a opinião sobre a proposta de OE2021, que fala de 2,8% de ajudas diretas à economia. Os passivos contingentes estimados pelo Ministério das Finanças, que a Comissão cita no seu documento, são de 4% – abaixo do cálculo do FMI. O *think tank* Bruegel, sediado em Bruxelas, estima 2,5% de ajudas diretas, 11,1% de diferimentos e 5,5% de garantias. Parece que a única parte na qual toda a gente concorda são os cerca de 2,5% de ajudas diretas. Os restantes valores são mais difíceis de quantificar, e além disso a proposta de OE “não reporta explicitamente estimativas atualizadas do impacto das medidas em 2020”, como diz a Comissão, o que não facilita a vida às instituições internacionais que fazem estes cálculos.

Vou concentrar-me nos números do FMI, porque usam a mesma metodologia para todos os países, e por isso posso compará-los. Vamos aos gastos diretos na economia excluindo o reforço dos sistemas de saúde. Portugal: 2,4% do PIB; Austrália, Canadá, EUA, Japão: todos acima dos 10%; Nova Zelândia: 19%. Na Europa, a Áustria foi quem mais gastou: 8% do PIB, muito próxima da Alemanha e do Reino Unido. Menos do que Portugal, na UE, só a Grécia e a Eslováquia. Perante a maior crise desde que medimos estas coisas, temos de constatar o óbvio: o governo foi tímido.

Se foi tímido na despesa direta, Portugal foi mais generoso a empurrar problemas com a barriga. Por um lado, diferimentos de pagamentos de impostos ou Segurança Social só funcionam se as empresas recuperarem a

breve trecho um nível de atividade que lhes permita pagar as obrigações adiadas. Aqui, os nossos 4,1% colocam-nos quase na *poor position* da UE. Só Dinamarca, Lituânia, Luxemburgo e Suécia ficam à nossa frente.

Por outro, temos os passivos contingentes, onde há vários países da UE mais hipotecados do que Portugal: Alemanha, França, Bélgica, Itália, República Checa, Espanha e França. Alguns destes com valores astronómicos, como a Alemanha, com quase 25% do PIB. Só que é muito menos provável uma empresa entrar em incumprimento na Alemanha, numa economia mais robusta e onde as ajudas diretas foram mais generosas, do que em Portugal. Quanto à capacidade de a Alemanha encaixar essa perda, comparada com Portugal que carrega aos ombros uma dívida pública de 130% do PIB, estamos conversados. A agência DBRS avisou há um mês que os bancos portugueses, de um universo de 45 bancos europeus analisados, eram os que tinham maior proporção dos créditos em moratórias garantidas pelo Estado. Com a dimensão da crise e a força da

segunda vaga, vai haver muitas empresas com dificuldades para pagar obrigações fiscais e créditos adiados. A bomba vai rebentar com estrondo no bolso das contribuintes.

Tudo isto é triste. Mas será que tudo isto é fado? Não. É escolha. Há duas semanas, escrevi com um conjunto de pessoas uma carta ao ministro das Finanças, em que questionamos uma série de verbas não justificadas inscritas no OE2021. Este dinheiro podia servir para ajudar as portuguesas e os portugueses que não conseguem pagar o pão.

Exemplos? Quase dez mil milhões de “despesas excecionais”, cinco mil milhões de empréstimos não sabemos a quem, dois mil milhões de participações de capital também sem destinatário conhecido. Recordo os mil e cem milhões enterrados na TAP em 2020 em nome de um duvidoso interesse nacional. E a previsão – mal amanhã, porque ainda não conhecemos o famoso plano de reestruturação – de mais meio milhão em 2021, nesta empresa cronicamente deficitária, de um sector cronicamente deficitário, com perspectivas negras nos próximos anos. Repito aqui dois números, para que não restem dúvidas. Despesa adicional em saúde, segundo o FMI: 1,5 mil milhões. Segundo a Comissão, foi metade. Ajudas diretas a famílias e empresas: 4,5 mil milhões. Dinheiro, há. Só que é mesmo muito mal gasto. E há pessoas com fome.



Dinheiro, há. Só que é mesmo muito mal gasto. E há pessoas com fome

**Professora de Economia na Nova SBE.
Escreve à sexta-feira**

Política Comunistas preparam-se para as “condições excepcionais”

PCP não fará testes nem medição de temperatura no congresso

Comunistas alargam medidas sanitárias para garantir segurança dos delegados e, mesmo que haja recolher obrigatório para Loures, argumentam que as reuniões dos órgãos partidários não estão suspensas

Maria Lopes

As orientações podem ainda mudar na semana que falta para o XXI Congresso do PCP, mas, por enquanto, o partido não tenciona fazer a medição da temperatura dos delegados ou dos elementos da comunicação social que entrem no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, onde os trabalhos vão decorrer entre os dias 27 e 29. Também não serão pedidos testes aos participantes nem haverá indicação para instalar a *app* StayAway Covid.

Porém, outras medidas sanitárias de segurança serão cumpridas e o PCP vai mostrar que “tem condições para realizar um congresso num cenário absolutamente excepcional”, garante Rui Braga, membro do secretariado do comité central e responsável pela organização do evento. O horário do congresso, com o lema *Organizar, Lutar, Avançar – Democracia e Socialismo*, será aprovado logo na sexta-feira na abertura, pelas 10h30, mas a intenção é levar os trabalhos até às 20h nos dois primeiros dias e terminar à hora do almoço de domingo.

Além de não haver convidados e da redução de delegados para metade (600), estes não terão mesas, mas apenas cadeiras (para evitar superfícies de contacto) e só poderão circular em corredores marcados, de sentido único, com entradas e saídas diferenciadas – incluindo o caminho para subir à tribuna para discursar. Está também prevista uma sala de isolamento do exterior do pavilhão para quem apresentar sintomas, haverá higienização permanente dos espaços, limitação no acesso aos pontos de venda de café (no exterior) e casas de banho. As restrições estendem-se à comunicação social: só poderá estar um representante de cada órgão em permanência no pavilhão. Mas todo o congresso será transmitido no *site* do PCP e nas redes sociais.

Ao contrário do habitual, não haverá tasquinhas e a organização está à procura de um pavilhão no centro de Loures onde possam ser servidos os almoços de sexta-feira e sábado por turnos aos delegados e distribuídas refeições (incluindo jantares) em *take away*. Medidas que se somam ao uso obrigatório permanente de máscara, dezenas de pontos de desinfecção das mãos, e arejamento do pavilhão.

“É um congresso em condições absolutamente excepcionais”, vinca



Desta vez não haverá mesas, para reduzir as superfícies de contacto e de possível contágio, e toda a gente usará máscara

Números

600

os comunistas já tinham informado que o XXI Congresso terá apenas metade dos delegados, ou seja: 600

4

ao contrário de outros partidos, que têm conclave de dois em dois anos, o PCP realiza reuniões magnas de quatro em quatro anos

Rui Braga, que o compara com a Festa do *Avante!* tanto pelos ataques que o partido sofreu como pelas medidas sanitárias exemplares adoptadas. “Não ignoramos o surto nem a realidade, mas nada nos obstaculiza de o fazermos. Temos condições (...) É um contributo para mostrar que a vida continua”, insiste, acrescentando que a organização está em contacto permanente com a autoridade de saúde local e que informou as forças de segurança sobre a realização do evento – para já, não há qualquer anúncio de manifestações contra o congresso.

Fugindo a responder se a possibilidade de alívio do recolher obrigatório às 13h ao sábado foi algo providencial para o partido, Rui Braga prefere comentar apenas que o congresso seria sempre alvo de polémica. “A questão é a realização em si, não o número de participantes ou as medidas sanitárias que anunciarmos (...). Mas o estado de emergência não sus-

pende os direitos políticos”, sublinha o dirigente, acrescentando que o plano está a ser trabalhado com as autoridades de saúde de Loures.

Sobre a possibilidade de se pedir ou recomendar aos delegados que façam testes previamente, Rui Braga diz que o partido “não vê essa necessidade” e sobre a medição de temperatura, algo que já é comum para aceder a muitos serviços ou entidades públicas – como o Parlamento –, afirma que até agora não se está a considerar essa medida (deixando a porta entreaberta para possíveis exigências adicionais da autoridade de saúde venha a colocar entretanto).

Mesmo que as actuais restrições de horário ao fim-de-semana a partir das 13h se mantenham, o PCP não vê qualquer impedimento para que os 600 delegados se possam reunir até às 20h. E argumenta com os estatutos: o congresso é um órgão do partido e o regime legal do estado de

emergência estabelece que, mesmo na vigência deste, “as reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais não serão em caso algum proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia”.

Questionado ontem, à saída da reunião do Infarmed, sobre o facto de o PCP manter o congresso nesta fase da pandemia, Jorge Pires, da comissão política do comité central, respondeu que já viu esse “filme” por causa da Festa do *Avante!*. Queixou-se de discriminação em relação a outros eventos. “Temos todas as garantias de que o congresso vai correr bem e não vai ali nascer nenhum surto.” Sobre as críticas da direita, em especial do PSD, disse: “Se eles se apanham no poder com um decreto do estado de emergência... o que eles não vão proibir! É também por isso que a gente não está de acordo com o estado de emergência.”

**Combater
as Alterações
Climáticas**

Prémio Gulbenkian para a Humanidade



**FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN**

**1 milhão de euros
para enfrentar
a crise climática**

GULBENKIAN.PT

**Nomeações até
28 fev 2021**

Política



NUNO FERREIRA SANTOS

Reunião

Governo e BE conversaram e não se entenderam

Liliana Borges

Durou menos de uma hora e terminou sem avanços ou aproximações quanto ao Orçamento do Estado de 2021 (OE2021). Ontem à noite, o Governo e o Bloco de Esquerda ainda estiveram sentados frente a frente, mas não houve qualquer negociação, sabe o PÚBLICO. Solicitada pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Duarte Cordeiro, a reunião foi breve e serviu apenas para consultar o BE sobre as votações da especialidade que arrancam hoje.

O encontro terá sido o único entre o Governo e o Bloco desde as negociações na generalidade – que terminaram com o voto contra do Bloco – mas decorreu já sem expectativas de parte a parte. Depois de Catarina Martins ter afirmado que “o Governo falhou”, a líder parlamentar socialista, Ana Catarina Mendes, acusou o antigo parceiro de aliança parlamentar de “irresponsabilidade” e de “desertar do campo de batalha”, espelhando as palavras de António Costa, que ainda em Abril tinha avisado que “ficaria muito desiludido se só pudesse contar com BE [e PCP] nas vacas gordas”. Mas a narrativa é rejeitada pelo BE, que repetidamente tem lembrado que foram os socialistas a rejeitar um acordo com o BE, após as eleições legislativas de 2019, e garante que “não desistiu” deste processo.

Do lado do BE, fez-se um “balanço positivo” do acordo de 2015, mas não se encontram agora condições para que possa ser repetido. “É um orçamento de continuidade da estratégia do Governo até aqui. O problema é que a realidade não está em continuidade”, disse Mariana Mortágua em entrevista ao PÚBLICO, à data do debate na generalidade.

Sem um entendimento em relação às propostas que constarão na proposta orçamental apresentada pelo ministro das Finanças, o Bloco de Esquerda não dá sinais de que existam alterações ao voto contra que marcou a primeira fase de votações. Não obstante, e mesmo sem pontes suficientemente fortes com o executivo socialista, o Bloco não deixará de aprovar propostas de outras bancadas (incluindo da socialista), mesmo que possam ficar aquém das soluções que pretendiam. “As propostas são para o país e qualquer melhoria que exista no OE, ainda que marginal, é sempre positiva”, assegurou à data Mariana Mortágua.

Este ano, os partidos entregaram mais de 1500 propostas de alteração ao OE2021

Guiões para votar Orçamento somam mais de 2700 páginas

Marta Moitinho Oliveira

Os deputados começam hoje a debater o Orçamento do Estado para 2021 na especialidade, artigo a artigo e até alínea a alínea

O Parlamento começa hoje a discutir o Orçamento do Estado (OE) para 2021 artigo a artigo. O documento ainda não tem aprovação garantida e até lá haverá muitas horas de debate, mais de 2700 páginas de guião para acompanhar as votações e a habitual guerra de números sobre o custo das propostas de alteração. Eis alguns dos pontos principais para perceber o que aí vem.

Uma maratona de votações

Depois da votação na generalidade, a 28 de Outubro, na qual o documento foi viabilizado com os votos a favor do PS e as abstenções do PCP, PEV, PAN e das duas deputadas não-inscritas, o Orçamento do Estado passa agora por quatro dias de votações na especialidade, artigo a artigo, por vezes alínea a alínea. A

26 de Novembro, acontece a votação final global.

Um guião sem fim à vista

Para acompanhar as votações, os serviços do Parlamento organizam um guião para cada um dos quatro dias. Este período de votações decorre entre hoje e quarta-feira. Os guiões para cada um dos dias já estão disponíveis. Ao todo, já há 2717 páginas de guião com grelhas de votação para cada um dos artigos e das propostas de alteração. O dia mais pesado em número de páginas é o de segunda-feira, no qual as grelhas de votações ocupam 1293 páginas.

Negociações até à última

Sem maioria no Parlamento, o Governo é obrigado a negociar com os partidos para conseguir passar o OE. Neste OE, está a fazê-lo até ao fim. Na quarta-feira, à saída de Belém, o PS anunciou que voltou à mesa das negociações com o Bloco de Esquerda, que pela primeira vez desde 2015 votou contra o OE na generalidade. A reunião entre antigos parceiros de solução governativa

estava marcada para ontem ao final da tarde (ver texto ao lado).

Mais de 1500 alterações

Os partidos entregaram até ao dia 13 de Novembro 1543 propostas de alteração ao Orçamento do Estado, um novo recorde depois das mais de 1300 entregues no Orçamento de 2020. Os comunistas foram os que entregaram mais propostas – 352, de acordo com o *site* da Assembleia da

República. O PS entregou 78 propostas de alteração, algumas indo ao encontro das conversas que manteve, por exemplo, com o PCP, como é o caso do *layoff* pago a 100%.

A guerra dos números

Uma das guerras que captam mais atenção mediática no debate é a do impacto orçamental das propostas de alteração. Neste OE, e pela primeira vez, os partidos podem pedir à Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental (UTA) que faça essas contas. Foi o que fez o PS, que pediu dados sobre três propostas do PSD, e o próprio PSD, que pediu informação sobre duas medidas do PCP e uma do BE. Ainda a aguardar respostas dos técnicos do Parlamento, o PS já avançou, no entanto, com as suas próprias contas. José Luís Carneiro diz que as medidas dos sociais-democratas implicam um aumento de despesa de cerca de 760 milhões de euros. E uma fonte do Governo disse ao *ECO* e à *TSF* que o impacto no OE pode crescer até, pelo menos, 2,2 mil milhões de euros, se considerada também a perda de receita provocada pelas medidas.



Este é o primeiro orçamento de João Leão como ministro

PSD e CDS discutem autárquicas no Porto, ainda sem a capital de distrito

Margarida Gomes

Sociais-democratas e centristas querem criar uma “rede autárquica” nacional a partir do Porto e já pensam em 2025

Os presidentes das distritais do PSD e do CDS do Porto querem apresentar candidaturas conjuntas no maior número possível de câmaras do distrito, nas autárquicas do próximo ano, mas o projecto político dos dois partidos tem um horizonte ainda mais distante. Esta semana, as duas distritais reuniram-se para dar o pontapé de saída para uma frente de direita no distrito e o PÚBLICO apurou que os dois líderes partidários estão empenhados não apenas nas próximas, mas também nas autárquicas de 2025.

Devido à lei da limitação de mandatos, vários presidentes de câmara estarão de saída em 2025, caso sejam eleitos para um terceiro mandato na próxima ida às urnas, em 2021. Os autarcas do Porto, Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel, Valongo, Trofa, Póvoa de Varzim e Vila do Conde estarão disponíveis, ao que tudo indica, para um terceiro e último mandato que termina em 2025. A sua saída nessas alturas abre uma bolsa de novas candidaturas e é nisso que o PSD e o CDS apostam. A estratégia está a ser desenhada para

o Porto, mas a ideia é estendê-la ao resto do país. O objectivo, sabe o PÚBLICO, “é criar uma rede nas próximas autárquicas para o futuro”.

Para já, nem Alberto Machado, presidente da distrital do PSD, nem Fernando Barbosa, coordenador autárquico nacional do CDS e líder do partido no Porto, falam do assunto, evidenciando apenas a importância de preparar com tempo o processo autárquico no distrito e alargar o número de coligações a novos concelhos no próximo combate eleitoral.

“Tivemos uma primeira reunião em que fizemos uma avaliação das coligações no distrito e falámos sobre as autárquicas do próximo ano e da possibilidade de renovarmos os

entendimentos que temos. Essa afeição será feita pelas estruturas locais [concelhias] dos dois partidos”, afirmou Alberto Machado, sublinhando que “em alguns concelhos há coligações há mais de 20 anos, como em Vila Nova de Gaia”. “Há um funcionamento muito escorreito entre os dois partidos que tem a ver com a proximidade ideológica e também com os conteúdos programáticos”, justifica o dirigente social-democrata, reafirmando que, “onde houver condições, PSD e CDS concorrerão coligados”.

Na mesma linha pronuncia-se o coordenador autárquico nacional dos democratas-cristãos, que diz “haver espírito de abertura para criar um projecto alternativo de direita”.

Olhando para os 18 concelhos do distrito, Fernando Barbosa considera que aquele que levanta mais dificuldades para uma coligação é a Póvoa de Varzim, presidida pelo social-democrata Aires Pereira, que será recandidato a um terceiro mandato em 2021.

Quanto à Câmara do Porto, Fernando Barbosa mostra-se cauteloso e revela que o que ficou decidido na reunião foi não abordar a questão para já. “O Porto e Lisboa são escolhas das direcções nacionais dos dois partidos e, para já, vamos deixar as coisas como estão, até porque, no caso do Porto, o presidente, Rui Moreira, ainda não disse que seria recandidato, por isso a questão não se coloca de momento”, declarou. Fernando Barbosa não o disse, mas o Porto tem de ser tratado com pinças. Se a vitória de Rui Moreira, em 2013, se deve em grande parte ao eleitorado social-democrata, mais precisamente a Rui Rio – que se recusou então a apoiar Luís Filipe Menezes, o candidato do PSD –, não é menos verdade que o CDS acabou por apoiar o candidato independente e a concelha já disse que o apoiaria novamente.

Ao PÚBLICO, o dirigente nacional do CDS afirmou que da parte do seu partido não há “quaisquer entraves” a futuros entendimentos, vaticinando sucesso no projecto que está a ser construído com o PSD desde que o “espírito seja de amizade, transparência, ética e lealdade”.



CDS apoia Rui Moreira, que foi adversário do PSD em 2013 e 2017

Iniciativa Liberal realizou convenção com 230 participantes mas foi tudo online

Liliana Borges

O encontro durou aproximadamente 14 horas e aprovou mudanças aos estatutos do partido

No último domingo, 230 membros e dirigentes da Iniciativa Liberal juntaram-se para discutir e votar a alterações dos estatutos do partido (mas ninguém saiu de casa). Inicialmente, o encontro estava programado para o Porto, com a possibilidade de participação remota, mas “o decreto [do Governo] e a implementação do estado de emergência” empurraram o evento para uma plataforma digital, explicou o partido.

Ainda que a lei proteja todas as “as reuniões dos órgãos estatutários dos partidos políticos, sindicatos e associações profissionais” de não serem “em caso algum” proibidas, dissolvidas ou submetidas a autorização prévia e que o decreto do Governo excepciona das restrições à circulação “titulares dos órgãos de soberania, dirigentes dos parceiros sociais e dos partidos políticos representados na Assembleia da República”, o partido optou por alterar o modelo da sua convenção.

De acordo com o comunicado da Iniciativa Liberal, “os novos estatutos foram aprovados na globalidade por 91%” dos 230 participantes. Entre as alterações feitas aos estatutos do partido estão o aumento de membros

eleitos em Conselho Nacional e a desburocratização de núcleos temáticos. O partido decidiu recusar (com 92% dos votos) a constituição de estruturas distritais da Iniciativa Liberal.

Foi ainda decidido que a convenção nacional prevalece como “plenário de membros e o reforço dos núcleos locais, quer nas suas competências como na confirmação da abrangência territorial a nível de concelho”.



Cotrim de Figueiredo vai voltar a votar contra o estado de emergência, um “cheque em branco”

A IV Convenção Nacional da Iniciativa Liberal arrancou às 9h30 e só terminou já próximo da meia-noite. “Durante 14 horas os membros analisaram, debateram e votaram a proposta desenvolvida pela comissão estatutária e outras propostas específicas apresentadas”, relata o comunicado.

Apesar da decisão do partido, ontem, o presidente e deputado da Iniciativa Liberal, João Cotrim de Figueiredo, reiterou que manterá o voto contra a aprovação pelo Parlamento da renovação do estado de emergência, por considerar que este tem sido entendido em Portugal como “uma espécie de cheque em branco para tomar decisões que não são de bom senso”.

Joaquim Rocha Afonso eleito líder do Nós, Cidadãos!

Partido integra a coligação Alternativa Democrática, que vai disputar as próximas autárquicas

O investigador Joaquim Rocha Afonso foi eleito no sábado presidente do Nós, Cidadãos! para um mandato de três anos, anunciou ontem o partido, em comunicado. “Com a maioria dos militantes e simpatizantes a participar no congresso via *online*, de forma a respeitar as medidas do estado de emergência”, o partido elegeu no passado sábado, em Portalegre, “os órgãos dirigentes do Nós, Cidadãos! para o triénio 2020/2023”, refere uma nota oficial.

O presidente eleito, Joaquim Rocha Afonso, investigador de profissão, substituiu no cargo o fundador do partido, Mendo Castro Henriques, tendo sido já mandatário nacional para o ambiente da candidatura à Presidência da República de Fernando Nobre, mandatário de Paulo Morais para a área de Segurança e Ambiente em 2016, cabeça de lista por Bragança em 2015 e secretário-geral em 2019 do Nós, Cidadãos!.

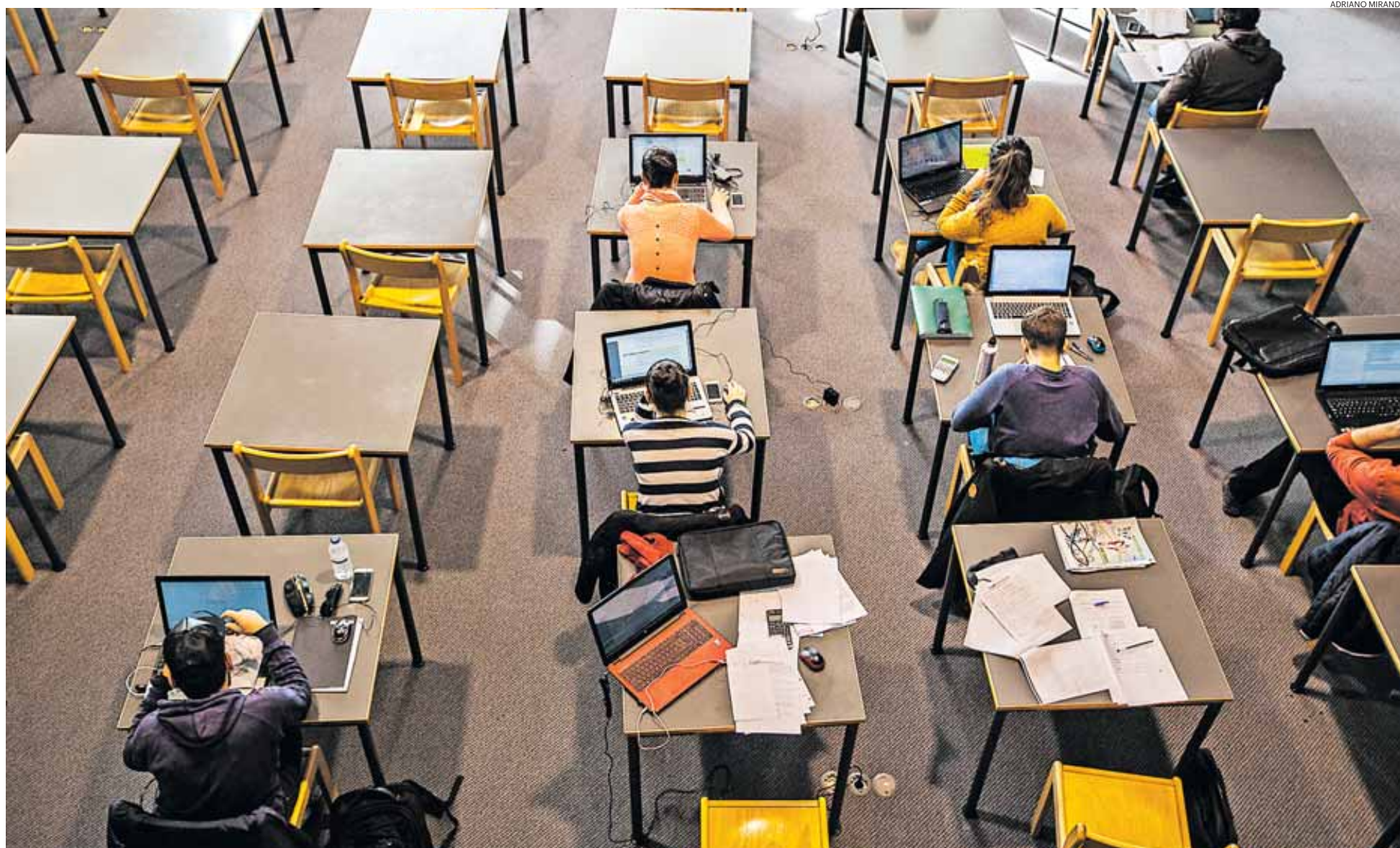
A lista mais votada em congresso foi a A, que apresentou a moção *A União dos Movimentos de Cidadãos e o Futuro de Portugal*, que defende “a consolidação da matriz do Nós, Cidadãos!, cinco anos após a sua fundação, enquanto plataforma agregadora de movimentos de cidadania e cidadãos independentes”. “Assumindo-se como plataforma política natural de todos os movimentos independentes a nível autárquico, o partido pretende focar-se nas próximas eleições autárquicas agregando candidaturas independentes a par de uma coligação alargada com vários partidos sem representação parlamentar”, pode ler-se no comunicado.

Entre as bandeiras do partido, registado no Tribunal Constitucional em 2015, está a defesa de “um novo sistema político e eleitoral”, a aposta no “crescimento demográfico e numa maior coesão social” e a “valorização da interioridade” com uma maior coesão territorial.

A 5 de Outubro, o Nós, Cidadãos! foi uma das forças políticas que constituíram a coligação Alternativa Democrática – AD, com os partidos PDR e RIR, os movimentos Democracia 21 e Mais e os “cidadãos independentes” Carlos Medeiros e António Ribeiro. A Alternativa Democrática vai disputar as autárquicas de 2021 e quer promover “uma maior participação dos cidadãos na vida política”.

PÚBLICO/Lusa

Sociedade Apoio a estudantes do ensino superior



ADRIANO MIRANDA

Em causa estão apoios de 1700 euros anuais, um valor que também foi reforçado em 200 euros neste ano lectivo

Há cinco candidatos para cada uma das bolsas para estudar no interior

Os 2230 apoios ao abrigo do programa Mais Superior disponíveis este ano constituem o número mais elevado de sempre, mas não vão chegar para os mais de 11 mil estudantes que os pediram

Samuel Silva

O número de alunos do ensino superior que pretendem receber um apoio por estudarem numa instituição do interior do país aumentou 70% face ao ano passado: mais de 11 mil estudantes concorreram ao programa Mais Superior neste ano lectivo. Ou seja, há cinco candidatos para cada uma das 2230 bolsas disponíveis.

Nos últimos quatro anos, o número de bolsas Mais Superior tem vindo sempre a aumentar. Há um ano, foram disponibilizadas 1895. Quando o programa foi lançado, em 2014, tinham sido 1000. Este ano, estão em jogo mais do dobro: 2230. É o número mais elevado de sempre. No entanto, o número de estudantes que pre-

tendem receber este apoio também atingiu este ano lectivo um valor histórico – 11.283 no total. O período de candidaturas terminou no último domingo e os números foram agora disponibilizados pela Direcção-Geral do Ensino Superior.

Há 4277 potenciais renovações, ou seja, alunos que já receberam esta bolsa em anos anteriores, e 7006 candidaturas novas. Ao todo, verifica-se um aumento de quase 70% no número de candidatos face ao registado no ano passado (6661).

As candidaturas às bolsas têm vindo a crescer desde o lançamento do programa, o que decorre, em parte, do aumento de visibilidade do Mais Superior, defende o presidente da Federação Nacional de Associações de Estu-

dantes do Ensino Superior Politécnico (FNAESP), Tiago Diniz. Mais de 60% das instituições de ensino superior cujos estudantes são elegíveis para este programa são institutos politécnicos. O aumento do número de bolsas Mais Superior e do valor das mesmas neste ano lectivo fazia já os estudantes “esperar por um aumento do número de candidatos”, acrescenta o mesmo dirigente estudantil.

Em causa estão apoios de 1700 euros anuais, um valor que também foi reforçado em 200 euros neste ano lectivo. Os estudantes dos cursos técnicos superiores profissionais e os que ingressam no ensino superior ao abrigo do concurso especial para maiores de 23 anos têm uma majoração de 255 euros por ano.

Tiago Diniz diz que, desde que foi lançado, o programa “teve sempre mais candidatos do que bolsas disponíveis”, ainda que a proporção nunca tenha sido tão elevada como este ano. Por isso, considera que o que está em causa é “a própria forma como o Mais Superior está desenhado”. O presidente da FNAESP nota que os alunos que agora se candidatam aos apoios só vão recebê-lo perto do final do primeiro semestre lectivo. Ou seja, a iniciativa “não está a funcionar como um incentivo à mobilidade para o interior, mas como um “prémio” a quem procura uma instituição nestas regiões.

As 2230 bolsas disponíveis são divididas pelas seis regiões onde há instituições cujos alunos são elegíveis para

o Mais Superior. O rácio entre candidatos e número de apoios disponível é mais elevado no Centro (cinco candidatos por cada bolsa) e Norte (4,7), que são simultaneamente as regiões com mais apoios – 800 em cada uma. A Madeira é a que tem uma situação mais equilibrada, com 91 candidatos para 35 bolsas. Ou seja, 2,6 estudantes para cada apoio disponível.

O Mais Superior abrange todos os alunos que escolham universidades e politécnicos do interior, ou seja, que se deslocam do local onde vivem, seja no litoral ou no interior, para uma das instituições abrangidas pela medida. O programa apoia apenas alunos com carências económicas, pelo que acaba por funcionar como um complemento às bolsas de acção social.

Escolas já receberam um quarto dos 100 mil computadores prometidos

Samuel Silva

Distribuição começou pelos alunos do secundário. Até ao final do 1.º período, primeira fase do programa ficará concluída

Cerca de um quarto dos 100 mil computadores portáteis que o Ministério da Educação vai entregar aos alunos carenciados já está nas escolas. Os equipamentos destinados aos estudantes do ensino secundário foram entregues nos estabelecimentos de ensino ao longo das últimas semanas, começando agora a chegar às mãos das famílias. Esta é a 1.ª fase do programa Escola Digital, que será alargada ao ensino básico até ao final do 1.º período, assegura a tutela.

As escolas chegaram 25 mil computadores, destinados aos alunos do ensino secundário que estão no Escalão A da Acção Social Escolar. Já se sabia que a distribuição ia começar pelos estudantes carenciados, mas o Ministério da Educação (ME) decidiu também dar prioridade aos estudantes mais velhos. O plano para este ano lectivo prevê que, face à evolução da pandemia, sejam estes os primeiros a ir para casa, caso haja necessidade de passar do ensino presencial para um regime misto.

Os computadores “foram entregues às escolas esta semana”, avança

fonte do ME. O processo decorreu sem problema, confirmam os directores de agrupamentos escolares contactados pelo PÚBLICO. Além dos computadores, é também entregue uma mochila e um conjunto de auscultadores com microfone a cada aluno. Para quem não tiver acesso à Internet é também disponibilizado um *router* (*hotspot*), com o tráfego limitado a 2 GB por mês. O acesso a *sites* educativos, como o Estudo Em Casa ou as plataformas das editoras dos manuais escolares não é contabilizado pelas operadoras, sendo gratuito.

Os equipamentos já começaram a chegar às mãos dos alunos, mas o

processo vai prolongar-se pelos próximos dias, uma vez que as escolas têm que fazer a verificação do material recebido e instalar *software* relativo às plataformas de colaboração e de gestão educativa. “Somos um intermediário entre o Ministério da Educação e as famílias”, ilustra Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep).

A entrega de equipamentos aos alunos faz parte do Escola Digital, uma das linhas do Programa de Estabilização Económica e Social, apresentado pelo Governo em resposta à pandemia. São destinados 400 milhões de euros a este programa –

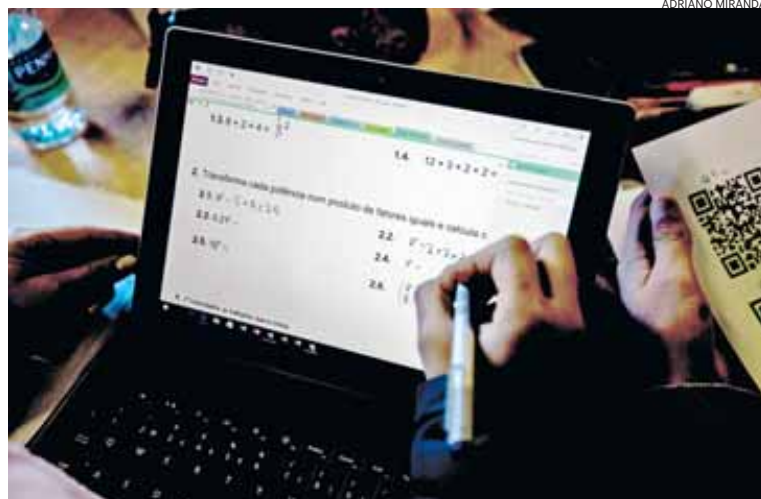
dos quais, cerca de 160 serão investidos ainda este ano na compra de material informático para os estudantes.

“Acesso universal”

A promessa de “acesso universal” à Internet e a computadores para os alunos que estão dentro da escolaridade obrigatória será cumprida faseadamente. Na 1.ª fase, que está em curso, serão entregues 100 mil equipamentos, a alunos carenciados.

A entrega dos equipamentos está a ser feita de forma faseada para “evitar a concentração de equipamentos em espaço escolar”, avança o ME. Em causa está não só a necessidade de assegurar que as escolas cumprem a sua parte do processo, mas também preocupações com a segurança dos equipamentos e das escolas. A tutela prevê que a entrega “esteja finalizada nas próximas semanas”, antes do final do 1.º período.

Terminada a entrega dos computadores aos alunos do ensino secundário, serão agora distribuídos os restantes 75 mil computadores, destinados aos estudantes dos três ciclos do ensino básico. Os portáteis para cada nível de ensino são, de resto, diferentes. Foram definidos três tipos de equipamento – um destinado ao 1.º ciclo, outro para os 2.º e 3.º ciclos e outro para os alunos do secundário – tendo em conta as necessidades de cada nível de ensino.



Computadores destinam-se aos alunos carenciados



Decreto do Governo é inconstitucional

Tribunal diz que violar confinamento não é crime

O Tribunal da Relação de Guimarães sentenciou que a violação do confinamento obrigatório não constitui crime de desobediência, porque o decreto governamental que criou aquele novo ilícito criminal “está ferido de inconstitucionalidade orgânica”.

Por acórdão de 9 de Novembro, a que a Lusa teve acesso ontem, aquele tribunal sublinha que, de acordo com a Constituição, “a criação de tipos de ilícitos criminais é matéria da reserva relativa da Assembleia da República (AR)”. “Não há dúvida de que a criação de novos crimes compete à AR em primeira linha, podendo também competir ao Governo, mas apenas com autorização da AR”, acrescenta. Conclui, assim, aquele tribunal, que “o Governo não se mostrava habilitado a definir matéria criminal”.

Em causa está o decreto de 20 de Março do Conselho de Ministros, que procede à execução da declaração do estado de emergência efectuada pelo Presidente da República. No decreto, o Governo determina que ficam em confinamento obrigatório, em estabelecimento de saúde ou no respectivo domicílio, os doentes com covid-19 e os infectados com SARS-Cov-2, e os cidadãos relativamente a quem a autoridade de saúde ou outros profissionais de saúde tenham determinado a vigilância activa.

No Tribunal de Chaves, um homem foi condenado, com base naquele decreto, a 120 dias de multa, a taxa diária de 15 euros, por um crime de desobediência, por ter violado o isolamento profilático que tinha sido determinado pela autoridade local de saúde. Lusa

Ramirez garante que autoridades de saúde a “ilibaram” de ser origem do surto de *legionella*

Patrícia Carvalho

Empresa convocou uma conferência de imprensa para dizer que recebeu o resultado de análises das autoridades de saúde

A empresa conserveira Ramirez, uma das duas do concelho de Matosinhos que tinham tido estruturas de refrigeração suspensas preventivamente, por suspeita de estarem ligadas ao surto de *legionella* que matou nove pessoas, foi “ilibada” de qualquer responsabilidade. Isso mesmo foi comunicado ontem aos jornalistas por responsáveis da empresa, depois de terem recebido o resultado das análises às amostras recolhidas no

local. A Longa Vida, a outra empresa envolvida no processo, garante que ainda não recebeu resultados.

“Um representante da ARSN [Administração Regional de Saúde do Norte] veio cá para nos entregar os resultados das análises, que são negativos, assinar a prova de que está tudo normal e já pudemos pôr a torre de arrefecimento a funcionar”, disse ao PÚBLICO Fátima Barata, directora de controlo e qualidade da Ramirez, à margem de uma conferência de imprensa convocada pela empresa. A ARSN confirmou, entretanto, que autorizou o funcionamento da torre da Ramirez, “que já tinha sido submetida, entretanto, a diversos processos de higienização e purga, tendo ainda sido instalado um dispositivo de desinfecção automático”.

Fátima Barata disse não estar surpreendida com estes resultados, já que todas as análises feitas periodicamente pela empresa foram “sempre consistentemente negativas”. A responsável admitiu ainda que “não foi nada simpático” ver o nome da empresa associado à possível origem do surto, mas ressaltou que os resultados agora conhecidos não poderiam ter sido mais rápidos, já que implicam a realização de uma cultura que precisa de vários dias para



Segundo os dados mais recentes, há 85 casos identificados de pessoas com a doença

crescer e dar resultados credíveis.

A Longa Vida, que também viu as suas torres de refrigeração da empresa de Perafita serem paradas, confirmou, ao final da tarde, ao PÚBLICO, que “até ao momento” não recebeu “qualquer informação quanto ao resultado das recolhas realizadas pelas entidades públicas no centro de distribuição em Perafita, Matosinhos”.

Segundo os dados enviados ao PÚBLICO, existiam ontem 85 casos identificados, 17 doentes internados, 55 que já tiveram alta e nove óbitos, sete no Hospital de Pedro Hispano, em Matosinhos, e dois no Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim e Vila do Conde. O São João, no Porto, que também recebeu infectados com a doença, não registou qualquer morte relacionada com o surto.

Sociedade



NUNO FERREIRA SANTOS

Para o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, directiva de Lucília Gago abre a porta à 'interferência política na investigação criminal'

Lucília Gago volta a ignorar CSMP na directiva sobre poderes das chefias

Mariana Oliveira

Novo instrumento que vincula os procuradores não foi discutido no Conselho Superior do Ministério Público

A procuradora-geral da República, Lucília Gago, não discutiu com o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), o órgão máximo desta magistratura, nem sequer informou previamente os restantes membros, que ia avançar com uma nova directiva sobre os poderes hierárquicos dentro desta magistratura, em pleno estado de emergência da pandemia.

A directiva, que invalida uma emitida em Fevereiro e que a própria procuradora-geral decidiu suspender, voltou a suscitar polémica, tendo já levado a uma reacção violenta do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), que considera que o instrumento “abre a porta à interferência política na investigação criminal”. Já em Fevereiro, quando emitiu uma outra directiva que tornou vinculativa para todos os procu-

radores um parecer do Conselho Consultivo do Ministério Público, Gago ignorou o CSMP. Em causa estava saber se as chefias do Ministério Público podem dar ordens concretas em processos-crime, uma questão cuja legalidade é contestada pelo SMMP, mas defendida pelo conselho consultivo.

A procuradora-geral colocou à margem o CSMP, a que preside, apesar de ter sido uma decisão aprovada pela maioria dos seus membros, no final de Outubro, que levava Lucília Gago a concordar em pedir o parecer ao conselho consultivo. A discussão tinha sido levada ao conselho superior por vários conselheiros no rescaldo da polémica ordem do director do Departamento Central de Investigação e Acção Penal no caso de Tancos. Albano Pinto travava a inquirição do primeiro-ministro, António Costa, e do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, como testemunhas, no caso de Tancos, além de ter ordenado aos três procuradores titulares do inquérito que suprimissem perguntas escritas enviadas a algumas testemunhas.

No primeiro parecer o conselho

consultivo decidiu por unanimidade que os poderes dos superiores hierárquicos se mantêm os mesmos apesar de algumas alterações feitas recentemente ao Estatuto do Ministério Público, permitindo às chefias ingerirem-se nos processos dos subordinados sem que isso conste por escrito dos próprios processos. Face a várias reacções críticas, dentro e fora do Ministério Público, Lucília Gago acabou por suspender a directiva ainda em Fevereiro passado, tendo pedido um esclarecimento complementar ao conselho consultivo. Este emitiu um novo parecer em Julho, num documento que serviu de base à nova directiva, datada da passada quinta-

António Ventinhas, presidente do SMMP admite vir a impugnar a directiva nos tribunais administrativos

feira. Entretanto, já houve uma reunião do CSMP quarta-feira, mas ninguém suscitou o assunto. Desta vez, a procuradora-geral determina, no entanto, que as ordens dadas pelas chefias nos processos-crime “são sempre reduzidas a escrito”, ficando guardadas não no processo, mas num *dossier* de acompanhamento que pode ser consultado pelos sujeitos ou intervenientes processuais.

Ao PÚBLICO o presidente do SMMP, António Ventinhas, diz que já seguiram as cartas a pedir audiências ao Presidente da República e aos grupos parlamentares, estando para ser agendada em breve uma assembleia de delegados sindicais, que pode definir formas de lutas e se deve realizar em Janeiro. Ventinhas diz discordar da existência de “processos paralelos” e admite vir a impugnar a directiva nos tribunais administrativos: “A criação de processos paralelos no processo penal, à margem da lei, descredibiliza o Ministério Público e compromete a sua imagem de transparência.”



PJM e chefe da casa militar falavam sobre Tancos

Ana Henriques

Major diz ter acreditado que Marcelo e o ministro da Defesa estavam a par da investigação da Judiciária Militar

Um major da Polícia Judiciária Militar (PJM) que é arguido no caso de Tancos garante ter visto o então director-geral deste órgão de polícia criminal, Luís Vieira, telefonar ao chefe da casa militar do Presidente da República, João Cordeiro, para falarem sobre o roubo do material bélico ocorrido em finais de Junho de 2017.

Quanto ao conteúdo dessa conversa, o major Roberto Pinto da Costa afirma que o ignora, uma vez que saiu da sala da PJM onde se encontrava com o outro oficial no momento em que o telefonema teve início. E muito menos sabe que informações transmitia o tenente-general João Cordeiro ao chefe de Estado sobre o caso. Certo é que as autoridades suspeitaram do que o hoje ex-chefe da casa militar lhes mentiu sobre o que sabia de todo o processo relacionado com o roubo e reaparelhamento do armamento, razão pela qual ainda em 2019 foi extraída uma certidão para investigar este general, por falsas declarações.

O PÚBLICO tentou saber junto da Procuradoria-Geral da República o estado deste inquérito, mas sem sucesso.

O Presidente Marcelo Rebelo de Sousa sempre negou ter sido posto a par das negociações que alegadamente tiveram lugar entre os militares e os ladrões do material bélico para que o produto do roubo fosse entregue sem estes últimos serem alvo de qualquer tipo de punição.

“A minha convicção era que o Presidente da República e o ministro da Defesa estavam a par de todo o processo” relacionado com a investigação desenvolvida pela PJM, declarou em tribunal ontem o major Pinto da Costa, muito embora negando qualquer intenção de deixar escapar os ladrões em troca da devolução do armamento.

As diligências da Judiciária Militar junto do chefe da casa militar do Presidente, diz o Ministério Público que tinham como objectivo tentar reverter a decisão da procuradora-geral da República de entregar a direcção da investigação sobre Tancos à Polícia Judiciária civil, retirando assim protagonismo aos militares.

Sociedade

Portugal tem menos camas hospitalares do que a média da OCDE

Ana Dias Cordeiro

Relatório *Health at a Glance 2020* faz um primeiro balanço da capacidade de resposta à crise da pandemia

Com 3,5 camas por mil habitantes, Portugal está abaixo da média dos 27 países da UE, que é de cinco camas, e no 23.º lugar num conjunto de 32 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) analisados no relatório *Health at a Glance 2020* que aquela organização publica todos os anos.

Neste documento, em grande parte dedicado ao impacto da pandemia nos sistemas de saúde dos Estados-membros, nas pessoas com outras doenças, nos lares e outras instituições e na sociedade em geral, Portugal tem o mesmo número de camas de hospital por habitante que a Noruega, mas metade da proporção de camas existente na Hungria ou na Roménia (ambas com sete por mil habitantes).

Mesmo assim, está entre os países com um número de mortes por covid-19 em absoluto mas também por milhão de habitantes abaixo da média destes países. Em Portugal já morreram 3701 pessoas devido a esta doença, de acordo com os dados mais recentes da Direcção-Geral da Saúde reportados ontem. Seja como for, o quadro existente de capacidade hospitalar deve juntar a esse número de camas disponíveis por habitante a taxa de ocupação das mesmas também por habitante, recomenda o documento. E aqui, Portugal, a Bélgica e Malta apresentam uma percentagem de 80%, ou seja, superior à taxa de ocupação média de 73% entre os Estados-membros da UE. A lista é liderada pela Irlanda, com uma taxa de ocupação de 91%.

Estes dados anteriores à pandemia, de 2018, mostram que a Alemanha tinha o maior número de camas disponíveis no sistema de saúde em 2018, com oito por mil habitantes, e por conseguinte uma maior capacidade prévia para responder a uma crise como esta. A Bulgária (com 7,6 camas por mil habitantes) e a Áustria (7,1) posicionam-se logo a seguir à Alemanha, enquanto a maioria dos países europeus dispõe de três a sete camas por mil habitantes. Em 32 países analisados com dados de 2018, a Suécia é o país com menos camas por mil habitantes (2,1). A Dinamarca tem 2,4 e o Reino Unido dispõe



País tem 3,5 camas por mil habitantes

de 2,5. O relatório apresenta dados equivalentes para vagas nas unidades de cuidados intensivos, mas só para alguns países, entre os quais não está Portugal.

A primeira vaga da covid-19 nos países da OCDE teve impactos e respostas dos governos, em geral, semelhantes. Nos lares, houve demora a adoptar as medidas necessárias de contenção e estas instituições não foram prioritárias na hora de testar a população. Outra conclusão é a de que mais pessoas morreram por covid-19 nas populações mais carenciadas e entre os imigrantes em diferentes países.

O relatório aponta o exemplo de regiões de Inglaterra no Reino Unido onde essa discrepância chegou a ser o dobro. Na França, refere a OCDE, “os imigrantes foram igualmente afectados de forma desproporcional”. As taxas de mortalidade em geral (e não só por covid) aumentaram em 48% em Março e Abril deste ano, relativamente a Março e Abril de 2019, entre os imigrantes, ou seja, mais do dobro da subida em 22% registada na mesma taxa entre os cidadãos nascidos em França.

A resposta à crise nos lares poderia ter sido mais rápida, conclui a OCDE. França, Reino Unido e Espanha são exemplos de países onde a adopção de medidas a cumprir nestas instituições só foi formalizada dois meses depois do primeiro registo de casos positivos em lares. Também são apontados atrasos na disponibilização de equipamento de protecção para as equipas nestas residências.

As 9659 mortes, por um milhão de habitantes com mais de 80 anos, colocam a Bélgica como o país onde mais idosos morreram nos lares.

SONAE



O MUNDO DOS BRINQUEDOS ESTÁ DE VOLTA

LEVE
3

PAGUE
2



TODOS OS BRINQUEDOS
mais de 150 marcas



TUDO AOS PREÇOS
+ BAIXOS

Promoção válida até 23 de novembro de 2020.
Exceto consolas, videojogos, bicicletas e artigos de desporto infantis.
Oferta do artigo de menor valor. Exceto Açores.

CONTINENTE

Local Alterações ao Regime Geral de Gestão de Resíduos

Restaurantes vão ter de evitar mandar tantos restos para o lixo

Nova lei eleva a fasquia para a redução do lixo por particulares e empresas. Restaurantes e “hipers” terão de separar os restos e municípios podem multar

Abel Coentrão

As alterações ao Regime Geral de Gestão de Resíduos, que estão em consulta pública até hoje, aumentam a pressão sobre particulares e empresas, para ajudar o país a alcançar metas de redução, de reutilização e reciclagem que até agora temos, colectivamente, falhado. Na área dos resíduos biodegradáveis, tal como os particulares, os restaurantes e o grande comércio vão ser obrigados a separar os restos de comida e desperdícios gerados na sua preparação, doando o que for consumível e entregando o que não for a sistemas de recolha selectiva que terão de estar montados até ao final de 2023. Mas o Governo admite esperar cinco anos para que a tarifa que pagamos deixe de estar ligada ao consumo de água e passe a penalizar quem recicla menos.

Conseguiremos fazer menos 25% de lixo urbano até 2030? Ou baixar 10% até 2025? E conseguirão os estabelecimentos de restauração colectiva e comercial, as cadeias de produção e de abastecimento, incluindo as indústrias agro-alimentares, as empresas de *catering*, os supermercados e os hipermercados, cortar em 25% os resíduos alimentares, em cinco anos, ou levá-los, em década e meia, até metade dos valores registados em 2015?

O desafio da redução é imenso, mas o Governo não deixou de, em linha com as directivas europeias de resíduos, apontar esse objectivo na legislação que está a rever, o chamado Unilex, que altera o Regime Geral de Gestão de Resíduos e outros dois diplomas relacionados. Uma legislação complexa e longa, com mais de 400 páginas, para a qual foi dado apenas um período de 15 dias de consulta pública, que termina hoje, apesar dos pedidos de prolongamento

do prazo feitos por várias organizações. Ao PÚBLICO, o Ministério do Ambiente não adiantou motivos para a manutenção desta data-limite, remetendo para a Presidência do Conselho de Ministros.

Não é fácil abarcar a complexidade desta legislação, que mexe com quem produz embalagens, quem faz produtos de todo o tipo, consumidores de tudo isto, municípios e empresas responsáveis pela recolha dos resíduos, entidades responsáveis pela gestão dos mesmos até ao destino final: que pode ser a eliminação por incineração ou aterro (cada vez menos, exige a UE), ou, preferencialmente, a reutilização e, quando não é possível, a reciclagem.

O Governo já foi criticado por, na reutilização, não impor metas aos envolvidos na produção e comercialização de produtos embalados. Apesar de se perceber que há resistências à mudança, pelos custos que implica, foi deixado “às estruturas representativas de sectores de actividade económica, designadamente da indústria, do comércio, da distribuição e da restauração” a obrigação de “adotar, até 2023, instrumentos de auto-regulação que definam metas de gestão relativas ao volume percentual anual de bebidas colocadas no mercado embaladas em embalagens reutilizáveis, para 2025 e 2030, assegurando o respectivo cumprimento ou superação”.

Em contrapartida, até 2025, é exigido que os resíduos urbanos encaminhados para reutilização e reciclagem sejam pelo menos 55% do total, em peso, quando em 2019 não chegavam a 41%. Até 2030, essa percentagem passa para 60% e, em 2035, terá de ser, como exige a UE, 65% do total. Mas, nessa década entre 2025 e 2035, o que aumenta efectivamente é a exigência de “preparação para reutiliza-



Há 758 milhões para atingir metas

A secretária de Estado do Ambiente espera que as várias entidades interessadas no sector dos resíduos consigam dar sugestões para ajustamentos ao Unilex. Inês Santos Costa assinala que esta legislação, sendo fruto de uma articulação entre dois ministérios, não poderia deixar de ter em conta a actual situação económica do país, e a dificuldade que ela coloca a vários agentes envolvidos no sector. Em todo o caso, recorda que o Plano Nacional de Investimentos 2030 prevê 758 milhões de euros para ajudar o sector a atingir os objectivos.



ção de têxteis, equipamentos eléctricos e electrónicos, móveis e outros resíduos adequados para efeitos de preparação para reutilização”, que têm de garantir 5%, 10% e 15% desses objectivos. Ou seja, ou a reutilização, que hoje é marginal, aumenta efectivamente ou esta será mais uma meta que o país falhará como tem acontecido com todas as outras até agora.

A dificuldade de multar

A nova legislação introduz e reforça alguns instrumentos para forçar consumidores, empresas, municípios e sistemas de gestão a mudar de rumo. Escreve-se que os municípios devem prever, nos respectivos regulamentos, contra-ordenações – cujos montantes não são abordados neste documento – para quem não separe o lixo, mas a verdade é que isso já é possível, hoje, mas muito pouco aplicado, face à dificuldade de verificar, na esmagadora maioria das vezes, a quem pertence um saco de lixo, nota Rui Berkemeier, da Zero. Para este especialista nesta área, isto implicaria a disseminação da recolha porta a porta, que está a crescer em zonas urbanas, mas está longe de ser a opção generalizada, pelos custos que implica à partida, apesar de ser o sistema com melhores resultados no envolvimento da população e na

qualidade das recolhas.

Com ou sem multas, os municípios vão ter de dar corda aos sapatos e melhorar a recolha selectiva de papel, metais, plástico e vidro, que já fazem, e ir atrás dos biorresíduos, até ao final de 2023, de têxteis, óleos alimentares usados, resíduos perigosos, mobiliário e outros desperdícios volumosos até 1 de Janeiro de 2025. Montando, para isso, uma rede de pontos e de centros de recolha selectiva ou reforçando a que já têm, nalguns casos, o que vai implicar investimentos avultados. Parte deles financiável por fundos comunitários e pelo Fundo Ambiental, assegura o Governo.

O esforço não será igual para todos. A legislação prevê derrogações no cumprimento das metas para zonas do país onde se verifique ser mais difícil, e até ambientalmente negativo, fazer esta recolha selectiva. São os casos de algumas áreas de baixa densidade populacional e povoamento disperso, onde, por exemplo, no caso dos biorresíduos, a aposta cairá num processo que os mais velhos conhecem bem, a compostagem.

Taxa penaliza

Mas o país mais urbanizado não se livra das obrigações. E, se não criarem condições para a mudança, e continuarem, com os números



MIGUEL MANSO

expressivos de lixo “indiferenciado” (hoje representa, na média do país, cerca de 70%), as autarquias vão ter de gerir um aumento da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), o valor que lhes é cobrado pelo lixo não separado que entregam aos sistemas de tratamento. A TGR, que duplica de 11 para 22 euros já a 1 de Janeiro – apesar de protestos dos municípios e outras entidades – vai aumentar sucessivamente para 25, 28, 34 e 40 euros por tonelada, até 2025.

A lei determina que a taxa “deve” ser repercutida no serviço prestado, ou seja, na conta de consumidores e empresas que dele beneficiam, mas, na versão em consulta pública, é pouco lesta a impor uma ferramenta para que aqueles que separam não sejam prejudicados por todos os outros que não o fazem: o pagamento em função da reciclagem. O PAYT – *Pay as You Throw* – segue o princípio do desperdiçador-pagador. Quanto mais se recicla, ou se se entrega para reutilização, menos se paga. Neste momento, esta taxa está indexada ao volume de água consumida, uma fórmula que facilita a vida das autarquias, mas não distingue qualquer esforço de reciclagem dos cidadãos. E só em 2025 é que as câmaras serão obrigadas a separar as duas tarifas.

Claro que há outras variáveis na equação que, pelo caminho, podem acelerar algumas mudanças, como a promessa de entregar o valor da TGR ao Fundo Ambiental, que financiará parte dos investimentos necessários para a transição que o sector terá de fazer. Mas há contradições, apontam os ambientalistas. A Quercus e a Zero criticam as TGR reduzidas para as operações de valorização energética, ou para a gestão de resíduos provenientes de origens não-nacionais. Na incineração são eliminados milhares de toneladas de desperdícios recicláveis, mas paga apenas 25% da TGR. Agora o Governo impõe um agravamento da TGR aos sistemas que queimem recicláveis. Esse agravamento pode chegar aos 65%, em 2025.

A indústria considera, no entanto, que este agravamento vai criar uma situação de injustiça entre os municípios que entregam os resíduos aos dois maiores sistemas do país, penalizando quem puser mais cidadãos a reciclar em relação aos outros.

Se nada mudar, câmara a câmara, serão os cidadãos a aguentar na factura a penalização da TGR prevista também para deposição em aterro de recicláveis. O aterro já é a opção de fim de linha, mas Portugal continua a enterrar praticamente 60% do “lixo” urbano, o que nos deixa a milhas dos 10% que a UE prevê como limite em 2035. A partir de 1 de Janeiro de 2026, é proibida a deposição em aterro de resíduos biodegradáveis e até lá, a lei passa a prever agravamentos até 30% do valor da taxa, em 2025, se forem eliminados desta forma estes e outros resíduos que possam ser recuperados para outros usos.

Tal como os particulares, os restaurantes e o grande comércio vão ser obrigados a separar os restos de comida, doando o que for consumível e entregando o que não for a sistemas de recolha selectiva

55%

Até 2025, é exigido que os resíduos urbanos encaminhados para reutilização e reciclagem sejam, pelo menos, 55% do total, em peso

65%

Até 2030, essa percentagem passa para 60% e, em 2035, terá de ser, como exige a UE, 65% do total, quando em 2019 não chegava a 41%

Reduzir, reduzir

Água da torneira nos restaurantes

A nova legislação obriga os hotéis, restaurantes e cafés a “manter à disposição dos clientes um recipiente com água da torneira e copos higienizados para consumo no local, de forma gratuita ou a um custo inferior ao da água embalada”. Também para reduzir as embalagens descartáveis, a partir de 1 de janeiro de 2023, as bebidas refrigerantes, os sumos, as cervejas, os vinhos de mesa e as águas destinadas a consumo no próprio local, neste sector, devem ser acondicionadas em embalagens reutilizáveis, sempre que exista essa oferta no mercado e, na venda a retalho, quem comercializa estes produtos deve ter nas prateleiras a opção com embalagem reutilizável, quando exista.



Publicidade nos carros acaba em 2024

O Governo vai tornar inútil os autocolantes que encham as nossas caixas de correio da publicidade indesejada e livrar as ruas dos panfletos colocados nos pára-brisas dos carros, mas só a partir de 2024. A partir de 1 de Janeiro desse ano, passa a ser “proibida a distribuição de publicidade e anúncios não-endereçados e de cariz comercial pelas habitações e colocadas em automóveis”. Já a partir de 1 de janeiro de 2022, os estabelecimentos de *take-away* são obrigados a aceitar que os seus clientes utilizem os seus próprios recipientes, desde que os mesmos se apresentem limpos, em bom estado de conservação, tenham as características próprias para os fins a que se destinam e não coloquem em risco a segurança alimentar.

Um banho de água fria para quem já faz reciclagem

Análise



Abel Coentrão

O Governo dá cinco anos às câmaras para deixarem de nos cobrar pelo lixo uma tarifa indexada ao que nos cobram pela água que consumimos. Conhecendo o país, está visto que, a menos que algo de substancial mude, quem puder vai manter tudo como está até à data-limite. Cobrar mais lixo a quem toma mais banho é tão fácil quanto injusto, gera receitas, mas não, pelo que se vê, grandes protestos por parte dos cidadãos. que não interiorizaram a injustiça porque nunca lhes foi devidamente explicado que, num sistema otimizado, talvez pudessem pagar muito pouco, uma ninharia, pelo tratamento de resíduos sólidos.

Na verdade, de tudo aquilo que vai para o lixo, a maior parte tem um valor económico... que está a ser atirado ao lixo. Enquanto consumidores, todos nós já pagamos, no preço de muitos dos produtos que compramos, o valor estipulado para a reciclagem das respectivas embalagens, ou do produto em si, no caso, por exemplo, dos electrodomésticos. O que custa muito dinheiro aos municípios é o tratamento do lixo indiferenciado ou daquele que, tendo sido mal separado, acaba também num aterro ou numa incineradora. Ou seja, a minoria de portugueses que já separa o lixo em casa está a pagar por todos os outros que não o faz. E, nalguns casos, não paga pouco. Estas pessoas levam uma pancadinha nas costas. Estão a

contribuir para um país e um planeta melhor, mas partilham o prejuízo sem que os outros partilhem o trabalho que têm. E enquanto esperamos que a consciência ambiental impeça que uns desistam, a estes outros teimamos em não os acordar para a realidade: se eu consumo, se isso gera desperdício, não basta deitá-lo fora de qualquer maneira, pagar uma conta, e fazer de conta que o problema é dos outros.

Mas isso é algo que a maioria de nós só perceberá quanto esse fazer-de-conta implicar uma conta bem mais alta da que paga o vizinho que já cumpre. Se duvida disto, recorde o que aconteceu, quase de um dia para o outro, com o consumo de sacos de plástico a partir do momento em que o Estado impôs que passassem a ser pagos. Veja o que está a acontecer também com os mecanismos de incentivo, em dinheiro ou vales, à reciclagem de garrafas de plástico. Dois exemplos de um sucesso alcançado a partir do momento em que, negativa, ou positivamente, nos mexem na carteira.

O que não é aceitável é que tenhamos, eventualmente, de esperar cinco anos para pôr este mecanismo a funcionar nos resíduos urbanos. Ontem já era tarde, e é inaceitável que aqueles que impediram que os números do país, em matéria de reciclagem, fossem ainda piores – e aqui, declaração de interesses, incluo a minha família – continuem a ter de fechar os olhos a esta injustiça, e a pagar pelo lixo que não fazem quando abrem uma torneira. Neste aspecto, a actual legislação é um verdadeiro banho de água fria.



RUI GAUPÂNCIO

Quem tramou Lula da Silva? Moro, os EUA e a imprensa, dizem os seus advogados

Os advogados de defesa do ex-Presidente publicam *Lawfare: Uma Introdução* em Portugal, um livro em que desenvolvem a tese de que o sistema judicial brasileiro foi manipulado para fins políticos. Nenhum país é imune, avisam

João Ruela Ribeiro

Não foi preciso muito tempo para que os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Zanin Martins se apercebessem de que o caso que tinham em mãos contra o ex-Presidente brasileiro Lula da Silva era diferente de tudo o que tinham visto até ali. Lula foi o alvo de um longo e minucioso processo de manipulação do sistema jurídico em parceria com a imprensa brasileira e comandado por agentes ao serviço do Governo dos EUA, sustentam os advogados de defesa, que publicaram esta semana o livro *Lawfare: Uma Introdução* (Almedina).

O *lawfare* não nasceu com o caso de Lula, afirmam os advogados, em conversa com o PÚBLICO, mas as acusações contra o ex-Presidente no âmbito da *Operação Lava-Jato* – que já renderam duas condenações – fazem deste “o maior processo de *lawfare* da história mundial”, diz Valeska Martins. Mas em que consiste este conceito?

No livro – da autoria dos dois advogados e do especialista em direito Rafael Valim –, o *lawfare* é definido como o “uso estratégico do direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo”. Quando começaram a trabalhar na defesa de Lula, em 2016, os advogados notaram que havia “um uso diferenciado do direito”, relembra Cristiano Martins. Sentiram então necessidade de procurar suporte teórico para aquilo a que assistiam e depararam com o conceito de *lawfare*, usado em manuais militares norte-americanos como uma espécie de guerra encoberta, sem soldados, mas com juízes.

Tal como numa guerra, a escolha do campo de batalha é determinante. “Em todos os casos que observámos e descrevemos como *lawfare* percebe-se a intenção de manipulação jurisdicional do órgão administrador que é mais favorável à tese

do estrategista”, explica Valeska Martins. No caso de Lula, tudo girou em torno da 13.ª Vara Federal de Curitiba, onde o juiz federal Sergio Moro comandava a *Lava-Jato*.

Moro é apresentado como um agente fundamental para que o plano de *lawfare* fosse bem-sucedido. “Para que se possa superar ou transgredir as regras [jurídicas] é preciso um julgador que esteja disposto a isso. Por isso é tão decisivo o momento de escolha do julgador, que no caso Lula é um exemplo eloquente”, afirma Valim.

Os advogados dizem que o juiz escolheu deliberadamente ignorar as provas apresentadas pela defesa que rebatiam as acusações que, por sua vez, não estavam baseadas em nada que não relatos de imprensa. “Não existe nenhuma prova no processo que leve a qualquer conclusão que o juiz Sergio Moro chegou”, afirma Valeska Martins, que sublinha que “a constatação de *lawfare* em si não é uma defesa de um acusado”.

Ataque mediático

Ao mesmo tempo, o Brasil fervilhava a cada desenvolvimento da *Lava-Jato*, com detenções a serem transmitidas quase em tempo real e perfis dos procuradores e de Moro exibidos como os de “super-heróis” no combate à corrupção. Os advogados referem que o ambiente mediático é outra das dimensões fundamentais para que o *lawfare* seja alcançado. “É preciso organizar uma campanha, uma gestão de percepção para que a sociedade possa

receber como normal, natural ou, pelo menos, aceitável esse uso estratégico do direito”, diz Cristiano Zanin.

A utilização da corrupção como o grande alvo reveste a conduta de todos os actores – procuradores, juízes, polícia e imprensa – de um manto de quase inviolabilidade. Afinal, quem é que ousa criticar aqueles que estão a combater o uso indevido dos recursos públicos?

As condenações de Lula já foram confirmadas por tribunais de recurso, mas isso não abala a tese dos seus advogados de que o abuso se mantém. “Na escolha da jurisdição também se levou em consideração um tribunal de recurso que fosse favorável aos que estavam a praticar o *lawfare*”, diz Cristiano Zanin.

Este tipo de estratégia conseguiu, no Brasil, travar todas as salvaguardas previstas por qualquer estado de direito, concluem os advogados. No Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, a pressão mediática impediu o cumprimento do seu papel de garante da Constituição. “Aquele magistrado que viesse a rever decisões da primeira ou segunda instância poderia ser taxado como conivente com a corrupção”, explica o advogado.

“Quando se acusa alguém de corrupção, imediatamente essa pessoa é demonizada. O *lawfare* esvazia todas as garantias, tornam-se letra morta, meras figuras”, conclui Rafael Valim.

Os autores traçam a origem das campanhas de *lawfare* ao Departamento de Justiça dos EUA, não apenas a que envolveu Lula. A principal arma é o *Foreign Corruption Practices Act*, legislação dos anos 1970 que confere à justiça dos EUA um braço extraterritorial para investigar casos de corrupção noutros países, com o argumento de haver interesses norte-americanos em causa. Valeska Martins diz que os EUA assumiram um papel de “xerife da corrupção no mundo”.



ANTONIO LACERDA/EPA



Os advogados do ex-Presidente brasileiro e autores do livro. Lula a dar entrada na prisão em Curitiba, a 7 de Abril de 2018

No caso de Lula, os advogados identificaram a parceria próxima entre os procuradores da *Lava-Jato* e o Governo norte-americano, especialmente a participação de magistrados em conferências e programas de formação do Departamento de Justiça, tal como Moro. A defesa pediu os registos dessa cooperação entre as autoridades judiciais dos

12

O ex-Presidente brasileiro Lula da Silva foi condenado a duas penas de prisão superiores a 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro



RODOLFO BUHRER/REUTERS



ADRIANO MACHADO/REUTERS

Sergio Moro O herói Lava-Jato procura uma família política

João Ruela Ribeiro

Desde que entrou no Governo para assumir a pasta da Justiça e da Segurança Pública, com estatuto de “superministro”, que Sergio Moro sabia que o regresso à vida de juiz era uma impossibilidade. Acalentava a esperança de vir a sentar-se no Supremo Tribunal Federal, mas a demissão em rota de colisão com Jair Bolsonaro, em Abril, fez dele um dos principais nomes para enveredar por uma carreira política activa.

A grande interrogação é de que forma irá Moro manter-se na política. Desde que saiu do Governo que tem estado ausente da ribalta mediática a que se habituou nos últimos anos. O que não significa que tenha estado fora da política.

No final de Outubro, Moro recebeu no seu apartamento em Curitiba o apresentador de TV Luciano Huck, que está a movimentar-se rumo a uma candidatura às eleições presidenciais de 2022. Huck – que já esteve posicionado para se candidatar em 2018, mas acabou por recuar – é um nome acarinhado pelo centro-direita, que vê nele características únicas.

Fruto da sua longa carreira na TV Globo, o apresentador é uma celebridade conhecida em todo o país, mas nunca desempenhou um cargo político – algo prezado numa era de descrédito dos políticos tradicionais. Ao longo dos anos tem assumido preocupações sociais, mas é encarado como um liberal, granjeando o apoio do mercado financeiro, na expectativa de promover mais reformas económicas.

O encontro entre Moro e Huck, noticiado pela *Folha de São Paulo*, depressa foi lido como uma confirmação de que estaria a ser estudada uma candidatura conjunta para 2022. As conversas entre ambos

vêm de longe. Em Abril de 2018, alguns dias depois de Lula da Silva ter sido preso, Moro e Huck almoçaram em Curitiba, a pedido do apresentador, que na altura ainda contemplava candidatar-se à presidência, revelou o *site* The Intercept Brasil.

Mas a passagem de Moro pelo Governo Bolsonaro continua a gerar anticorpos entre quem está a construir uma alternativa conservadora. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, excluiu recentemente a possibilidade de o ex-ministro poder integrar uma candidatura de centro-direita apoiada pelo seu cada vez mais influente partido, o Democratas (DEM). “Com todo respeito ao ministro Moro, que eu tenho, acho que ele não faz parte desse ambiente de mais diálogo”, afirmou.

Ciente da resistência de alguns sectores, Moro decidiu pôr alguma água na fervura e desvalorizou os rumores sobre uma candidatura futura como “meramente especulativos”. Sobre o encontro com Huck, disse apenas ter-se tratado de uma conversa. “Nós nos encontramos e conversámos apenas sobre o Brasil, o cenário, mas não existe nada predeterminado”, disse o ex-ministro em entrevista ao jornal *O Globo*.

O futuro político de Moro parece estar por agora em banho-maria, mas nem os antigos amigos nem os próximos o esquecem. No dia das eleições municipais, Moro fez um apelo a um voto consciente, através do Twitter, e a escolha por “candidatos íntegros e comprometidos com uma gestão honesta e que beneficie a todos, sem discurso de ódio”.

O deputado federal e filho mais novo do Presidente, Eduardo Bolsonaro, respondeu ao antigo aliado, dizendo que o “discurso de ódio não passa de um artefacto da esquerda para dominar a narrativa”.

Defesa vê mais um recurso negado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) voltou a rejeitar esta semana um recurso da defesa do ex-Presidente Lula da Silva, e mantém a condenação de oito anos e dez meses de prisão pelo caso que envolve o apartamento triplex em Guarujá.

A defesa apresentou objecções técnicas ao julgamento que condenou Lula pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, e procurava obter uma redução da pena ou até o anulamento da decisão. No ano passado, o STJ tinha diminuído a pena inicial de 12 anos de prisão.

Neste caso, o ex-Presidente é acusado de ter recebido um suborno da construtora OAS sob a forma de obras de melhoria num apartamento em Guarujá,

uma cidade no litoral do estado de São Paulo. A defesa diz não haver provas de que o apartamento pertencesse sequer a Lula.

O ex-Presidente foi também condenado noutro caso em que é acusado de ter beneficiado de obras para renovar uma pequena quinta em Atibaia, no interior de São Paulo, a uma pena de 17 anos de prisão.

A condenação pelo tribunal de segunda instância pelo caso do triplex deu origem à prisão de Lula, em Abril de 2018, e vedou também a possibilidade de que fosse candidato às eleições presidenciais. Foi libertado há cerca de um ano, mas continua sem direitos políticos. **J.R.R.**

dois países, mas não existem documentos. “Essa situação sugere uma cooperação que foi engendrada directamente com os agentes do Estado, e não com o Estado brasileiro”, afirma Cristiano Zanin.

Há características próprias do sistema judicial brasileiro que o tornam vulnerável a este tipo de manipulação, como a coincidência entre a figura do juiz de instrução e do juiz de primeira instância – ambos desempenhados por Sergio Moro, no caso de Lula. A concentração da propriedade dos *media* também favorece o *lawfare*, diminuindo o espaço para meios que queiram fugir às narrativas *mainstream*.

Mas os juristas mostram vários exemplos de *lawfare* noutros países com características muito diferentes. “É uma guerra barata e imperceptível”, diz Valeska Martins. O impacto para a confiança dos cidadãos no sistema judicial é “devastador”, lamenta Rafael Valim. “A Lava-Jato vai ser o maior acontecimento de desmoralização do sistema de justiça brasileiro.”

Mundo

Michigan: avanços e recuos atrasam certificação da vitória de Biden

Alexandre Martins

Com o caminho na justiça mais tapado, Trump tenta que sejam os congressos de maioria republicana a validar resultados

A confirmação da vitória do candidato do Partido Democrata, Joe Biden, na eleição de 3 de Novembro nos EUA está a ser dificultada por representantes do Partido Republicano nos estados que fizeram a diferença no resultado final. Em menos de 24 horas, entre terça e quarta-feira, os dois republicanos no painel de certificação dos votos em Detroit, no maior condado do estado do Michigan, mudaram por três vezes de posição sobre o que fazer aos resultados.

Num primeiro momento, na noite de terça-feira, Monica Palmer e William Hartmann indicaram que iam opor-se à validação dos resultados, que dão a vitória a Biden com uma vantagem de 322 mil votos; poucas horas depois, após uma conturbada teleconferência com eleitores, os dois republicanos voltaram atrás e certificaram a vitória de Biden no condado de Wayne e na cidade de Detroit.

Mas não passou muito tempo até que Palmer e Hartmann mudassem mais uma vez de opinião: em declarações escritas, na noite de quarta-feira, disseram que querem anular os

votos favoráveis à confirmação dos resultados por haver diferenças, em várias secções de voto no condado de Wayne, entre as listas de eleitores que votaram e o número de boletins.

Estas discrepâncias são habituais no maior condado do Michigan, e também foram notícia nas presidenciais de 2016, na eleição de 2018 para o cargo de governador e nas primárias do último Verão. Em nenhum caso essas discrepâncias superaram dois ou três boletins numa centena de secções de voto, e nunca tinham sido usadas como justificação para travar a validação dos resultados.

Em todo o estado do Michigan, Biden teve mais 156 mil votos do que

Trump (quase 15 vezes mais do que a vantagem de Trump sobre Hillary Clinton em 2016). Só no condado de Wayne, Biden teve mais 332.000 votos do que Trump – o que torna impossível uma troca de posições por causa de umas centenas de votos.

Mais do que tentativa legítima de questionar os resultados – como aconteceu na Florida em 2000, quando esteve em causa uma diferença de apenas 537 votos entre Al Gore e George W. Bush –, o episódio em Wayne veio revelar o plano B do Presidente Trump para questionar a legitimidade da vitória de Biden.

Com os tribunais a rejeitarem as queixas de fraude – incluindo um

caso no condado de Bucks, na Pensilvânia, em que os advogados do Partido Republicano admitiram não ter nenhum indício de fraude –, a estratégia passa por ganhar tempo na esperança de que as maiorias republicanas nos congressos de alguns estados reclamem para si o processo de validação dos resultados.

Mas esse plano B também parece estar destinado ao fracasso.

Ainda que a Constituição dê aos legisladores de cada estado o poder de decisão na escolha dos seus grandes eleitores, vários estados têm leis em vigor que transferem esse poder para os governadores ou para os secretários de estado. E são essas as leis que estavam em vigor no dia da eleição, 3 de Novembro, pelo que a mudança só teria efeitos em 2024.

E há sinais de que nem todo o Partido Republicano acompanha o Presidente nas acusações infundadas de fraude generalizada. Apesar dos avanços e recuos no condado de Wayne, os líderes da maioria republicana no Congresso do Michigan dizem que não vão interferir no processo.

E, no Arizona, o presidente da comissão de supervisores do condado de Maricopa, o republicano Clint Hickman, acusou o seu partido de espalhar falsidades: “Chegou a hora de baixar o tom e de acabar com os rumores e acusações falsas. Não há nenhuma prova de fraude, nem de má conduta ou defeitos.”



CARLOS BARRIA/REUTERS

O plano B do Presidente dos EUA também parece votado ao fracasso

Forças especiais da Austrália mataram 39 civis no Afeganistão

Sofia Lorena

No inquérito à conduta das forças de elite australianas há relatos perturbadores, como o caso em que foram degolados dois adolescentes

Membros das forças especiais da Austrália mobilizadas no Afeganistão a seguir ao 11 de Setembro de 2001 assassinaram pelo menos 39 civis afegãos que não apresentavam qualquer ameaça, em “casos em que os novos membros da patrulha foram forçados a disparar sobre um prisioneiro para levar a cabo o seu primeiro homicídio” ou usando-os para fazer “tiro ao alvo”.

As revelações incluídas no relató-

rio divulgado ontem são “vergonhosas” e “profundamente perturbadoras”, disse o mais alto responsável militar australiano, general Angus Campbell.

O inquérito, fruto de uma investigação de quatro anos dirigida pelo major e juiz Paul Brereton, detalha como estes possíveis “crimes de guerra” foram cometidos e encobertos por comandantes de patrulha, normalmente sargentos ou cabos, sem o conhecimento das chefias.

Mas o relatório não iliba a hierarquia, apontando falhas de supervisão exacerbadas pela “cultura guerreira” das forças de elite e pelo recurso a um pequeno grupo de forças repetidamente mobilizadas durante longos períodos.

Havia também a sensação de que

o “sacrifício colectivo” das Forças de Defesa Australianas (SAS) justificava desvios às regras. “É claro que havia sinais de alerta, mas nada aconteceu”, escreve o inspector-geral adjunto das SAS, David Whetam.

Brereton identificou 25 militares envolvidos, incluindo alguns que ainda servem nas SAS. Os 39 afegãos foram assassinados, e outros dois tratados com crueldade por estas tropas em 23 incidentes.

Os militares não só encobriam os



Foi pedido à socióloga militar Samantha Cromptvoets que avaliasse a cultura das forças de elite

seus actos, encenando muitas vezes a cena do crime, pondo armas ou rádios junto aos corpos das vítimas, e mentindo de forma sistemática nos relatórios, como se gabavam e mantinham contagens de mortos.

O inquérito foi desencadeado pelo trabalho da socióloga militar Samantha Cromptvoets, a quem foi pedido que avaliasse a cultura das forças de elite e que ouviu alegações de crimes de guerra. Num incidente que lhe foi contado, as SAS pararam dois rapazes de 14 anos e decidiram que podiam ser simpatizantes dos taliban – foram degolados.

Campbell aceitou as 143 recomendações do relatório, incluindo encaminhar 36 casos para o gabinete criado pelo Governo para avaliar possíveis acusações criminais.



Primeiro-ministro prometeu criar 40 mil postos de trabalho

Boris Johnson anuncia maior orçamento para a Defesa

Pedro Bastos Reis

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, anunciou ontem um aumento de 16,5 mil milhões de libras (cerca de 18,5 mil milhões de euros) no orçamento da Defesa para os próximos quatro anos, um aumento de 10% que constitui o maior investimento dos últimos 30 anos.

“A era de cortar no nosso orçamento de Defesa deve acabar e termina hoje”, disse Johnson na Câmara dos Comuns. “A situação internacional é agora mais perigosa e intensamente mais competitiva do que em qualquer momento desde a Guerra Fria.”

Johnson garantiu que vai proteger “centenas de milhares” de empregos e criar mais de 40 mil postos de trabalho, prometendo tornar o Reino Unido a “principal potência naval da Europa” e enviar, até 2022, o primeiro foguetão do país para o espaço.

Keir Starmer, dirigente do Partido Trabalhista, concorda com um maior investimento na segurança, mas considerou que o anúncio “não foi acompanhado de qualquer estratégia”.

“Esta declaração mostra que o Governo ainda carece de uma estratégia clara ou de uma visão coerente para o Reino Unido no mundo”, afirmou Starmer, que enfrenta um tumulto interno devido ao afastamento de Jeremy Corbyn do grupo parlamentar do Labour.

Starmer perguntou a Johnson como é que o Governo tencionar pagar o investimento, sugerindo que o número 10 de Downing Street poderá estar a equacionar um aumento de impostos, um corte nas prestações sociais ou uma redução no orçamento destinado à ajuda ao exterior, no entanto, ficou sem resposta.

4 esquinas

O mundo que se conta
a partir do que se diz

Por António Rodrigues
Jornalista. Escreve à sexta-feira



Se não temos a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso, então, por definição, o mercado de ideias não funciona. E, por definição, a nossa democracia não funciona

Barack Obama ex-Presidente dos Estados Unidos



Começaram por demonizar Obama

1. Barack Obama acaba de publicar um livro de memórias sobre a sua presidência, precisamente na altura em que um republicano dá lugar a um novo democrata na Casa Branca, o seu “vice”, Joe Biden. O livro estende-se por 850 páginas (na tradução portuguesa) e é também uma reflexão sobre o tempo que vivemos e o que nos levou a estes dias de disrupção em que tudo é posto em causa, das vacinas à redonda que é a Terra. Em entrevista à *The Atlantic*, o ex-Presidente dos Estados Unidos afirma que estamos “a entrar numa crise epistemológica” – sem capacidade para distinguir a verdade da mentira, questionamos o conhecimento adquirido, pomos em causa factos como se fossem opiniões e defendemos opiniões como se fossem factos. A discussão deixa de ser uma troca de ideias para se transformar num combate de posições diametralmente opostas que se enfrentam à distância e quem tenta acercar-se do campo oposto para perceber a perspectiva do outro, construir pontes, encetar diálogos, acaba por ser destruído pelos bombardeamentos. O ex-Presidente diz que, durante a sua presidência, o Partido Republicano “descobriu ser vantajoso politicamente” demonizar Obama e o Partido Democrata: “Os seus eleitores acreditavam nisto e, com o tempo, os republicanos tiveram tanto êxito nessa demonização que se tornou muito difícil chegarem a algum compromisso ou até serem cordiais.” E, à distância, Obama aponta a escolha da então governadora do Alasca, Sarah Palin, para candidata a vice-presidente do senador John McCain, o senador republicano que derrotou em 2008 na corrida à Casa Branca, como o primeiro sinal de que o Partido Republicano estava a escolher para si uma camisa-de-onze-varas ideológica.

Hélas! A conspiração, a conspiração

2. Foi feito para demonstrar com alegados factos que a pandemia de covid-19 não existe e se trata apenas de mensagens e manipulações criadas pelos governos para controlar as populações e restringir os seus direitos. Por mais que a premissa de *Hold Up* – o documentário de quase três horas lançado em França no dia 11 de Novembro e que se já se tornou um fenómeno – seja uma pretensa verdade escondida que é preciso revelar, como se o mundo funcionasse com base num argumento escrito por um qualquer omnisciente Dan Brown, aquilo que os jornalistas franceses que já o viram dizem é que se trata de mais um exemplo de desinformação a que o género nos habituou. Distorce factos, inventa ligações entre argumentos ao acaso, dá voz a “especialistas” questionáveis, tudo para chegar ao habitual pão para a boca dos adoradores do género: há uma conspiração das elites para nos enganar. Como escreve a revista *Marianne* esta semana, está realizado de “forma hábil por antigos colaboradores da televisão pública francesa, usando todos os códigos das emissões televisivas de investigação”. Partindo de questões pertinentes sobre o uso de máscaras, as medidas de confinamento, os testes, Pierre Barnérias, ex-jornalista do *Ouest-France*, constrói toda uma teoria baseada em fontes documentais duvidosas. “Se alguns documentos são citados correctamente, muitos deles são distorcidos para dizer o que não dizem e, às vezes, até o contrário do que dizem”. Como diz o filósofo Mathias Girel, em entrevista ao *Libération*, “não são as questões que fazem as conspirações, mas a maneira como lhe dão uma resposta”. E *Hold Up* é uma resposta à medida da pandemia: uma conspiração mundial “para subjugar a humanidade”. Hélas, como exclamam os franceses.

Já Chega de sofismas

3. Neste tempo em que o homem do perdigoto que barafustava no café contra “todos esses corruptos” ganhou aparentemente quem o ouve; em que o taxista indignado com os imigrantes, os ciganos, os pretos e “toda essa corja que vem para aqui viver à custa” conseguiu quem pretensamente o entende; em que qualquer oportunista sem escrúpulos se aventura na banha-da-cobra política e arregimenta uns perigosos fascistas disfarçados de democratas para formar um partido; neste tempo, dizia, em que se confunde liberdade de expressão com ataques gratuitos e insultuosos a seres humanos e instituições como forma dita frontal de intervir no espaço público, percebemos que este discurso político de limpeza de um sistema podre não é mais do que montagem para enganar tolos. Sem deixar de ser perigoso, é falso como essa Kaweseki de fabrico chinês omnipresente em muitos países africanos. Veja-se o que o analista político peruano Lolo Echverría escreve no *El Comercio* e se o mesmo não se podia dizer sobre o Portugal do Chega, os EUA de Trump, a Hungria de Orbán: “Na era das redes sociais não existe político respeitável (...) nenhum faz nada, todos são iguais” e fazem parte “de uma trama ao mais alto nível, nacional ou transnacional, que infunde temor porque parece a encarnação do mal”. Como tal, “há que pintá-los como parte de uma conspiração para assustar os eleitores”. Na política, “aquilo que não é delírio é sofisma” e quando os políticos “não são capazes de desmontar o sofisma terão que inventar uma conspiração”. E este é tempo de conspirações.



Liberdade

4. Abraham Lincoln, que foi um Presidente republicano assassinado por extremistas de direita, dizia que quem nega a liberdade dos outros não merece a liberdade. E que nos vejamos em pleno século XXI a relembrar uma ideia de meados do século XIX para sublinhar o que devia ser óbvio é também um reflexo de como hoje se distorce o conceito de liberdade ao ponto de esta poder incluir o condicionar da liberdade de alguém. A manifestação desta semana em Berlim, frente ao Bundestag, onde os deputados discutiam a Lei de Protecção contra as Infecções, relembra como muitos se apropriaram da ideia da liberdade para agrilhoar as medidas de saúde pública, sem que em nenhum momento essas pessoas questionem que raio de liberdade é essa que nos faz arriscar a vida dos outros em nome de um qualquer direito inalienável a sermos uma espécie de “bom selvagem” moderno, vivendo numa liberdade total que nunca tivemos antes. Lado a lado, comerciantes que pensam no seu negócio, teóricos da conspiração, extremistas de direita, defensores dos animais, negacionistas e até veganos (havendo quem fizesse parte de mais de um ou de todos os grupos) congregaram-se aos milhares para mostrar a sua oposição à lei e para defender a Constituição (quando um fascista começa a defender direitos constitucionais, é melhor precavermo-nos). E não faltava o cartaz a dizer “Despertem”, como se vê numa das fotos da galeria publicada pela Deutsche Welle, porque eles sabem o que os milhares de milhões de todos nós, narcolépticos instrumentalizados pelos poderes nas trevas, não sabemos. Só tenho uma pergunta: aqueles que dizem que os jornalistas não escrevem as “verdades” que eles sabem que nós sabemos e que aparentemente não queremos escrever recebem a informação privilegiada que lhes permite manter os olhos bem abertos de quem? Será que me podem meter na lista?

Mundo

Ninguém cede no braço-de-ferro que opõe 25 contra dois na União Europeia

Rita Siza, Bruxelas

Impasse na aprovação do pacote de resposta à crise mantém-se. “Não podemos subestimar a gravidade da situação”, diz Charles Michel

Sem tempo para negociar um novo quadro financeiro plurianual ou organizar um plano alternativo ao fundo de recuperação Próxima Geração UE, os chefes de Estado e de Governo da União Europeia aproveitaram uma reunião informal do Conselho Europeu por videoconferência, agendada para debater a evolução da pandemia do coronavírus no continente, para dar uma oportunidade aos primeiros-ministros da Hungria e da Polónia de explicar as razões que os levaram a bloquear a aprovação do histórico pacote de resposta à crise pandémica, no valor de 1,8 biliões de euros.

Apesar de entender que a videoconferência não é o formato adequado para discutir um assunto tão “sensível”, o presidente do CE fez questão de abordar o problema logo no arranque da reunião. Não tinha outra hipótese: era impossível ignorar um “problema” com o potencial de acrescentar uma crise política e institucional, ao nível europeu, à pandemia de covid-19. “Não podemos subestimar a gravidade da situação, nem o carácter sério do obstáculo com que nos confrontamos”, declarou.

Depois de uma breve introdução, Charles Michel cedeu a palavra à chanceler Angela Merkel, para um ponto de situação dos esforços da presidência alemã para ter o “novo Plano Marshall” para a recuperação e transformação da economia europeia no terreno já no início de 2021. Logo depois, pediu para Viktor Orbán e Mateusz Morawiecki apresentarem os argumentos da Hungria e da Polónia para um veto ao pacote europeu de resposta à crise, que garante aos seus países transferências financeiras num valor superior a 10% do PIB.

E, meia hora depois, Charles Michel já estava a avançar a reunião para o tema oficial da ordem de trabalhos, a coordenação da UE no combate ao coronavírus. Segundo fontes diplomáticas, o presidente do Conselho tinha antes acertado a estratégia com as delegações dos 25 Estados-membros que estão ansiosos por dar luz verde ao plano de recuperação da crise. Para a videoconferência não ficar “fora de controlo”, os líderes nacionais deviam abster-se de comentários após a exposição dos argumentos da Hungria e Polónia – coisa que

todos fizeram, à excepção do primeiro-ministro da Eslovénia, Janez Jansa, que desde o início da semana se desdobra em manifestações de “compreensão” pelas posições assumidas por Orbán e Morawiecki.

O “problema” dos dois líderes não é com o valor do próximo Orçamento comunitário para 2021-27, nem sequer com o facto de o fundo de recuperação, que totaliza os 750 mil milhões de euros, assentar na emissão de dívida conjunta europeia – “linha vermelha” que durante a crise do euro foi inultrapassável. O que Hungria e Polónia contestam é que a distribuição do dinheiro esteja directamente ligada ao cumprimento das normas do Estado de direito, e possa ser reduzida ou até suspensa em caso de infracções.

O regulamento para o novo regime

de condicionalidade nas transferências dos fundos comunitários já foi aprovado pelo Parlamento Europeu e o Conselho da UE, sem o voto da Hungria e Polónia. Por se tratar de uma decisão por maioria qualificada, os dois governos não podiam travar o mecanismo de Estado de direito. Mas, tal como tinham prometido, usaram o pacote de resposta à crise, que tem de ser aprovado por unanimidade, como moeda de troca: ameaçaram o veto, e assim impediram a votação do acordo político alcançado nas negociações entre as três instituições europeias para o quadro plurianual e fundo de recuperação.

A sua esperança era que, confrontados com a pressão do calendário (o actual quadro financeiro termina no final do ano, e sem novo Orçamento



Para responder a esta crise sem precedentes, precisamos do pacote completo

Ursula von der Leyen

Presidente da Comissão Europeia

aprovado a Comissão será obrigada a gerir o dinheiro de Bruxelas num regime de duodécimos), os líderes acabassem por esquecer os princípios e aceitassem sacrificar a nova legislação. Mas os 25 não deram sinal de que estão dispostos a fazê-lo.

“Em Julho, demos luz verde a um plano ambicioso para responder à crise, que precisa de ser implementado o mais depressa possível. Contudo, alguns Estados-membros indicaram que não estão dispostos a aceitar o mecanismo de condicionalidade ao Estado de direito, pelo que vamos continuar a trabalhar para encontrar uma solução que possa ser aceitável para todos”, informou Michel no final da reunião.

Na mesma linha, mas ligeiramente mais contundente, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, lembrou que o acordo fechado pelos 27 em Julho era composto por três elementos e não há nenhuma razão para deixar cair um deles: “Para corresponder às expectativas de todos os cidadãos europeus, e responder a esta crise sem precedentes, precisamos do pacote completo. Para mim, é tão importante para o futuro ter um Orçamento como garantir o respeito pelo Estado de direito”.

Antes de se ligarem as câmaras da reunião, os responsáveis europeus já tinham refreado as expectativas de uma solução rápida para o impasse, aparentemente conformados com o prolongamento do braço-de-ferro (no limite, até à próxima cimeira de líderes, a 10 de Dezembro). Em Bruxelas, parece vingar a ideia de que é preciso dar mais tempo à Hungria e Polónia para se reconciliarem com a realidade da crise pandémica – depois de terem escapado relativamente incólumes à chegada do vírus na Primavera, os dois países vêm-se agora assoberbados pela segunda vaga – e para baixarem o tom da sua retórica anti-UE.

A estratégia dos restantes países é manter a calma e não ceder: os líderes acreditam que, perante o furor da opinião pública europeia, os dois líderes agora isolados não terão outra hipótese que não deixar cair a sua oposição. Mesmo assim, os chefes de Estado e de Governo não esconderam a frustração, preocupação e até irritação por ter de lidar com outra dificuldade na etapa final de um processo negocial repleto de obstáculos.

No fim da videoconferência, Charles Michel e Ursula von der Leyen recusaram dizer aos jornalistas se se sentem traídos ou chantageados pela Hungria e a Polónia. Mas foram muito claros: para sair da crise não há plano B, só plano A.



O presidente do Conselho Europeu não teve outra hipótese senão abordar a oposição da Hungria e da Polónia ao histórico pacote de resposta à crise pandémica



Morawiecki compara UE ao comunismo

Numa intervenção quarta-feira no Parlamento que deixou muitos dos seus homólogos atónitos, o chefe do Governo polaco, Mateusz Morawiecki, insurgiu-se contra a “propaganda” da UE, que comparou à do regime comunista do Partido Unido dos Trabalhadores, e as “decisões arbitrarias” de uma “oligarquia europeia” contra o seu país. “Estamos

a bater-nos pelos princípios do Estado de direito, sem os quais a UE é um mecanismo para decisões arbitrarias de burocratas, e onde os países mais fortes dominam os mais fracos”, disse, garantindo: “[O meu Governo diz] sim à UE, mas não aos vários mecanismos que nos castigam como se fôssemos crianças e tratam a Polónia e outros Estados-membros de maneira diferente”.



É urgente ler o Público

A informação protege-nos

Acesso livre a todos os artigos sobre a covid-19

Faça *download* da nossa aplicação e subscreva as notificações #coronavírus



Táxis perto do fim dos limites municipais

Recomendações para a modernização do sector prevêem possibilidade de pagar corridas de táxi através dos passes sociais

Luísa Pinto

O fim dos contingentes de táxis decretados à escala municipal e a possibilidade de os passes como o Andante ou o Lisboa Viva servirem para pagamento do serviço de transporte de táxis são algumas das propostas que constam do relatório preliminar entregue à tutela pelo grupo de trabalho constituído em Julho para estudar a modernização do sector.

Como sublinhou ao PÚBLICO Ana Rita Silva, vice-presidente da Federação Portuguesa do Táxi, ainda são propostas e não são conclusões definitivas, pelo que não se sabe quando é que as medidas entram em vigor. “Mas pelo menos estes temas já foram discutidos e reuniram um amplo consenso entre as 13 entidades que integram o grupo de trabalho”, afirmou.

O grupo de trabalho é coordenado pelo Instituto de Mobilidade e dos Transportes, que, numa nota pública,

já deu conta de que este relatório preliminar foi analisado pela Secretaria de Estado da Mobilidade, e que esta já solicitou que se dê continuidade à execução dos trabalhos, com vista à sua conclusão.

O grupo de trabalho está a discutir três pilares concretos: a definição de contingentes, a necessária digitalização do sector e a discussão de tarifários. Nas primeiras quatro reuniões, que permitiram a redacção do primeiro relatório preliminar, só foram discutidas as duas primeiras questões. Ainda não há novas reuniões marcadas para discutir a terceira, sobre o tarifário.

Na contingência, está a ser avaliada a ideia de criar contingentes intermunicipais de forma a impedir que o valor das viagens na passagem das fronteiras administrativas aumente por causa do pagamento da tarifa de retorno em vazio. Esta medida faz sentido em concelhos que não tenham muita distância entre si, daí a proposta de contingentes à escala supramunicipal. Por exemplo, hoje, o motorista de um táxi licenciado em Lisboa e que faça uma corrida até Cascais, não pode aceitar clientes daquele concelho para o regresso, pelo que cobra ao cliente a tarifa de retorno.

No relatório sugere-se a transferência de competências para determinação de contingentes para o nível supramunicipal (Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais) acompanhando, assim, as competências já assumidas por estas em matéria de gestão de transportes colectivos. Esta proposta foi defendida publicamente, já em 2018, pelo ministro que tem a tutela da Mobilidade, João Pedro Matos Fernandes.

Usar o passe no táxi

Também a possibilidade de os cidadãos usarem o passe social, como o Lisboa Viva ou o Andante nos transportes de táxi, e que ontem foi noticiada pelo *Jornal de Notícias*, consta do relatório preliminar cujas propostas foram tornadas públicas pela Federação Portuguesa do Táxi. E é apenas uma das muitas propostas que constam no pilar da digitalização

Lisboa avança nas carruagens de metro

Nove meses depois de o processo de aquisição de novas carruagens por parte do Metro de Lisboa ter sido “congelado” na sequência de uma acção de impugnação interposta pela Thales e pela CRRC Tangshan, a empresa tem agora “luz verde” para retomar o negócio junto da Siemens e da Stadler. Ontem, o Metro afirmou que as duas empresas desistiram do processo em tribunal, o que implicava a suspensão do contrato assinado com a Siemens/ Stadler. Agora, as primeiras carruagens devem chegar no segundo semestre de 2022, prevendo-se que as últimas cheguem no final de 2023 (são 42, ao todo). O concurso, no montante de 114,5 milhões de euros, envolve também um novo sistema de sinalização. **Luís Villalobos**



MIGUEL MANSO

ANTRAL convocou profissionais do táxi para protesto esta sexta-feira, em Lisboa

Uso do passe implica “decisão política” de incluir “serviço público de transporte em táxi”

que está a ser discutido no seio do grupo de trabalho.

“A nosso ver, esta é a concretização do serviço público do táxi na rede pública de transporte. O táxi, com as suas especificidades, tem de ser um operador integrado no sistema da circulação e mobilidade tal como acontece com outros meios de transporte e operadores, comboio, autocarro, metro, barco”, diz Ana Rita Silva. A implementação da proposta irá implicar tecnologia adaptada que será criada “depois da decisão política da inclusão do serviço público de transporte em táxi”, como refere a vice-presidente da FPT. “Toda esta operacionalidade terá de ser vista

depois como se faz. Para fazer o pagamento do serviço, logo veremos, mas cada táxi terá de ter uma máquina para receber o pagamento do serviço”, afirmou.

Contactado, o ministério da tutela declinou comentar as duas matérias nesta altura.

O grupo de trabalho é constituído por 13 entidades, entre as quais o Instituto de Mobilidade e dos Transportes (coordenador do grupo), a secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, do Turismo e da Mobilidade, a Associação Nacional de Municípios, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, ANTRAL e Federação Portuguesa do Táxi.

Operador rodoviário admite recrutar motoristas na Venezuela e em Cabo Verde

Carlos Cipriano

Recurso à mão-de-obra estrangeira é justificado pelos baixos custos a que os operadores rodoviários são forçados a trabalhar

“É uma vergonha! Como é que um país organiza concursos de prestação de serviços públicos que nem sequer são compatíveis com os salários baixos que já são praticados hoje, e é preciso ir buscar imigrantes a países que estão na miséria?”

José Manuel Viegas, especialista em Transportes, não disfarçou a sua indignação quando ouviu o primeiro-secretário da Autoridade Metropolitana do Porto (AMP), Mário Rui Soares, contar que um operador rodoviário lhe tinha dito que, “se ganhar o concurso, ou se for subcontratado, vai buscar imigrantes à Venezuela e Cabo Verde e dar-lhes formação para minorar a falta de mão-de-obra e atenuar a *décalage* financeira que se pratica no país relativamente aos custos”.

Este episódio ocorreu a 4 de Novembro no congresso da ADFERSIT (Associação para a Defesa dos Sistemas Integrados de Transportes) num painel onde se discutiu a importância dos transportes públicos na mobilidade sustentável.

Mas, ciente de que a sustentabilidade não deve ser só ambiental, o moderador José Manuel Viegas insistiu na questão: “Quando, para termos autocarros a funcionar, é preciso ir buscar imigrantes à Venezuela, não estamos a ser sustentáveis.” Por isso, instou os operadores dos transportes colectivos regulados a falarem com as autoridades que lançam os concursos públicos “levando uma agenda a favor da sustentabilidade que incluía a dignidade humana”.

Depois do congresso, o PÚBLICO falou com o responsável da AMP, Mário Rui Soares, que confirmou a história do operador que tenciona “importar” imigrantes. Trata-se de um concorrente português que está bem colocado para ganhar um dos cinco lotes postos a concurso, mas que Mário Rui Soares não quer divulgar porque lhe foi pedida reserva.

No entanto, este responsável não acompanha a indignação que o assunto provocou, explicando que a intenção do referido operador é essencialmente colmatar a falta de mão-de-obra que existe na contratação de motoristas.

“Se recrutarem motoristas na Venezuela e em Cabo Verde e lhes derem

formação, não vejo problema, porque até a própria língua é parecida com o português”, disse. De resto, ele próprio constatou em viagem recente a Amesterdão que na Holanda grande parte dos motoristas dos transportes públicos são estrangeiros.

Além disso, Mário Rui Soares diz que os operadores terão de respeitar as convenções colectivas de trabalho, independentemente de os seus empregados serem ou não portugueses. E que o próprio caderno de encargos prevê que os novos operadores, se necessitarem de motoristas, têm preferencialmente de os recrutar nas empresas dos antigos operadores.

O primeiro-secretário da AMP prefere colocar a ênfase na forma como o concurso público foi lançado e no

sucesso que já teve, pois concorreram 40 empresas, das quais metade são espanholas. A região do Grande Porto foi dividida em cinco lotes às quais os operadores puderam concorrer, sendo certo que nenhum poderá ficar com mais do que um lote. Desta forma, garante-se que haverá uma empresa ou consórcio diferente para cada lote.

Em rigor, o concurso não se trata de uma concessão, mas sim de uma compra de serviços em que os operadores serão pagos pelo número de quilómetros percorridos acrescido de um prémio que consiste em 25% da receita obtida (os outros 75% vão para a AMP).

Este prémio destina-se a estimular a vocação comercial dos operadores para que estes não se limitem a efec-



Trazer trabalho escravo para os transportes não é propriamente um exemplo de sustentabilidade

Pires da Fonseca
CEO da Arriva

tuar os quilómetros acordados sem qualquer preocupação com a procura e as receitas.

Mário Rui Soares destaca que nos cinco lotes em torno do Porto se reduziram o número de linhas de autocarros de 630 para 428, eliminando-se redundâncias (havia linhas com mais de um operador) e aumentando a eficiência.

“Dumping social”

Pires da Fonseca, CEO da Arriva, que opera essencialmente no Norte do país, disse ao PÚBLICO que a empresa abandonou todos os concursos em que existe risco de procura porque, no contexto actual de incerteza provocado pela pandemia, ninguém consegue prever o comportamento das populações neste negócio.

As empresas mais bem colocadas para ganharem o concurso ofereceram preços ao quilómetro entre 1,10 a 1,42 euros, um valor bastante mais baixo do que os 1,70 euros de referência do caderno de encargos.

“Com este valor por quilómetro ninguém pode pagar salários decentes”, diz Pires da Fonseca, constatando que “a pressão dos custos operacionais está precisamente nos salários”. O administrador diz que “trazer trabalho escravo para os transportes não é propriamente um exemplo de sustentabilidade” e receia que “estejam a pôr os transportes públicos ao nível do da apanha da azeitona ou dos morangos, com a importação de mão-de-obra barata”.

Opinião partilhada por José Manuel Viegas, que diz que a AMP “tem de criar condições para reduzir o *dumping* social”, impondo, por exemplo, que os operadores a concurso não paguem salários abaixo de um determinado valor.

Espanhóis lideram

Os resultados provisórios do concurso colocam como vencedores os consórcios espanhóis Nex Continental Holding e Vectalia. O primeiro ficou em primeiro lugar em dois lotes e o segundo em três lotes.

Mas como nenhum concorrente pode ficar com mais do que um lote, haverá lugar para mais operadores, incluindo-se aqui os portugueses Sequeira, Lucas, Venturas & C.⁴ Lda, Bus On Tour Lda e Empresa de Viação Barraquense Lda, para além do grupo espanhol Xerpa Mobility.

Ainda assim, é possível que outras empresas portuguesas possam vir a ser subcontratadas pelos grupos vencedores para operar em determinadas áreas.



Transporte rodoviário da Área Metropolitana do Porto está a ser objecto de concurso público

Motoristas pedem investigação a concurso da AMP

As declarações do primeiro-secretário da comissão executiva da Área Metropolitana do Porto (AMP), Mário Rui Soares, no congresso da ADFERSIT já levou o Sindicato Nacional dos Motoristas (SNM) a reagir. No dia 13 de Novembro, o sindicato pediu que seja investigado o concurso para o transporte rodoviário na AMP, noticiou

então a Lusa. Com base nas declarações, o SNM pergunta se os operadores que apresentaram o preço por quilómetros mais baixo estão “já preparados para fazer recrutamento da Venezuela ou Cabo Verde e em que condições vão contratar esses trabalhadores”. Em comunicado citado pela agência, o sindicato mostrou-se “perplexo,

indignado e preocupado” com as afirmações do representante da AMP. “Que raio de concurso é este que não tem em consideração os trabalhadores das empresas, as suas famílias e que coloca em risco a situação social de todos na AMP? Nós dizemos, investigue-se! E os senhores presidentes dos municípios da AMP que dizem a isto tudo?”, interroga-se o SNM.

Economia

IGAI planeia nova auditoria aos “vistos gold” em 2021

Luís Villalobos

Recomendação vem da última auditoria, referente a 2017. PAN quer incluir no OE para 2021 o fim de todos os tipos de “visto gold”

A Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) está a analisar a realização, no ano que vem, de uma nova auditoria à atribuição de autorização de residência para actividade de investimento (ARI), mais conhecidos por “vistos gold”. A confirmar-se, será a primeira após um interregno de três anos, já que a última foi terminada recentemente, mas incide sobre 2017 – de resto, só é conhecida mais uma, que analisou o ano de 2014, tendo nessa sido identificadas diversas falhas na concessão dos vistos por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Em 2015, ficou estipulado por lei que deveria haver uma auditoria anual conduzida pela IGAI, mas essa medida acabou por ser revogada, sem grandes explicações, no meio de uma alteração legislativa efectuada em 2018.

Quando à auditoria referente a 2017, esta acabou por chegar ao plano de actividades de 2019, tendo sido formalmente concluída apenas no final de Janeiro deste ano. E, entre as conclusões desta auditoria, a que o PÚBLICO teve acesso, está precisamente a recomendação de uma nova auditoria a “inscrever em futuro plano de actividades da IGAI”.

De resto, os responsáveis da IGAI propõem o arquivamento da auditoria e a dispensa do contraditório, “por inutilidade”, uma vez que, segundo é explicado, foi dada resposta “aos constrangimentos e dificuldades apontadas na auditoria” de 2014.

No despacho referente à auditoria, datado de 30 de Janeiro, a inspeção-geral da IGAI, Anabela Cabral Ferreira, diz que acolheu a proposta para a realização de uma nova auditoria. Ao PÚBLICO, a IGAI afirmou agora que está a ser “ponderada a inscrição dessa auditoria” no plano de actividade para o ano que vem, e que se encontra em elaboração neste momento.

A concessão de autorizações de residência (como em Portugal) e de nacionalidades/passaportes (como Chipre e Malta) em troca de investimentos tem estado “debaixo de fogo” de diversas instituições e partidos políticos. Recentemente, a Comissão Europeia, que contesta estes regimes, iniciou procedimentos contra Malta e Chipre por considerar que violam a

lei europeia. Em Portugal, o BE já defendeu o fim dos “vistos gold”, e, no ano passado, deputados do PS incluíram uma autorização legislativa no OE para este ano de modo a que os “vistos gold” ligados a imóveis fossem restringidos “ao território das CIM do interior e das regiões autónomas da Madeira e dos Açores”. Só que nada aconteceu até agora.

O PÚBLICO enviou questões ao Ministério da Administração Interna para saber se está a ser preparada, ou se vai ser preparada, alguma medida legislativa nesse sentido, mas não obteve resposta. O tema, no entanto, não sai da agenda. Agora, foi o PAN a apresentar uma proposta de adita-

Número

5561

Até Outubro deste ano tinham sido concedidos 9254 “vistos gold”, ligados a investimentos de 5561 milhões de euros

China domina número de “vistos gold” atribuídos desde o início do programa, em 2012

mento ao OE para 2021, através da qual pretende o fim de todo o tipo de “vistos gold” que existem. Entre várias críticas, os deputados do PAN defendem que poucos empregos foram criados ao abrigo desde regime e que o “foco excessivo no investimento na aquisição de imóveis” demonstra uma escassa contribuição “para a dinamização da economia e capacidade produtiva do país”.

Ao mesmo tempo, o PAN tem uma outra proposta de alteração ao OE, desta feita ligada à realização de um balanço sobre os “vistos gold”. Assim, o PAN quer que sejam entregues vários dados, desde 2012 até agora, para depois a AR fazer um relatório.



ENRICH VIVES-RUBIO

Balanço

Imobiliário domina mas há tipologias sem adesão

De acordo com os últimos dados do SEF, desde o início dos “vistos gold” até Outubro deste ano tinham sido concedidas 9254 autorizações de residência, ligadas a investimentos de 5561 milhões de euros, 5024 milhões dos quais dizem respeito à compra de imóveis, com destaque para os concelhos de Lisboa e de Cascais.

Para se receber um “visto gold” ligado ao imobiliário, é preciso comprar uma casa de valor igual ou superior a meio milhão de euros, ou igual ou superior a 350 mil euros, se

for para reabilitação. Desde que existem os “vistos gold”, ainda só foram atribuídos 17 vistos pela criação de dez postos de trabalho, e três (dois dos quais em Outubro) pela transferência de 350 mil euros ligados à criação ou reforço de capital de uma empresa e criação ou manutenção de cinco postos de trabalho. Depois, há duas categorias que nunca conseguiram atrair um único investidor: a que requer a aplicação mínima de 250 mil euros na produção artística e a que implica o inves-

timento mínimo de 350 mil euros em investigação científica.

A seguir ao imobiliário, a categoria com mais receptividade é a de transferência de capitais, com 535 “vistos gold”, a esmagadora maioria (483) dos quais relacionados com a transferência de capitais no montante igual ou superior a um milhão de euros. No ranking das três nacionalidades que mais têm beneficiado deste regime está a China, com 4728 “vistos gold”, seguindo-se o Brasil, com 977, e a Turquia, com 466.

PCP contesta IRS sobre apoio social da cultura

Pedro Crisóstomo

Linha do Fundo de Fomento Cultural foi anunciada como “prestação social”, mas, agora, as Finanças alegam que não é assim

O grupo parlamentar do PCP escreveu ao Governo a pedir explicações para o facto de o fisco exigir que os trabalhadores independentes na área da cultura amparados pela “linha de apoio social aos artistas, autores, técnicos e outros profissionais das artes” paguem IRS sobre estas verbas.

A bancada comunista exige que o executivo esclareça por que razão, depois de anunciar esta linha como uma prestação social, argumenta agora que os apoios não têm “a natureza de prestação social” e considera que são uma subvenção equiparada a rendimento profissional (é esse o argumento das Finanças para exigir que os apoios sejam tributados como se fossem rendimento de uma prestação de trabalho).

Numa pergunta parlamentar ontem dirigida à ministra da Cultura e ao ministro das Finanças, os deputados do PCP questionam: “Vai o Governo alterar o entendimento anunciado pelo Ministério das Finanças e pela autoridade tributária e considerar que o apoio do Fundo de Fomento Cultural reveste, afinal, a natureza de prestação social?”.

A questão que motivou a pergunta parlamentar foi noticiada esta semana pelo PÚBLICO. O Governo anunciou o apoio específico para os profissionais das artes como uma prestação social e referiu-se a ele dessa forma no Programa de Estabilização Económica, mas, entretanto, passou a assumir o entendimento feito pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que já considerava que os outros apoios sociais da covid-19 não são verdadeiros “apoios sociais” na acepção dada pela lei que estabelece as bases do sistema de Segurança Social às prestações sociais e, assim, entende que estão sujeitas a IRS.

Foi isso que o ministério liderado por João Leão veio esta semana dizer, afirmando: “Não revestindo a natureza de prestação social e pensando a inactividade temporária, por razões, designadamente, de quebra de facturação, o apoio dirigido aos artistas, técnicos e outros profissionais da cultura que sejam exclusivamente trabalhadores independentes está sujeito a tributação em sede de IRS”.

TdC pede limites às revisões de projectos

Luísa Pinto

Contratos adicionais de obras públicas representaram aumento dos encargos de mais de 60 milhões entre 2017 e 2020

O Tribunal de Contas recomendou à Assembleia da República e ao Governo que regulem o regime jurídico da revisão de projectos, de forma a poder ser exigido um maior rigor dos projectos de obras públicas.

Entre as sugestões que faz aos legisladores, na sequência de mais um relatório de auditoria aos acréscimos de custos nos contratos de empreitada de obras públicas, o Tribunal de Contas (TdC) pede que sejam estabelecidas normas legislativas que, “de forma clara e inequívoca”, impeçam que as decisões dos tribunais arbitrais “legitimem despesas efectuadas em violação do que está definido no Código dos Contratos Públicos para os trabalhos complementares”.

Esta é uma das várias recomendações do tribunal no relatório da Acção de Fiscalização Concomitante aos Contratos Adicionais, que analisou a evolução do aumento de custos nos contratos de empreitada de obras públicas visados pelo tribunal por força de trabalhos a mais e de suprimento de erros e omissões (actualmente designados como trabalhos complementares), no triénio 2017-2020.

O TdC considera que o regime introduzido pelo Código dos Contratos Públicos para identificação dos erros e omissões dos cadernos de encargos e dos projectos e a partilha de responsabilidades “não tem sido devidamente observado nem é eficaz para induzir maior rigor nos projectos de obras públicas”.

Nas conclusões da auditoria, o Tribunal de Contas recomenda aos donos das obras públicas “um maior rigor na elaboração de projectos e na interpretação do que são circunstâncias imprevistas que possam justificar trabalhos adicionais”. “Tenham em



Tribunal de Contas é presidido por José Tavares desde Outubro

atenção que as circunstâncias agora denominadas imprevistas são apenas aquelas que sejam qualificáveis como inesperadas ou inopinadas, ou seja, como circunstâncias que o decisor público normal, colocado na posição do real decisor, não podia nem devia ter previsto”, apela o órgão que

fiscaliza as contas públicas.

Desde Setembro de 2006 que os actos e contratos adicionais a contratos de empreitada de obras públicas que já tenham recebido visto do TdC e que precisem de execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões trabalhos comple-

mentares) estão dispensados de fiscalização prévia do TdC. Mas são, depois, objecto de fiscalização concomitante ou sucessiva. Foram precisamente esses actos e contratos adicionais celebrados no triénio 2017-2020 que o TdC escalpelizou.

A instituição liderada por José Tavares analisou 2709 contratos de empreitada de obras públicas, remetidos por 395 entidades, e que ascenderam a 3795 milhões de euros. Destes contratos, houve 771 que deram lugar a 1580 actos ou contratos adicionais, e que determinaram acréscimos financeiros de 106 milhões de euros, mas a supressão de trabalhos a mais permitiu a poupança de 44 milhões de euros. Os contratos adicionais de obras públicas representaram, por isso, um aumento dos encargos de 62 milhões de euros.

No universo dos contratos alterados (771), o maior número de contratos foi outorgado pela administração local (505), mas o montante mais elevado ocorreu no sector empresarial do Estado (803 milhões de euros).

PUBLICIDADE

LOJA P
loja.publico.pt



De descobridores a desaparecidos.

Tudo sobre como são os portugueses.

Dia 27 de Novembro, por apenas 1€, descubra como evoluiu o nosso povo. Os portugueses estão mais qualificados e temos melhores infra-estruturas, mas entrámos devagar na era digital e da globalização. Ainda estamos presos às glórias passadas, mas temos que nos actualizar se quisermos ser os descobridores do futuro. O PÚBLICO associa-se à Fundação Francisco Manuel dos Santos numa colecção de 10 volumes, sobre os portugueses e os seus hábitos, onde são analisados todos os dados em pormenor por diversos autores nacionais, de forma simples e muito interessante.

Pretende receber o seu livro em casa?

Encomende online em loja.publico.pt, ou através de coleccion@publico.pt e 808 200 095/ 210 111 020

Quer saber quais os pontos de venda activos na sua área de residência? Ligue para 808 200 095/ 210 111 020



Di. 2020
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

PORDATA

RTP

Colecção de 10 volumes. PVP unitário 1€. Preço total da colecção 10€. Periodicidade impressa a sexta-feira, entre 28 de fevereiro e 27 de novembro de 2020. Stock limitado. O Público e a Fundação Francisco Manuel dos Santos reservam esta edição a noção original de cada um dos autores.

CLASSIFICADOS

Edif. Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte,
1350-352 Lisboa
pequenosa@publico.pt

Tel. 21 011 10 10/20 Fax 21 011 10 30
De seg a sex das 09H às 19H
Sábado 11H às 17H



MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA
CÂMARA MUNICIPAL

AVISO N.º 103

António de Jesus Figueira Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Grândola, Faz Saber:

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 78.º do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, foi emitido o Aditamento n.º 4 ao Alvará de Loteamento N.º 8/85, em nome de **Possidónio Nunes**, Contribuinte n.º 151455350 através do qual foi licenciado o loteamento que incide sobre o prédio sito no Cerrado das Murteira, Bairro de São João, descrito na Conservatória do Registo Predial de Grândola sob o n.º 300/311285 da união das freguesias de Grândola e Santa Margarida da Serra.

A alteração ao loteamento incide sobre o lote n.º 69, descrito na Conservatória do Registo Predial de Grândola sob o n.º 369/19851231, e inscrito na matriz sob o artigo 7800 foi requerida pela **Sr.ª Lucília Maria Matias**, aprovada por meu despacho exarado em 2020/07/28, proferido no uso da competência delegada pela Câmara na Reunião de 20/10/2017 e na reunião de 26/10/2017, respeita o Plano de Urbanização de Grândola e consta do seguinte, conforme memória descritiva, enquadramento e planta síntese, que constituem o Anexo I, os quais fazem parte integrante do presente aditamento:

No Aumento da área de implantação do lote de 130,00m2 para 138,05m2 (passando a incluir a área de uma construção anexa existente);

No Aumento da área de construção do lote de 210,00m2 para 161,74m2;

Alteração do número de pisos de 2 para 1 + cave (esta última já existente e com pé-direito inferior a 2,20m);

Alteração do polígono para a moradia, de forma que passe a ser limitado por afastamento posterior de 6,55m em vez dos 6,00m originais, permanecendo os restantes afastamentos.

Mantendo-se todo o resto.

O Lote 69 passa a ter a seguinte descrição:

Lote 69: com a área de 362,05m2 (trezentos e sessenta e dois vírgula zero cinco metros quadrados), com a área máxima de implantação de 138,05m2 (cento e trinta e oito vírgula zero cinco metros quadrados), e área máxima de construção de 161,74m2 (cento e sessenta e um vírgula setenta e quatro metros quadrados), um piso acima da cota de soleira destinado a habitação e um piso a baixo da cota de soleira destinado a arrumos, um fogo.

Grândola, Paços do Concelho aos 3 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

O Presidente da Câmara Municipal, António de Jesus Figueira Mendes



Arquiteta

MARIA LÍGIA MORAIS DE MACEDO DE CARVALHO

Faleceu

Sua Família participa o seu falecimento e que o seu corpo se encontrará em camara ardente hoje, dia 20, a partir das 18:30 horas no Complexo Funerário de Cascais (Alcabideche). A cerimónia religiosa realizar-se-á amanhã, dia 21, às 13:30. A cremação terá início às 14:00 horas.

Agência Funerária Oeiras

Servilusa - Número Verde Grátis 800 204 222
Serviço Funerário Permanente 24 Horas



FALECEU

Comunicamos com muito pesar que Marina Margaret Delmar Lindley Hunter faleceu em 15 de novembro de 2020 aos 74 anos. Viúva, deixa os filhos, Tony, Maria e Luiza e seus seis netos, Victoria, Jessica, Bento, Philip, Guy e Alexia. Agradecemos a todos o carinho e as homenagens recebidas.

P.N. A.M.

Agência Funerária Agnus Dei

Agnus Dei - Número Verde Grátis 800 20 63 10
Serviço Funerário Permanente 24 Horas



COMPLETE
AS SUAS
COLEÇÕES
NAS LOJAS
PÚBLICO

EDIFÍCIO
DIOGO CÃO

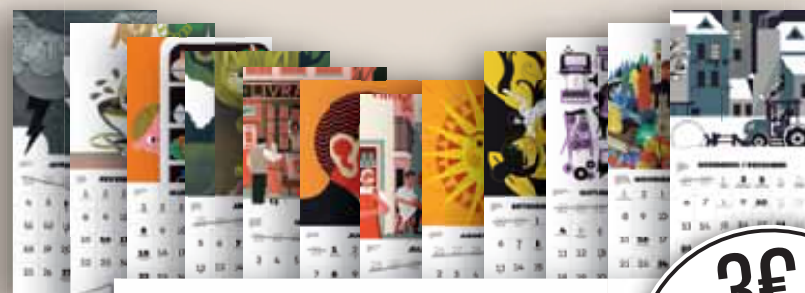
DOCA DE ALCÂNTARA
NORTE, LISBOA
(JUNTO AO
MUSEU DO ORIENTE)

HORÁRIO:
2.ª - 6.ª FEIRA: 9H - 19H
SÁBADO: 11H - 17H

INFO: 210 111 010

UM CALENDÁRIO POR UM FUTURO MELHOR

O PÚBLICO e a Associação para a Promoção Cultural da Criança apresentam o **Calendário Ilustrado para 2021** com sugestões de leitura para miúdos e graúdos. Esta edição é dedicada ao trabalho de ilustração de Tiago Albuquerque que trabalha em áreas tão distintas como Ilustração, Animação, Banda Desenhada e Música. Realizador dos filmes de animação "Diário de uma Inspectora", "My Music" e "28 de Outubro" é também o responsável dos jingles das campanhas publicitárias "Vacas Felizes", da Terra Nostra, e a marcha da Paladin. Não perca a oportunidade de adquirir este calendário especial e apoiar o projecto educativo para crianças e jovens da APCC.



3€
EMBANCA
COM O PÚBLICO
P



associação para a
promoção cultural
da criança



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, especificamente constituída para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
- Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2
- Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alcega»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura,
n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril
Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalcega@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente
n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra
Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17,
3100-523 Pombal Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da
Nazare, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL
Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim
Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo de Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro - Complexo Social da
Quinta da Moita - Oliveirinha, 3810 Aveiro
Tel. 23 494 04 80 - E-mail: geral.aveiro@alzheimerportugal.org



Contratação de Doutoramento (M/F)

Foi publicado no *Diário da República* n.º 2, 3.ª Série, de 18 de novembro de 2020, o Aviso n.º 18748/2020, relativo ao concurso Ref.ª CDL-CTTRI-97-ARRH/2020, de âmbito internacional, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto celebrado ao abrigo do Código de Trabalho, de 1 (um) lugar de Investigador Doutoramento de Nível Inicial, para o exercício de atividades de investigação científica na área científica de Psicologia, subárea de Psicologia Básica, com vista ao estudo do efeito de variáveis circadianas (cronótipo e hora-do-dia) no reconhecimento de faces, através de técnicas comportamentais (tarefas laboratoriais e questionários) e psicofisiológicas (eletroencefalografia e rastreamento de movimentos oculares), bem como participação em atividades de disseminação do conhecimento, no âmbito do projeto DORIAN – Reconheces-me? Efeito do cronótipo e da hora-do-dia no reconhecimento de faces, com a referência PTDC/PSI-GER/31082/2017, suportado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., na sua componente de Orçamento de Estado.

Consideram-se atividades a desenvolver: 1) avaliação do cronótipo humano mediante uso de questionários de auto-resposta e actigrafia; 2) preparação dos materiais experimentais a usar nos estudos e implementação de tarefas experimentais com software dedicado; 3) recolha e tratamento de dados comportamentais, de actigrafia e psicofisiológicos (eletroencefalografia, pupilometria e rastreamento de movimentos oculares); 4) análise estatística avançada dos dados; 5) preparação de relatórios e artigos científicos, em língua inglesa, para publicação em revistas internacionais de elevado impacto na área científica do projeto; 6) preparação e participação em ações de disseminação dos resultados do projeto, tanto em contexto académico como para a comunidade em geral.

2 - O requerimento de candidatura deverá ser elaborado nos termos do edital antes referido, publicitado no seguinte endereço eletrónico: <https://www.ua.pt/pt/sgrh/pessoal-investigador-novos-concursos-e-ofertas>.

3 - O prazo de candidaturas é de 15 dias úteis, contados a partir da data da publicação do aviso no *Diário da República*.

Aveiro, em 07 de novembro de 2020

O Reitor, Prof. Doutor Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira

INESC ID

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE DOUTORADOS (AS) AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2016, DE 29 DE AGOSTO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 57/2017, DE 19 DE JULHO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Para mais informação consulte o(s) link(s) abaixo:

<http://www.eracareers.pt/opportunities/index.aspx?task=global&jobId=129076>



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DE PARTICIPANTES DO EXPLORER IV – FUNDO DE CAPITAL DE RISCO

Nos termos do Regulamento de Gestão do EXPLORER IV – Fundo de Capital de Risco (o "Fundo"), com sede na Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 7.º A, 1070-100 Lisboa, convocam-se os titulares de unidades de participação para se reunirem em Assembleia de Participantes, a realizar no próximo dia 11 de dezembro de 2020, pelas 15:00 horas, através de meios telemáticos, nos termos do artigo 377.º, n.º 6, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Deliberar sobre a criação de uma nova classe de Unidades de Participação, nos termos da proposta anexa;

Ponto Dois: Em conformidade com o disposto no Ponto Um, deliberar sobre a alteração do n.º 1 do artigo 3.º, das epígrafes dos artigos 5.º e 6.º, o aditamento do artigo 5.º A, a alteração dos n.ºs 4, 5 e 7 do artigo 9.º, a alteração da alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º, alteração das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 28.º, e alteração das alíneas b) e d) e aditamento das alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Gestão, nos termos da proposta anexa. Nos termos do disposto no artigo 20.º do Regulamento, têm direito a estar presentes nas Assembleias de Participantes e a discutir e votar, os titulares de unidades de participação que disponham de pelo menos um voto. A cada unidade de participação corresponde um voto.

Participação na Assembleia de Participantes por meios telemáticos e voto por correspondência: Considerando (i) o contexto do impacto do Covid-19 e os deveres de proteção da saúde individual e coletiva, segurança e isolamento daí decorrentes, (ii) as medidas resultantes do Estado de Emergência declarado em Portugal, (iii) as recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários relativamente a esta matéria, e (iv) o dever geral de atuar no melhor interesse do Fundo e dos seus Participantes, promove-se a realização da Assembleia de Participantes por meios telemáticos, nos termos do artigo 377.º, n.º 6, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, aqui aplicável ex vi do disposto no n.º 1 do artigo 35.º da Lei 18/2015, de 4 de Março.

Por forma a cumprir com os requisitos gerais do artigo 377.º, n.º 5 e particulares do artigo 377.º, n.º 6, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente no que diz respeito a garantir a autenticidade das declarações dos participantes e a segurança das comunicações, a realização da Assembleia de Participantes obedecerá às seguintes regras:

A. Os participantes que tenham intenção de participar na Assembleia deverão enviar confirmação de que participarão na Assembleia de Participantes, por e-mail dirigido ao Presidente da Mesa até três dias úteis antes da data de realização da Assembleia para o seguinte endereço explorer4@explorerinvestments.com.

B. Da mensagem deverá constar: (i) o nome do participante; (ii) o seu endereço de e-mail, que deverá ser adicionado à plataforma eletrónica que será usada para a realização da Assembleia de Participantes; (iii) um número telefónico, que poderá ser alternativa ou complementarmente utilizado caso esteja impossibilitado de utilizar a plataforma eletrónica ou se verifique problemas na sua utilização; e (iv) confirmação de que poderá aceder à plataforma Microsoft Teams ou, não sendo possível, justificação da impossibilidade, sendo que neste caso participará por conferência telefónica;

C. As cartas de representação dos participantes que se queiram fazer representar na Assembleia terão de ser recebidas na sede da Sociedade Gestora do Fundo, sita na Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 7.º A, 1070-100 Lisboa, até dia 10 de dezembro de 2020, solicitando-se que seja enviada cópia digitalizada das mesmas por e-mail para o Presidente da Mesa, para o seguinte endereço explorer4@explorerinvestments.com.

D. Da carta de representação deverá constar: (i) a indicação do representante do participante; (ii) o endereço de e-mail do representante do participante, que deverá ser adicionado à plataforma eletrónica que será usada para a realização da Assembleia de Participantes; (iii) um número telefónico do representante do participante, que poderá ser alternativa ou complementarmente utilizado caso o participante esteja impossibilitado de utilizar a plataforma eletrónica ou se verifique problemas na sua utilização; e (iv) confirmação de que poderá aceder à plataforma Microsoft Teams ou, não sendo possível, justificação da impossibilidade, sendo que, neste caso, participará por conferência telefónica;

E. Os membros dos órgãos sociais da Sociedade Gestora deverão enviar confirmação de que participarão na Assembleia de Participantes, por e-mail dirigido ao Presidente da Mesa até dia 10 de dezembro de 2020 para o seguinte endereço explorer4@explorerinvestments.com.

F. Da mensagem deverá constar: (i) o nome da pessoa e a entidade que representa; (ii) o seu endereço de e-mail, que deverá ser adicionado à plataforma eletrónica que será usada para a realização da Assembleia de Participantes; (iii) um número telefónico, que poderá ser alternativa ou complementarmente utilizado caso esteja impossibilitado de utilizar a plataforma eletrónica ou se verifique problemas na sua utilização; e (iv) confirmação de que poderá aceder à plataforma Microsoft Teams ou, não sendo possível, justificação da impossibilidade, sendo que, neste caso, participará por conferência telefónica;

G. A plataforma eletrónica a ser usada para a realização da Assembleia de Participantes será o Microsoft Teams, estando também disponível, alternativa ou complementarmente, a ligação via telefónica caso a plataforma apresente problemas de funcionamento ou não seja possível ao participante utilizá-la;

H. O acesso à plataforma Microsoft Teams e a indicação do número telefónico alternativo de acesso, serão precedidos de convite eletrónico via Outlook, a enviar pelo Presidente da Mesa para cada um dos representantes dos participantes e demais participantes na Assembleia, para o endereço eletrónico mencionado na carta de representação e nas mensagens dirigidas pelos demais participantes. O referido convite será enviado até às 18 horas do dia 10 de dezembro de 2020. Os participantes que estejam impossibilitados de aceder à plataforma Microsoft Teams acederão à reunião através do número telefónico alternativo de acesso disponibilizado no convite eletrónico enviado via Outlook;

I. A participação da Assembleia de Participantes será validada também pelo Presidente da Mesa no momento do acesso à plataforma na data e hora da reunião, i.e., às 15:00 horas do dia 11 de dezembro de 2020 ou aquando do estabelecimento da ligação telefónica (caso esta seja necessária);

J. Será da responsabilidade dos participantes na Assembleia garantir as condições individuais necessárias ao acesso à plataforma Microsoft Teams e à participação na Assembleia de Participantes, nomeadamente o acesso à internet e a instalação de uma vídeo-câmara que permita a confirmação da identidade dos participantes na Assembleia de Participantes. Deverão igualmente assegurar a disponibilidade via telefónica, caso esta via tenha que ser utilizada;

K. Aos participantes na Assembleia será dada palavra, por ordem alfabética (ou por outra ordem indicada pelo Presidente da Mesa), para que se manifestem sobre cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos;

L. Sem prejuízo do exercício do direito de voto por correspondência, a votação será manifestada oralmente por cada um dos representantes dos participantes na Assembleia, sendo o sentido de voto confirmado pelo Presidente da Mesa;

M. Os participantes poderão exercer o seu direito de voto por correspondência. Os votos devem ser recebidos na sede da Sociedade Gestora do Fundo, sita na Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 7.º A, 1070-100 Lisboa, até três dias úteis antes da data de realização da Assembleia e enviada cópia digitalizada dos mesmos por e-mail para o Presidente da Mesa para o seguinte endereço explorer4@explorerinvestments.com. Os votos devem ser assinados pelo representante legal do respetivo participante, com a assinatura reconhecida na qualidade e confirmação da suficiência de poderes para o ato. Os votos por correspondência são contados para efeitos do quórum constitutivo da Assembleia de Participantes. Os votos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à respetiva emissão. Em caso de presença de representante do participante na Assembleia de Participantes, consideram-se revogados os votos por correspondência por este anteriormente emitidos.

N. A Assembleia de Participantes será gravada por forma a permitir o respetivo registo, assim como a elaboração fidedigna da respetiva ata e a respetiva transcrição para o livro de atas. A ata será posteriormente assinada pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário;

O. A lista de presenças será enviada pelo Presidente da Mesa por via eletrónica para cada um dos participantes e dos representantes dos participantes, que devem posteriormente enviar o original para a sede da Sociedade Gestora do Fundo, sita na Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 7.º A, 1070-100 Lisboa, endereçando cópia digitalizada para o Presidente da Mesa, para o seguinte endereço explorer4@explorerinvestments.com.

Atento o contexto atual, o texto integral das propostas e os demais elementos a que alude o disposto no n.º 1 do artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais, serão colocados à disposição dos senhores participantes, para consulta, na sede da Sociedade Gestora do Fundo, sita na Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 7, 7.º A, 1070-100 Lisboa, dentro do respetivo prazo legal e serão igualmente remetidos por correio eletrónico.

Lisboa, 20 de novembro de 2020

O Presidente da Mesa de Assembleia de Participantes

André Luiz Gomes



CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA AVISO

Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia

Faz-se público que, na sequência do meu despacho datado de 14 de novembro de 2019, da deliberação de Câmara datada de 8 de abril de 2020 e da deliberação da Assembleia Municipal datada de 31 de julho de 2020, e em conformidade com o estabelecido nos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, determinei a abertura do procedimento concursal abaixo indicado, para recrutamento e seleção dos respetivos diligentes, em comissão de serviço por três anos. A publicação dos procedimentos concursais na BEP-Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, com indicação dos requisitos formais de provimento, o perfil exigido, a composição do júri e os métodos de seleção, efetuar-se-á no dia da publicação do presente aviso, na qual consta a data de início e o prazo de dez dias úteis para apresentação das candidaturas.

— Um lugar no Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe da Divisão de Ambiente e Mobilidade).

Câmara Municipal de Évora, 5 de novembro de 2020

O Presidente da Câmara
Carlos Pinto de Sá



A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. vem convidar os interessados a apresentarem proposta para aquisição do imóvel sito na Estrada Exterior da Circunvalação n.º 7234, na Maia.

As propostas devem ser redigidas em língua portuguesa e remetidas por correio registado com aviso de receção, para a morada Avenida Fernão de Magalhães, 1862 – 13º, 4350-158 Porto.

Podem ainda ser entregues diretamente, das 9:00 às 12:30 e das 14:00 às 17:00 horas, mediante entrega de recibo, na morada acima referida, com entrada pelo piso 10º, ou enviadas para o email geral@stcp.pt.

As propostas devem conter elementos completos identificativos dos interessados, nomeadamente contacto telefónico.

O montante mínimo para aceitação de proposta é de €5.000.000.

O prazo limite para apresentação de propostas é o dia 4 de dezembro de 2020.

Qualquer questão deve ser remetida por email: geral@stcp.pt até 30 de novembro de 2020.

A STCP reserva-se no direito de não efetuar a adjudicação a nenhuma proposta, sem ter que o justificar e sem que os concorrentes possam apresentar reclamação ou exigir indemnização.



CONHEÇA AS NOSSAS SELEÇÕES DE VINHOS EM LOJA.PUBLICO.PT



MAIS INFO: 210 111 010

Ciência Abordagem artística ao mundo da investigação científica

A revolução da Marionet faz-se na fronteira entre o teatro e a ciência

Companhia de Coimbra regressa à sua primeira peça ligada à ciência, *A Revolução dos Corpos Celestes*, para assinalar os 20 anos. Peça da Marionet está em palco até domingo



Camilo Soldado

No princípio, Deus criou o Universo e colocou o planeta Terra no centro, com os restantes corpos celestes a girar em seu redor. Ou talvez não tenha sido bem assim, talvez a observação do céu e os cálculos matemáticos tornem difícil sustentar essa teoria. Hoje sabemos que não é assim, mas o desmoronamento do geocentrismo demorou séculos, num processo que ocupou vidas de matemáticos, físicos e astrónomos.

Numa hora, *A Revolução dos Corpos Celestes*, a peça que a companhia Marionet estreou ontem às 19h no Teatro da Cerca de São Bernardo, em Coimbra, revisita a história desse processo em três nomes (Ptolomeu, Copérnico e Galileu), com todas as tensões entre ciência e religião, implicações pessoais e interrogações por responder que o acompanharam.

O encenador da peça e autor do texto, Mário Montenegro, que é também o director artístico da Marionet, explica que este trabalho é sobre “o momento em que o homem deixou

de estar no centro do mundo”. É também uma montra do método científico, “algo que não permite dar respostas imediatas”, refere, como este ano de 2020 tem vindo a sublinhar.

Em simultâneo, a peça que fica em palco até domingo é uma celebração do aniversário da companhia que nasceu em 2000. Amanhã e domingo é de manhã, às 11h.

A Revolução dos Corpos Celestes foi a segunda peça encenada pela Marionet, em 2001, embora tenha sido a primeira a debruçar-se sobre temas científicos, uma linha na qual a companhia de Coimbra se especializou.

Nesta peça que chegou a ter estreia marcada para Março, mas que teve que ser adida por causa da pandemia, o diálogo entre duas personagens que vão manipulando um modelo de sistema solar, ora colocando a Terra no centro, ora colocando o Sol, estabelece um fio narrativo que acaba por se emaranhar em torno da “importância que o homem dá a si próprio, colocando-se no centro de tudo”, afirma o encenador. Uma reflexão que pode ser transportada para a

actualidade, com o grau de saturação da Terra e “com o que dela exigimos para nós”, exemplifica.

O local de estreia da peça em 2001, o extinto Museu Nacional da Ciência e da Técnica, marcou também o início de uma relação com as instituições onde se produz ciência. Um trajecto ainda mais acentuado a partir de 2010, com a aproximação ao Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC) da Universidade de Coimbra (UC), no âmbito do Programa Rede de Residências da Direcção-Geral das Artes (DGArtes) e da agência Ciência Viva. A Marionet tinha um espaço próprio no centro de investigação, instalado na antiga Faculdade de Medicina da UC, e acompanhava diariamente os trabalhos de investigação. A partir daí, desenvolvia intervenções artísticas, discussões e conversas, nas quais os cientistas participavam.

Dois anos depois, estreou no CNC a peça *MIM – My Inner Mind*, um trabalho “sobre o lembrar e o esquecer, associado a algumas doenças relacionados com o cérebro”, refere Mário

Montenegro, num espectáculo que percorria vários espaços do centro. “Desde essa altura que o centro de neurociências é um parceiro quase permanente”, diz, acrescentando também o exemplo do trabalho desenvolvido com o MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, do qual já resultou igualmente um espectáculo. No entanto, sublinha que a perspectiva da Marionet não é pedagógica: “A nossa abordagem é artística, não é fazer comunicação de ciência. É transformá-la e devolvê-la artisticamente.” Ainda assim, ajuda a criar uma relação. “Só o facto de o público entrar nos sítios, ver onde se fazem as coisas e como é que as coisas funcionam, já há uma aproximação óbvia.”

Aniversário no limbo

Com um historial de apoios intermitentes da DGArtes, e depois de dois anos em que recebeu o apoio bienal na linha dos cruzamentos disciplinares, a Marionet chega aos 20 anos com o futuro incerto. “Esse último apoio, de 2018 e 2019, foi muito importante para darmos um salto, a nível de capacidade de trabalho: pela primeira vez contratámos pessoas para a estrutura a tempo inteiro, tivemos uma actividade muito intensa, arrendámos um espaço. Foi com grande desânimo que nós vimos que a nossa candidatura para os próximos dois anos não tinha sido aprovada”, conta o director artístico.

Desde o início do ano, a companhia recebeu um apoio extraordinário da DGArtes e um apoio pontual da autarquia de Coimbra, mas a sustentabilidade continua comprometida. “Vamos permitindo ter uma base de trabalho, mas não nos dá horizontes”, diz Mário Montenegro.

No espaço que serve de sede à Marionet está o acervo de cem volumes que dá corpo ao Centro de Documentação de Artes Performativas e Ciência, um conjunto de peças teatrais e ensaios sobre o cruzamento entre as duas áreas. A maioria está em inglês ou francês, dada a escassez de publicações do género em Portugal. A ideia, refere o director artístico, é lançar um projecto de tradução colaborativa das obras, para que atinja um público mais vasto. Entre as peças estão *Arcadia*, de Tom Stoppard, *Copenhaga*, de Michael Frayn, ou *The Intelligent Design of Jenny Chow*, de Rolin Jones, já traduzida e levada ao palco pela companhia em 2019.

Peça *A Revolução dos Corpos Celestes*, que amanhã e no domingo é apresentada às 11h



A nossa abordagem é artística, não é fazer comunicação de ciência

Mário Montenegro
Encenador

OMS desaconselha o uso de remdesivir

Rita Robalo Rosa

Não há provas suficientes de que o fármaco melhore a sobrevivência dos doentes com covid-19, conclui grupo da OMS

A Organização Mundial da Saúde (OMS) não aconselha o medicamento antiviral remdesivir a doentes hospitalizados com covid-19, independentemente da sua condição, segundo comunicado divulgado ontem pela OMS.

Especialistas internacionais do Grupo de Desenvolvimento de Orientações da OMS indicam, na edição de hoje da revista *British Medical Journal* (BMJ), que não há provas suficientes de que este medicamento melhore a sobrevivência ou a necessidade de ventilação dos doentes.

Este medicamento tem sido palco de polémicas mundiais: embora alguns estudos digam que pode ter um efeito positivo na recuperação

dos doentes, um grande estudo da OMS (o Solidarity) concluía recentemente que não reduziu a mortalidade e não teve efeitos na ventilação dos doentes nem no tempo de hospitalização.

A recomendação faz parte do tipo de orientações da OMS que está em constante evolução sobre o novo coronavírus. Estas orientações permitem que, em investigações rápidas, como é o caso da covid-19, os investigadores actualizem as indicações previamente aprovadas pela comunidade científica assim que existe mais informação.

A nova recomendação é baseada numa nova análise, que compara os efeitos de vários tratamentos para a covid-19. Este estudo inclui dados de quatro ensaios internacionais aleatórios com cerca de 7000 doentes internados pelo mundo.

Depois de analisados os resultados, os especialistas da OMS concluíram que o remdesivir não tem efeito significativo sobre a mortalidade ou sobre outros resultados importantes



O medicamento que tem estado no centro da polémica

para os doentes, como a necessidade de ventiladores ou o tempo de melhoria clínica.

Segundo a nota de imprensa, as

provas não mostram que o remdesivir tem qualquer benefício; pelo contrário, não há provas científicas baseadas em dados actualmente disponíveis que indiquem uma melhor resposta dos doentes à covid-19 provocada pelo SARS-CoV-2.

Dada a possibilidade de grandes danos e o custo relativamente elevado associados ao remdesivir (deve ser dado por via intravenosa), os peritos desaconselham assim a sua recomendação. Ainda assim, apoiam a continuação de estudos com o remdesivir, para se avaliar melhor a eficácia deste medicamento.

O que fazer às encomendas?

Também na revista *BMJ*, o jornalista norte-americano Jeremy Hsu publica um artigo em que questiona o que vai acontecer agora ao remdesivir na pandemia, uma vez que é improvável que salve vidas. A história completa do medicamento só será conhecida quando o fabricante Gilead divulgar os relatórios completos dos ensaios clínicos, escreve Jeremy Hsu, mas

tudo depende de estudos futuros que avaliem a eficácia do tratamento.

O jornalista indica ainda que há uma alternativa: o barato e facilmente disponível dexametasona, que provou reduzir a mortalidade entre os doentes graves de covid-19. Este medicamento está a ter impacto nas discussões sobre a relação custo-eficácia do remdesivir.

Em Portugal, no início do mês, foi publicada, em *Diário da República*, a resolução do Governo de comprar cem mil frascos do remdesivir, para tratamento de doentes com covid-19, permitindo gastos até 20 milhões de euros ainda em 2020, segundo noticiou a agência Lusa. A ministra da Saúde, Marta Temido, tinha já anunciado a compra a 22 de Outubro, referindo que a Direcção-Geral da Saúde ia adquirir esse número de frascos entre Outubro deste ano e Março de 2021. Na altura, a ministra explicou que “a aquisição de mais de cem mil frascos” terá um custo total de cerca de 35 milhões de euros”, uma vez que cada um custa 345 euros.

PUBLICIDADE

ISABEL STILWELL E ANA STILWELL

BIRRAS DE MÃE

AGORA EM LIVRO!

Mãe e Filha falam de birras e mal-entendidos, de raivas e perplexidade, e dos conflitos de geração em redor da educação.

Apoios:

LRIAGE
EAU THERMALE

VITACRESS
Naturalmente

LIVROS
HORIZONTE



www.livroshorizonte.pt   @birrasdemae

Cultura O relatório de estágio de um Pritzker, 40 anos depois

Retrato do arquitecto Eduardo Souto de Moura quando jovem

Casa da Arquitectura edita o documento com que o autor do Estádio de Braga completou o curso nas Belas Artes. “É um gosto tê-lo entre mãos”, diz o próprio

Sérgio C. Andrade

O título, escrito sobre uma BD a representar o autor desenhando sobre a sua mesa de trabalho, não podia ser mais enganadoramente descritivo – *Relatório de Estágio de Arquitectura*. Logo abaixo, o subtítulo, *Linha de terra de Eduardo Souto de Moura*, seguido de um extenso índice – tudo manuscrito, e a preto e branco –, guia o leitor pelo percurso académico do então jovem aspirante a arquitecto e professor de Arquitectura.

Quarenta anos depois, este relatório – que, descobrir-se-á, é bem mais do que isso: é todo um projecto de futuro –, desencantado no arquivo do arquitecto, onde se mantinha guardado numa velha pasta de platex, vê-se publicado pela Casa da Arquitectura numa edição dupla (juntando o fac-símile do original e a transcrição dos textos) com grafismo do estúdio R2. O lançamento, *online*, decorrerá amanhã no âmbito do programa com que a instituição sediada em Matosinhos está a assinalar o seu terceiro aniversário, e simultaneamente o primeiro aniversário da exposição *Souto de Moura – Memória, Projectos, Obras*, prolongada até 7 de Março de 2021.

A obra do arquitecto é, de resto, o tema do debate que, às 21h de hoje, e com transmissão em *streaming*, o juntará ao cientista Sobrinho Simões e ao banqueiro Artur Santos Silva.

“A publicação do relatório foi uma ideia do Nuno Graça Moura [co-curador, com Francesco Dal Co, da exposição], que o achou uma coisa fora da corrente”, explica o arquitecto ao PÚBLICO. Souto de Moura admite que é um “gosto” voltar a ter este seu trabalho entre as mãos, mesmo se, na sua nota introdutória, escreve que “não é um gosto recordá-lo”.

“Foram tempos muito atribulados”, diz, recordando entre risos que

escreveu o relatório em 1980, “num mês, quando estava a fazer a recruta do serviço militar no agora famoso quartel de Tancos”. Quando toda a gente “ia à noite beber uns copos e para a borgia”, o jovem arquitecto ficava na caserna a escrever e a colar imagens, desenhos, fotocópias, citações, relatando a sua experiência de seis anos como estudante de Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto, onde viveu intensamente o pós-25 de Abril. “A escola estava a viver um período de transição. Ninguém sabia o que era a Arquitectura, nem o que se devia ensinar: se para mudar a sociedade era preciso mudar a Arquitectura, ou se a sociedade se ia mudando através da Arquitectura”, conta Souto de Moura, realçando o lado aventureiro dessa época de todas as dúvidas em que se discutiam os estruturalismos, os marxismos, as semiologias e lembrando docentes como Lixa Filgueiras, Alberto Carneiro e Fernando Távora, “um professor cultíssimo, que deu a volta ao mundo, a contar histórias que ninguém ousava imaginar”.

Dessa época também haveria de reter Álvaro Siza – “O Siza”, como escreve no relatório –, em cujo escritório trabalhara entre 1975 e 1979 (nomeadamente nos projectos SAAL da Bouça e de S. Victor), e a quem se refere várias vezes: “O que mais me impressiona nele não é a ‘facilidade’, a ‘mão’ que por vezes lhe atribuem, mas a sua capacidade de trabalho, a obsessão, o ‘tempo’ das coisas necessário para chegar a uma forma sempre em devir”, escreverá junto a um desenho do projecto para a Associação de Moradores da Bouça.

Neste relatório que teve de cumprir também para aceder ao lugar de professor assis-



A edição agora lançada, com grafismo do atelier R2, junta o fac-símile do manuscrito original e a sua transcrição

tente de Arquitectura, é possível ficar a conhecer um percurso de trabalho então já longo – o único projecto que tinha avançado para construção, o Mercado de Braga (1979), fora-lhe passado pelo seu professor de Urbanismo, Manuel Fernandes de Sá –, mas também as viagens e as inquietações do jovem arquitecto.

A lista de projectos visitados nestas páginas inclui habitações, escolas e espaços urbanos para Vila Real, Ron-

fe, Esposende, Paços de Ferreira ou São João da Madeira. Mas também um Monumento a Humberto Delgado a implantar na Avenida dos Aliados, no Porto, e até o desenho de mobiliário de quarto. Por ali passam também viagens e seminários como aquele em que conheceu Aldo Rossi, cujo artigo *Arquitectura para Museus* é inspiração assumida. E citações de autores iriam acompanhá-lo pela vida fora, como Pessoa e Herberto, Borges, Henry Miller, Joyce... “Recorro muitas vezes a citações porque escuso de me matar a escrever uma coisa que outros já disseram melhor; além de que os escritores são mais lúcidos a explicar o acto da criação do que os arquitectos, que são muitas vezes atabalhoados”, justifica Souto de Moura.

O arquitecto acabaria por ver o seu trabalho classificado com 18 valores. Mas o relatório “não foi bem recebido e houve bastante discussão dentro do júri”. “Acharam que o facto de ser escrito à mão era uma snobeira. Tentei explicar que, em Tancos, não tinha máquina de escrever”, recorda Souto de Moura, admitindo, contudo, que decidiu não mandar dactilografar o relatório porque se foi acomodando, e passou a “sentir algum carinho por aquele trabalho assim artesanal”.

Como *Epílogo*, já em Lisboa, onde foi cumprir o resto da sua vida militar, Souto de Moura escreveu, com data de 1 de Outubro de 1980: “É costume, mas, para já, não há.” As décadas seguintes demonstraram que passaria a haver.

Booker para Douglas Stuart pelo romance de estreia *Shuggie Bain*

Luis Miguel Queirós

A história de um rapaz gay com uma mãe alcoólica na dura Glasgow dos anos 1980 saiu vencedora da edição 2020 do prémio

Douglas Stuart, um escritor escocês radicado em Nova Iorque, tornou-se ontem o vencedor do prémio Booker de 2020 com o seu romance de estreia, *Shuggie Bain*, relato fortemente autobiográfico da vida de um rapaz homossexual com uma mãe alcoólica na Glasgow da década de 1980.

Anunciado perto das 20h pela presidente do júri, a editora Margaret Busby, numa cerimónia transmitida em *streaming* a partir da sala de espectáculos Round House, em Londres, o vencedor desta 52.ª edição do prémio reagiu em directo, confessando o seu espanto por ter sido escolhido e agradecendo à mãe, que morreu quando era ainda criança: “Ela está em cada página deste livro, e sem ela nem eu nem o meu trabalho estaríamos aqui.”

E quando o apresentador lhe perguntou se já havia outro livro a caminho, depois desta fulgurante estreia, talvez não estivesse à espera da resposta: não está a caminho, está pronto a publicar, garantiu o autor, explicando que vinha trabalhando em ambas as obras há uma dúzia de anos.

Depois de o prémio, no valor de



GONZALO MARROQUIN/PATRICK MCMULLAN/GETTY IMAGES

Douglas Stuart é escocês mas está radicado em Nova Iorque

“A minha mãe está em cada página deste livro e sem ela nem eu nem o meu trabalho estaríamos aqui”, afirmou Douglas Stuart

50 mil libras (cerca de 56 mil euros), ter sido dividido em 2019 entre duas escritoras, Margaret Atwood e Bernardine Evaristo, as surpresas deste ano começaram logo com a *shortlist* de seis romances destacados pelo júri, que deixou de fora a veterana Hilary Mantel e incluiu quatro livros de estreia. Entre os finalistas havia quatro mulheres, três das quais negras, e dois autores *gay*, um deles também negro. Uma

diversidade muito comentada na imprensa, e que a presidente do júri saudou, mas acrescentando: “Quando a diversidade for uma coisa normal, deixará de ser discutida.”

Os restantes cinco finalistas eram três americanos – Diane Cook, Avni Doshi e Brandon Taylor –, a etíope Maaza Mengiste e Tsitsi Danga-rembga, do Zimbábue, que ontem pôde participar na sessão de anúncio do prémio, por videoconferência, mas que ainda recentemente estava detida no seu país por ter participado em manifestações de protesto contra a corrupção do regime.

Pedindo aos espectadores que assistiam à sessão que não deixassem de ler as seis obras que chegaram à *shortlist* – “todas elas farão parte da minha vida para sempre” –, Margaret Busby descreveu *Shuggie Bain* como “um retrato comovente, imersivo e matizado de um universo social fechado e dos seus habitantes e respectivos valores”. Considerando-o “um livro difícil de esquecer”, a presidente do júri – que integrou ainda os escritores Lee Child, Sameer Rahim, Lemn Sissay e Emily Wilson – descreveu ainda a obra de estreia de Douglas Stuart como “uma história de partir o coração que conta o amor incondicional entre Agnes Bain, a mergulhar no alcoolismo por causa das duras circunstâncias que a vida lhe impôs, e o seu filho mais novo”.

Há falhas no pagamento de espectáculos cancelados

Ação Cooperativista encaminhou denúncias de incumprimento para a Inspeção-Geral das Actividades Culturais

O grupo Acção Cooperativista revelou ontem que muitos espectáculos cancelados ou reagendados devido à pandemia não estão a ser pagos pelas instituições públicas conforme a lei, e que enviou as denúncias de incumprimento ao organismo competente, a Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

As falhas foram detectadas no âmbito de um inquérito sobre o cumprimento do decreto-lei relativo ao “compromisso legal de pagamentos de espectáculos cancelados e/ou reagendados” face à pandemia”. A iniciativa visava também detectar outras situações de “falta de ética profissional e afastamento das boas práticas” em instituições públicas ou com financiamento público.

As respostas revelam que muitas autarquias “não cumpriram no primeiro período da crise pandémica as suas responsabilidades e compromissos contratuais, uma situação que nem a lei dos cancelamentos/reagendamentos veio amenizar”. “Os serviços encontram argumento atrás de argumento para protelar os pagamentos da parcela relativa à data prevista dos espectáculos e não estão genuinamente empenhados nos reagendamentos”, denuncia a Acção Cooperativista. Em alguns casos, a pandemia foi mesmo “utilizada como forma de afastar projectos e protelar os pagamentos”.

A zona com mais casos de incumprimento é a Área Metropolitana do Porto, mas foram identificadas falhas em 24 autarquias distribuídas pelo país. Outros 26 casos dizem respeito a “teatros municipais ou mesmo nacionais, e outras instituições financiadas por dinheiros públicos”.

A Acção Cooperativista nota ainda que “os trabalhadores da cultura são extremamente cautelosos na denúncia das instituições, ocultando quase sempre o seu nome”. Em causa, diz a associação, estará o receio de “que a simples exigência do cumprimento de um contrato” possa inviabilizar que voltem a ser contratados.

Também as comunidades intermunicipais parecem não ter “mecanismos de protecção dos projectos e dos trabalhadores da cultura que contratam, estando inteiramente dependentes da boa vontade dos municípios”, denuncia a Acção Cooperativista. **Lusa**

Profissionais das artes poderão aceder a subsídio de desemprego após seis meses de trabalho

Daniel Dias

O Governo quer reduzir de um ano para seis meses o tempo de trabalho necessário para que os trabalhadores da cultura possam aceder ao subsídio de desemprego. A informação foi avançada pela Associação Portuguesa de Realizadores (APR) e pela Plateia – Associação de Profissionais das Artes Cénicas, após mais uma reunião com o Ministério da Cultura em torno da proposta de estatuto do trabalhador intermitente das artes.

A Plateia alerta, porém, que se “a contabilização dos dias de trabalho é evidente para os trabalhadores com contrato, o mesmo não acontece com os trabalhadores indepen-

dentos”. A associação lembra que actualmente estes podem aceder “a um subsídio por cessação de actividade apenas na condição de passarem mais de 50% do valor dos seus recibos de um ano para uma mesma entidade e se cumprirem os prazos de garantia em vigor”. “As condições são de tal forma restritivas que, num universo de mais de 300 mil trabalhadores independentes, apenas 400 pessoas conseguiram usufruir desta prestação em 2020”, nota em comunicado.

A Plateia acrescenta ainda que no que diz respeito às questões laborais a actual proposta “não traz grandes novidades quanto àquilo que já existia quer no Código do Trabalho, quer ao abrigo da Lei 4/2008”. “Que



Precariedade domina no sector

mecanismos prevê o Governo criar para que se realizem contratos de trabalho e como irá impedir a continuação da prática generalizada da utilização dos falsos recibos verdes?”, pergunta a associação.

Na próxima reunião, a APR proporrá, por sua vez, que o “acesso a apoios estatais” passe a depender do “respeito do Código de Trabalho” e que seja obrigatório justificar o recurso ao recibo verde, sugerindo que “o Estado dê o exemplo com 0% de precariedade na função pública”.

O estatuto do profissional das artes, reivindicação antiga de um sector marcado pela precariedade e pela intermitência, consta das Grandes Opções do Plano para 2021.

Cultura

Valete regressa para perguntar: “Quantos George Floyds já tivemos em Portugal?”

Rodrigo Nogueira

O rapper da Damaia lança hoje cinco novos temas. Num deles, *Rua do Poço dos Negros*, atira aos “fascistas” que estão no Parlamento

O novo lançamento de Valete não é um EP, sublinha o rapper da Damaia. São só cinco temas (e respectivos telediscos) que saem hoje, sem pré-aviso. *Olimpo, Viaja, Ilha de Honshu, Rua do Poço dos Negros e Indústria dos sonhos*, que nem têm bem um nome de conjunto, muito menos uma ordem pensada, foram idealizados durante um confinamento auto-imposto que Keidje Lima levou a cabo entre Junho e Julho. “Estive mesmo só a criar e a cada semana ia sentido coisas muito diferentes. Sofro de ansiedade e tinha momentos de ansiedade extrema. Na semana seguinte estava mais calmo, cheio de esperança, e depois voltava à escuridão outra vez”, explica ao telefone com o PÚBLICO.

O rapper da Damaia sente que está a “começar agora”. Quer fazer canções que valham por elas próprias,

não só pelo que é dito. “Até hoje, para gostares de Valete, tinhas de perceber o que o Valete estava a dizer”, resume. Conta a história dos seus vizinhos de cima, ucranianos que, fãs de rap mas sem domínio suficiente do português para descodificar as letras, “não gostaram” da sua música. “Quero fazer canções cada vez melhores, quero fazer com que os meus vizinhos gostem mais. Creio que com estes sons, não todos, já consigo”, diz. “Quando no final desta década fizeres uma lista de canções favoritas, quero que tenha lá sons meus”, continua. “Quero mostrar que o rap é das artes musicais mais fascinantes, complexas e completas”, insiste ainda, sublinhando porém a vontade de “continuar a ser o Valete reflexivo e letrista”. “Isso vai morrer comigo.”

Mesmo que estes cinco novos temas não configurem sequer um EP, quer queira quer não Valete não lança nada desta magnitude a solo desde 2006. E por isso este não-EP poderá ser visto como o sucessor de *Serviço Público*, o último álbum, editado nesse ano. A ideia desagradou profundamente: “Isso é péssimo. Não podes parar tanto tempo para

oferecer isto. Quero que as pessoas entendam isto como um aperitivo, um Valete mais preocupado com a coisa da canção”, resume. “Por isso é que não vai existir versão física”, menciona.

Este tipo de abordagem, de fazer *singles* e vídeos, culminará depois numa compilação deles, finalmente o terceiro disco de Valete, em que figurarão alguns destes cinco temas. “Alguém que é letrista, como eu, o Chullage ou o Sam The Kid, perde muito tempo na escrita. Precisamos de parar dois, três anos para fazer um disco. Em Portugal isso é impossível, não consegues ganhar dinheiro suficiente. A única solução é esta, um álbum em movimento”, confessa. “Agora lancei cinco, daqui a uns meses lanço três ou quatro.”

Portugal, o poço dos negros

Rua do Poço dos Negros é rap incendiário e urgente. “É a mais Valete”, confessa. Nela, o rapper pergunta: “Quantos George Floyds já tivemos em Portugal?” Refere o que aconteceu neste Verão, os protestos *Black Lives Matter* que chegaram até cá após a mediação de casos de brutalidade racista nos Estados Unidos.

Cinco temas, muitos convidados

Valete chamou vários convidados para estes novos temas. Nos instrumentais há DJ Link, Andrezzo, e o colectivo de produtores de Baghira, que não é creditado porque Valete não consegue contactá-lo. “Não sei especificamente quem fez, nem há um nome para a crew.” Nas vozes, além de estrofes de X-Tense e Phoenix RDC, aparecem nomes como Dino D’Santiago, NBC, Mia, Loromance, Virgul, Lila ou Sérgio Mota. A pós-produção é de Charlie Beats e a direcção musical é do próprio Valete, algo que este acha ser “pouco valorizado em Portugal”, apesar de ser “o mais importante”. “Tu sabes o que é que vai entrar a seguir, onde é o refrão, tirar o baixo, mudar o instrumental, isso é que faz a canção”, diz.

“É muito mais *sexy* um morto filmado na América do que um morto filmado na Cova da Moura. Tenho perfeita noção disso”, comenta, sugerindo que houve muito aproveitamento do caso. “Pouco mudou, mas acredito que as coisas possam ser diferentes daqui para a frente, até porque a polícia sabe que casos como o do [rapper] Snake terão necessariamente, em 2020, outro mediatismo”, diz, mencionando a morte de Nuno Rodrigues às mãos da polícia em 2010.

Na canção, afirma também: “Não vamos fingir que o André é o único fascista no Parlamento.” “Muito do discurso do Chega, André Ventura já o tinha no PSD. Outros autarcas de partidos que sempre estiveram no Parlamento, como o CDS-PP, já tiveram um discurso muito parecido. E agora vês o PSD a fazer uma aproximação tranquilíssima ao Chega, e acredito que outros também o farão. Há pessoas no Parlamento com inclinação fascista e há muita gente a quem não faz confusão essa aproximação”, explica. “É preciso falar disto com profundidade, debater isto, principalmente entre os brancos portugueses”, continua. “Se formos só nós, pretos, a reivindicar a queda de algumas estátuas, a dizer que Portugal não pode ter centenas e centenas de ruas com nomes de escravocratas, não vamos conseguir. Os alemães não têm ruas com nomes de nazis. Portugal também tem de fazer essa revisão histórica”, defende.

No mesmo tema, Valete proclama ainda: “Beyoncé não, eu quero é Joacine.” “Gosto muito do caminho que a Beyoncé está a fazer, cada vez mais afrocêntrico, mas muitos heróis negros foram escolhidos para nós, não por nós. É uma tática do opressor. Deixem-nos escolher os nossos heróis. Martin Luther King é um pilar da luta dos negros, mas eu só conheci Angela Davis quando andei a escavar. Ninguém me falou dela na televisão, na escola”, explica. Quanto à referência a Joacine Katar Moreira, é “uma mulher que até dentro da comunidade negra é muito criticada”. “Não conseguem perceber a importância que ela tem no Parlamento. Esteve a levar pancada em público durante semanas e não tens uma comunidade negra que faça a defesa dos seus. Há muita coisa que ela faz de que não gosto, mas conheço as intenções e o caminho é o mesmo. Ela vai cair, provavelmente, nas próximas legislativas. O que é que estamos a fazer para que isso não aconteça? Nada!”



Os novos temas de Valete resultam de um confinamento auto-imposto no Verão



Mulher Maravilha 1984 tinha como missão repetir o feito de bilheteira do anterior Mulher Maravilha

O streaming também será o destino do último blockbuster deste ano

Joana Amaral Cardoso

Nos Estados Unidos, *Mulher Maravilha 1984* chegará em simultâneo aos cinemas abertos e à HBO Max. Por cá, a estreia será em sala

Mulher Maravilha 1984, o último blockbuster de um ano arrasador para a indústria do cinema, vai estreiar-se em simultâneo no dia de Natal nas salas que estiverem abertas nos Estados Unidos e na plataforma HBO Max. Em Portugal, a estreia continua marcada para 23 de Dezembro, confirmou ao PÚBLICO a distribuidora Nos Lusomundo Audiovisuais.

Há semanas que se especulava que o streaming seria o destino da sequência do êxito *Mulher Maravilha* (695 milhões de euros de vendas de bilhetes em todo o mundo), e a confirmação surgiu anteontem através de um comunicado do estúdio Warner Brothers Pictures em que se detalha também que o filme da super-heroína da DC Comics, com realização de Patty Jenkins, ficará disponível para estreia internacional em sala uma semana mais cedo, a 16 de Dezembro. Para já, a data portuguesa não sofre alterações, mas estará sempre sujeita aos condicionalismos determinados pelo combate à pandemia – que na última semana motivou encerramentos parciais ou totais em cinemas de todo o país devido ao recolher obrigatório decretado pelo Governo.

Num ano em que todas as grandes estreias de Hollywood foram sendo empurradas para o streaming ou proteladas para um futuro que se espera mais auspicioso – à exceção de *Tenet*, de Christopher Nolan, que acabou mesmo por chegar aos cinemas no final de Agosto –, *Mulher Maravilha 1984* era a última esperança de lucro da Warner, que também produziu o filme de ficção científica de Nolan e cujo grupo detém o canal HBO e suas plataformas de streaming. *Tenet* fez uma receita global de bilheteira de 298 milhões de euros, dos quais 889 mil euros resultam da venda de bilhetes em Portugal, onde é o quarto filme mais visto de 2020.

“Nestes tempos sem precedentes, temos de ser inovadores na forma como mantemos o nosso negócio em movimento e continuamos a servir os fãs”, justifica Ann Sarnoff, presidente

“**Se acabarmos com isto, não será reversível. Podemos perder as idas ao cinema para sempre**”

Patty Jenkins
Realizadora

do Warner Media Studios and Networks Group. Os estúdios estão a seguir um de dois caminhos: ou cancelam estreias e esperam por 2021 para mostrar os filmes em carteira, ou abdicam do período exclusivo de carreira em sala para abrir a porta, após anos de braço-de-ferro com os operadores de streaming, à estreia nas plataformas online. Foi neste contexto que Sarnoff evocou os “parceiros na comunidade de exibição” que estejam em condições de mostrar o filme, comentando ao mesmo tempo que “muitos consumidores não podem voltar às salas devido à pandemia”.

O site IndieWire não tem dúvidas e titula: “A estratégia da Warner Bros para *Mulher Maravilha 1984* é um pontapé nos dentes dos exibidores.” Em Julho, a Universal acordara já com os cinemas AMC a estreia em *video on demand* dos seus filmes meros 17 dias após a chegada às salas; em Novembro, o mesmo grupo acordou com outra cadeia, os Cinemark, uma redução para 31 dias da janela de exibição em sala de filmes cujas receitas de estreia ultrapassem os 50 milhões de dólares – embora só preveja a passagem destes títulos para *video on demand premium*.

Patty Jenkins, que já viu *Mulher Maravilha 1984* falhar a estreia inicialmente prevista para Junho, disse há dias à Reuters que o negócio da exibição corre risco de vida: “Se acabarmos com isto, não será reversível. Podemos perder as idas ao cinema para sempre.”



#CORONAFREE

ACESSO GRATUITO NA 2ª VAGA

QPLAY.PT | APP MEO



M A I S D E E S T R E I A S C O N T E Ú D O S E X C L U S I V O S

LEVOIR



E NO VESTIR SEMPRE AIROSA,
O BRANCO VÊU DA SAUDADE
COBRE O TEU ROSTO LINDA PRINCESA!



SILÊNCIO... QUE SE VAI CONTAR O FADO

COLECÇÃO NOVELA GRÁFICA VI
O MELHOR DA LITERATURA ILUSTRADA

VOL. 14 – AO SOM DO FADO,
DE NICOLAS BARRAL (2020)

Lisboa, 1968. Fernando Pais, um médico que levava uma vida tranquila, é contratado para tratar dos prisioneiros da PIDE após os interrogatórios. Mas, ao ser confrontado com a dura realidade da ditadura, Fernando vai ter de decidir de que lado da barricada quer estar. Uma emotiva e bem documentada novela gráfica sobre Portugal antes do 25 de Abril, *Ao Som do Fado* é uma estreia a vários níveis. Da obra, publicada nesta colecção ainda antes do seu lançamento em França; e de Nicolas Barral como autor completo – depois de uma carreira reconhecida que inclui a cocriação de *Baker Street* e *As Aventuras de Philip e Francis*, ou a sucessão a Tardi na adaptação das aventuras de Nestor Burma.



+10,90€
SÁBADO, 21 NOV
COM O PÚBLICO

EDIÇÃO
EM CAPA DURA
INÉDITA EM
PORTUGUÊS



Todos diferentes, não só no preço

Apple, Samsung e Huawei apresentam novos telemóveis 5G. Entre as novidades estão o iPhone12 mini com ecrã de 5,4 polegadas (829 euros); o dobrável Galaxy Z Fold2 com ecrã “gigante” de 7,6 polegadas (2049 euros); o Mate 40 Pro (1249), o único a chegar a Portugal e sem serviços da Google.

Guia tecnologia

publico.pt/tecnologia

DIOGO VENTURA



Nova linha da Samsung Z Fold2: uma (boa) experiência

“Fechado é um *smartphone*, aberto é um *tablet*.” Este dobrável é o produto mais caro da nova linha da Samsung (2049 euros) e continua luxuoso e experimental, sobretudo por causa do formato dos ecrãs. Há aplicações que não correm bem no 4:3 principal (Instagram e YouTube têm algumas limitações). Tornar este formato um novo padrão é um caminho que continua por fazer, mas uma coisa é certa: o ecrã é extraordinário para ver fotografias ou vídeos captados com o telemóvel e, sobretudo, para ler.

Auriculares da Huawei Óculos para ouvir melhor

Os Huawei X Gentle Monster Eyewear II (350 euros) são auriculares disfarçados de óculos de sol e o produto mais “fora da caixa” a chegar a Portugal neste Outono. Têm dois microfones de silicone escondidos na armação principal que suportam a redução de ruído e auscultadores sobre as hastes dos óculos — trata-se de um formato circum-aural, o que significa que os auriculares ficam em torno do ouvido em vez de no seu interior. Este óculos/auriculares são controlados pelo toque.

Auscultadores Feijões à prova de saltos

Esta novidade da Samsung foi uma surpresa. Os Galaxy Buds Live (150 euros) são muito pequenos e têm um desenho distinto a fazer lembrar um feijão, acomodam-se confortavelmente no ouvido e nunca saem do lugar. Estes auscultadores usam tecnologia Bluetooth 5 — que permite ligação simultânea a mais do que um dispositivo — e têm cancelamento de ruído (pouco eficiente), mas o melhor é mesmo a qualidade do som. Têm seis horas de autonomia e a caixa garante 20 horas.

“Dos telemóveis, o segmento topo de gama foi o menos impactado”

O 5G é um dos grandes destaques dos novos topos de gama. Por agora, serve de pouco em Portugal, já que a atribuição de frequências só vai ocorrer no próximo ano

Karla Pequeno e Pedro Esteves

Mantendo a agenda, a Apple, Huawei e Samsung lançaram todas novas telemóveis topos de gama a meses no final de 2020. Em comum, está o foco no 5G: pela primeira vez, todos os aparelhos são compatíveis com a próxima geração de comunicações móveis (o 5G), que foi criada para dar resposta ao aumento de dispositivos móveis conectados (dos *smartphones* e relógios inteligentes, aos electrodomésticos) permitindo comunicações mais rápidas e com mais aparelhos em simultâneo. Para já, de nada serve o 5G em Portugal (a atribuição de frequências só acontece em 2021), mas, no futuro próximo, as marcas acredi-

tam que será uma mais-valia.

Ao todo, a Apple apresentou quatro modelos do iPhone 12 (o normal, o Pro, o Pro Max e um Mini), a Huawei trouxe três modelos do Huawei Mate 40 (além da versão base há o Pro e o Pro+) e a Samsung apresentou dois novos Galaxy Note e um novo dobrável.

E apesar da pandemia, a procura por estes aparelhos mantém-se. Dados da analista de mercado Counterpoint nota que o mercado global dos telemóveis caiu 4% entre 2019 e 2020, mas que

A Apple lançou no mercado quatro modelos do iPhone 12



o segmento dos aparelhos topo de gama não foi tão afectado.

“Dos telemóveis, o segmento dos aparelhos topo de gama foi o menos impactado”, explica ao PÚBLICO Tina Lu, analista na equipa de pesquisa da Counterpoint. “O segmento de média e baixa gama sofreu um maior impacto, porque a procura diminuiu e ainda assim deixaram de existir unidades suficientes para vender devido ao encerramento de várias fábricas no começo do ano”, continua a especialista.

O motivo de os topos de gama resistirem? “Não sabemos ao certo. A verdade é que com o confina-

mento global existiu uma diminuição do poder de compra, mas as pessoas também estavam a gastar menos dinheiro porque não estavam a sair de casa e, para quem podia, os produtos tecnológicos com ecrãs que permitem uma conexão tornaram-se muito apelativos”, avança Tina Lu. E acrescenta: “Além disso, com os topos de gama, começa a existir um maior interesse nos telemóveis 5G com mais operadores móveis a começarem a falar da tecnologia.”

A retórica dos lados das marcas é similar: as pessoas nunca precisaram tanto de aparelhos que permitissem trabalhar de casa e conectarem-se com quem está longe. Resta saber se vai resultar.

Guia

Cinema

EM ESTREIA

Capitão Fausto em Sol Posto
De Ricardo Oliveira. POR. 2020. 75m. Doc., Musical. M6.

“Sol Posto” é declaradamente um filme-concerto, no sentido em que não há ficção ou grandes momentos documentais de bastidores. Há uma banda a atravessar a noite, com “flashes” dos dias que a antecederam, e a encenar-se para os olhos presentes - que, pormenor fundamental, não são os do público, mas os da câmara.

Gabriel e a Montanha
De Felipe Barbosa. Com João Pedro Zappa, Caroline Abras, Alex Alembé. FRA/BRA. 2017. 131m. Drama. M14.

Em 2009, depois de buscas que duraram semanas, Gabriel Buchmann foi encontrado sem vida no Monte Mulanje (Malawi). Oito anos depois, o realizador Felipe Barbosa, seu amigo, decidiu realizar este filme, onde são recriados os últimos 70 dias de Buchmann. Para tal, consultou notas pessoais e e-mails enviados a amigos e familiares, observou as fotos deixadas na sua máquina fotográfica e seguiu o seu trajecto.

O Nosso Cônsul em Havana
De Francisco Manso. Com Elmano Sancho, Mafalda Banquart, Rodrigo Santos, Jorge Pinto, Luísa Cruz, João Lagarto. POR. 2020. m. Drama. M12.

Em 1872, o escritor José Maria de Eça de Queirós é nomeado cônsul em Havana (Cuba). Enquanto representante máximo do Governo português, um dos principais propósitos que o leva àquele país é resolver um problema humanitário: libertar milhares de trabalhadores de origem chinesa usados como escravos nas plantações de cana-de-açúcar. Mas, para o conseguir, terá de contornar costumes enraizados e enfrentar a fúria de Don Zulueta, um escravocrata habituado a enriquecer às custas da exploração.

EM CARTAZ

Amor Fati
De Cláudia Varejão. POR. 2020. 101m. Doc. M14.

O título vem de uma frase latina ligada aos filósofos estoicos. “Amor fati” significa “o amor ao destino”, a ideia de que tudo o que acontece na



Capitão Fausto em Sol Posto

vida, bom ou mau, acontece por um motivo. Este filme é uma manifestação dessa ideia. Apostando numa abordagem emocional às pessoas que filma, Cláudia Varejão constrói um mosaico para olhar o quotidiano de indivíduos muito diferentes, que se tornam de certa forma parecidos por estarem ligados por algum tipo de amor.

A Linha do Horizonte
De Mikael Marcimain. Com Alexander Dreymon, Allison Williams, Keith David. SUE. 2020. 87m. Thriller. M12.

Sara e Jackson encontram-se num avião monomotor em direcção a uma ilha tropical, onde um casal de amigos irá celebrar o seu casamento. Quando o piloto sofre um ataque cardíaco em pleno voo, a situação transforma-se num pesadelo.

Vivarium - A Tua Casa. Para Sempre

De Lorcan Finnegan. Com Imogen Poots, Danielle Ryan, Jesse Eisenberg. DIN/BEL/CAN/IRL. 2019. 97m.

Em busca de uma

Lista completa de salas e filmes em cartaz em cinecartaz.publico.pt



moradia para comprar, Tom e Gemma contactam um agente imobiliário que os leva a um grande empreendimento de casas idênticas. Mostra-lhes a número nove e desaparece. Atónito, o casal decide ir embora. Contudo, por mais voltas que dêem, os caminhos conduzem-nos àquela casa.

Donzela Guerreira
De Marta Pessoa. Com Anabela Brígida, Dina Félix Costa, Joana Bárcia. POR. 2020. 74m. Drama. M12.

Com realização de Marta Pessoa, este filme segue a donzela guerreira, personagem criada a partir do universo literário de Maria Judite de Carvalho e Irene Lisboa, que é aqui representada pela figura de Emília Monforte.

Um Último Golpe
De Mark Williams. Com Liam Neeson, Kate Walsh, Jai Courtney, Jeffrey Donovan. EUA. 2020. 99m. Drama, Acção, Crime.

Durante anos, Tom fez dos assaltos a bancos a sua forma de vida. Os seus métodos são de tal modo eficazes que nunca deixou qualquer pista que o incriminasse. Mas, quando conhece uma mulher por quem se apaixona, decide mudar de vida e contacta o FBI com a promessa de entregar o dinheiro resultante dos assaltos, se lhe garantirem redução de pena.



Um Último Golpe

As estrelas

P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Amor Fati	★★★★★	★★★★★	—
Listen	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Ninho	—	★★★★★	★★★★★
Notre Dame de Paris	—	★★★★★	★★★★★
On the Rocks	—	★★★★★	★★★★★
O Nosso Cônsul em Havana	●	●	●
Pinóquio	★★★★★	—	★★★★★
Pig-Porco	★★★★★	★★★★★	—
Quatro Contos de Gabriel Abrantes	★★★★★	—	★★★★★
Rebecca	—	●	●
Uma Vida à sua Frente	—	★★★★★	★★★★★

● Mau ★★★★★ Mediocre ★★★★★ Razoável ★★★★★ Bom ★★★★★ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Ao vivo

MÚSICA

Camané & Mário Laginha
LISBOA Centro Cultural de Belém. Dia 20/11 às 19h. 10€ a 23€. M/6

Camané é o convidado da próxima sessão *Há Fado no Cais*. O fadista apresenta uma retrospectiva da sua carreira e chama o pianista Mário Laginha, com quem tem partilhado o palco, para mostrar *Aqui Está-se Sossegado*. O concerto é também transmitido online, no Live Stage da Ticketline, às 21h30 (bilhetes a 6,50€).

TEATRO

O Balcão
PORTO Teatro Nacional São João. De Jean Genet. Enc. Nuno Cardoso. Com Afonso Santos, Ana Brandão, António Afonso Parra, Joana Carvalho, João Melo, Margarida Carvalho, Maria Leite, Mário Santos, Rodrigo Santos e Sérgio Sá Cunha. De 17/11 a 21/11. Terça a sexta, às 19h; sábado, às 10h. 7,50€ a 16€.

Depois de *A Morte de Danton e Castro*, o texto do dramaturgo francês Jean Genet dá corpo à última peça da “trilogia da inauguração” de Nuno Cardoso como director artístico do Teatro Nacional São João. Num cenário de um bordel de luxo, com ares de revolução, habitam a sedução, o erotismo e o desassossego.

A Força do Hábito
COVILHÃ Teatro das Beiras. De Thomas Bernhard. Enc. Nuno Carinhas. Com Fernando Landeira, Roberto Jácome, Sílvia Morais, Susana Gouveia e Tiago Moreira. De 20/11 a 27/11. Quarta a sexta, às 20h45; sábado e domingo, às 11h. 6€. M/12. Duração: 1h20m.

A 107.ª produção do Teatro das Beiras, com texto de Thomas Bernhard, centra-se no processo de ensaios e criação artística de uma peça, *Quinteto da Truta*, em que o director leva os artistas ao limite com a repetição de cenas e a procura pela perfeição. A encenação é de Nuno Carinhas.

Maria, A Mãe
LISBOA Teatro da Trindade - Sala Estúdio. Enc. Elmano Sancho.

Em destaque



InShadow 2020 - Lisbon Screendance Festival

A 12.ª edição do festival movido pelo encontro entre a dança e o cinema, e promovido pela Vo'Arte, leva filmes, performances, instalações, exposições e conversas a vários espaços. José Carlos Neves, João Trindade, Joana Craveiro e Ana Vitória são alguns dos convocados, num programa que presta ainda homenagem ao bailarino e coreógrafo Jorge Salavisa. LISBOA Teatro do Bairro, Cinemateca, Museu da Marioneta, outros. De 20/11 a 13/12.

Com Custódia Gallego, Elmano Sancho, João Gaspar e Lucília Raimundo. De 12/11 a 20/12. Quarta a domingo, às 19h (exc. 21 e 22/11). 9€ a 12€. M/16

Inspirado nas memórias dos oratórios portáteis - pequenas caixas de madeira com a imagem da Sagrada Família -, Elmano Sancho cria e encena a primeira parte de uma trilogia dedicada às imperfeições da família. A perda, a solidão, a velhice e a morte são algumas das passagens da narrativa.

A Revolução dos Corpos Celestes
COIMBRA Teatro da Cerca de São Bernardo. Enc. Mário Montenegro. Companhia Marionet. De 19/11 a 22/11. Sexta, às 19h; sábado e domingo, às 11h. 10€. M/12. Duração: 1h

No ano em que comemora o 20.º aniversário, a Marionet regressa à primeira peça do seu currículo, estreada em 2001. Escrita e encenada por Mário Montenegro, liga o teatro à ciência - um tema recorrente no percurso da companhia - pondo em cena o impacto da “evolução do conhecimento sobre a nossa posição no universo”.

Jogos

Jogue também online.
Palavras-cruzadas,
bridge e sudoku em
publico.pt/jogos



Lotaria Popular

6 7 7 2 5

1.º Prémio 75.000€

Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 11.167

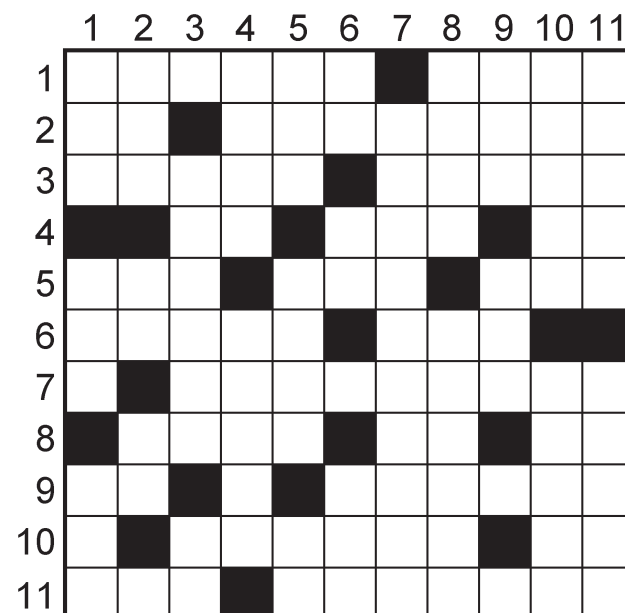
HORIZONTAIS: 1 - Próprio de crianças (hoje assinala-se o Dia Universal dos Direitos da Criança). Doença respiratória. 2 - Centímetro (abrev.). Encravar. 3 - Rajada de estilo. Vaidoso. 4 - Autores (abrev.). Banco Central Europeu. Samário (s. q.). 5 - Um certo. Dá crédito. Corte e triture com os dentes. 6 - Segundo o coordenador da equipa covid-19 do serviço de urgência do Hospital de São João, Nélon Pereira, vai chegar mais tarde e com menor intensidade este ano. Unidade monetária da Moldávia e da Roménia. 7 - António (...), presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. 8 - «A doçura do proveito tira a dor ao (...)». Post-scriptum. Símbolo de miliampere. 9 - Parlamento Europeu. Dei com. 10 - Dolly (...), cantora norte-americana, ajudou a financiar a vacina da Moderna. Sódio (s. q.). 11 - Procedi. Serviram de modelo.

VERTICAIS: 1 - O teste da zaragatoa. Comboio de alta velocidade. Ponta aguçada. 2 - Alguma. Porte. Preposição que designa a posse. 3 - Líquido aquoso produzido na boca. Décima sexta letra do alfabeto grego. 4 - Molha (popular). Fraguado. 5 - O âmago. Erva ceifada e seca para alimento do gado. Relações Públicas. 6 - Long Play. Prefixo (duas vezes). Aperto com nó. 7 - Vão dar lugar a azinheiras, medronheiros e a uma central solar na mina de S. Domingos. 8 - Respire com dificuldade. Instrui. 9 - Senhora (abrev.). Interjeição indicativa do ruído de árvore que desaba. 10 - Francisco (...), realizador da série e filme O Nosso Cônsul em Havana. Delicada. 11 - Fragrância. Abandonem.

Solução do problema anterior

HORIZONTAIS: 1 - Filósofo. 2 - Idem. Buraco. 3 - De. SNS. Grau. 4 - Peal. 5 - Virtual. Mt. 6 - Mateusz. Ear. 7 - Cairo. Om. 8 - Cl. Se. Krebs. 9 - Ena. Zimbral. 10 - Passam. Ás. 11 - Asar. Tanoar.

VERTICAIS: 1 - Fido. Cepa. 2 - Ide. Vacinas. 3 - Le. Fita. Asa. 4 - OMS. Reis. Sr. 5 - Natureza. 6 - Obs. Uso. IMT. 7 - Fu. Paz. Km. 8 - Argel. Orbán. 9 - Rara. Emerso. 10 - Calma. Ba. 11 - Dou. Tresler.



Bridge

João Fanha/Luís A. Teixeira
bridgepublico@gmail.com

Dador: Sul
Vul: NS

NORTE
♠ 107
♥ K10
♦ AQ5
♣ AQ10873

OESTE
♠ Q52
♥ 54
♦ J987
♣ KJ95

ESTE
♠ J984
♥ 732
♦ K104
♣ 642

SUL
♠ AK63
♥ AQJ986
♦ 632
♣ -

Oeste	Norte	Este	Sul
passo	2♣	passo	1♥
passo	2ST	passo	2♠
passo	6♥	Todos passam	4♥

Leilão: Equipas ou partida livre.

Carteio: Saída: 5♥. Qual a melhor forma de cartear este cheleme?

Solução: Segundo fim-de-semana seguido de confinamento obrigatório, não agrada a ninguém mas assim será. O Bridge tem tido um crescimento fantástico nos "clubes virtuais", e isso é de louvar. Um agradecimento especial aos que tem vontade e imaginação de "puxar" outros para jogar e "socializar" online. O jogo de hoje ocorreu durante uma dessas duplicatas organizadas entre amigos, e deu azo a uma diferença volumosa.

Embora o cheleme tenha sido alcançado em ambas as mesas, a saída não fora a mesma. Numa sala a saída foi a um ouro e o carteador teve tempo para cortar

duas espadas no morto, baldar um ouro perdente no Ás de paus e acabar com 12 vazes no fim.

Nesta sala as coisas não decorreram da mesma forma. A saída a trunfo deixou o carteador com uma "perna coxa" quanto a conseguir cortar duas espadas no morto. E, o que fez foi jogar Ás e Rei de espadas e espada cortada, Ás de paus e pau cortado, mais duas voltas de trunfo e um ouro para a Dama. Quando a passagem fálhou, também o contrato tivera o mesmo destino. Haveria melhor a fazer?

Sim. De nada custa testar os paus: 10 de copas, Ás de paus a baldar um ouro, pau cortado. Ás e Rei de espadas e espada cortada e pau cortado. Mais duas voltas de trunfo e... a quarta espada! O adversário em Este faz a vaza, mas está "confinado" a jogar ouros debaixo do seu Rei por não ter outro naipe para jogar!

Nota: melhor ainda será não encaixar o Ás de paus, mas cortar na mesma os dois paus e sair de mão na quarta espada depois de cortar.

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
passo	1♦	1♠	X
	2♥	passo	?

O que marcaria, com a mão seguinte?

♠ Q54 ♥ AJ96 ♦ K3 ♣ J1076

Resposta: Poderá pensar que depois da voz do parceiro, que afirma o fit a copas, que a sua mão passará a valer 12 pontos de honra e distribuição e por isso deverá ainda convidar ao nível de três, mas na verdade isso não é bem assim. A Dama de espadas, porque Este interveio numa espada, de pouco ou nada vale, desvalorize-a e a sua mão passa para os 10 pontos – passe a duas copas!

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 10.108 (Fácil)

				4			5			
2		3		6		8				
	7			9	2		6			
		9		5						
4	8	5	3		7	2	9	6		
				8		3				
	9		1	2			3			
		1		7		5			4	
4				3						

Solução 10.106

9	8	1	2	6	7	5	4	3
3	6	2	4	5	1	8	9	7
5	7	4	8	9	3	2	6	1
8	9	3	6	4	5	7	1	2
6	2	5	7	1	9	3	8	4
1	4	7	3	2	8	6	5	9
7	3	6	9	8	4	1	2	5
2	1	9	5	3	6	4	7	8
4	5	8	1	7	2	9	3	6

Problema 10.109 (Médio)

				3			9			
5					4					
		2	7				6			
	7			4		1				
3			9		8				7	
		9		5			6			
		1			5	8				
			3						2	
8				1						

Solução 10.107

8	9	5	2	4	1	6	7	3
3	2	7	6	9	5	8	4	1
4	6	1	8	3	7	2	5	9
6	7	8	4	1	9	5	3	2
9	5	2	3	7	8	4	1	6
1	4	3	5	2	6	7	9	8
7	3	6	9	5	2	1	8	4
5	8	4	1	6	3	9	2	7
2	1	9	7	8	4	3	6	5

DANÇA

Eurodance

SANTA MARIA DA FEIRA
Cine-Teatro António Lamoso.
De Rogério Nuno Costa.

Dia 20/11 às 19h30. 13€ a 18€

O Ballet Contemporâneo do Norte encerra o 42.º FIMUV - Festival Internacional de Música de Verão com *Eurodance*, coreografia de Rogério Nuno Costa descrita como uma "hecatombe geopolítica e tecno-emocional".

EXPOSIÇÕES

Dilema de Ser e Parecer - O Retrato na Pintura, Fotografia e Escultura (1850-1916)

LISBOA MNAC - Museu do Chiado. De 18/11 a 18/4. Terça a sexta, das 10h às 18h; sábado e domingo, das 10h às 14h e das 15h às 18h. 4,50€

Comissariada por Maria de Aires Silveira e Emília Tavares e organizada em seis núcleos, a exposição aborda a estética do retrato na segunda metade do século XIX, estabelecendo um diálogo entre a pintura, a fotografia e a escultura. A partir do acervo do museu e da colecção do Arquivo de Documentação Fotográfica da DGPC, é traçada a evolução dos modelos artísticos e a transferência de influências entre as diferentes técnicas.

PRÓXIMOS DIAS

Sábado Música Adriana Calcanhotto (Leiria, Teatro José Lúcio da Silva) **Teatro** Os Meus Sentimentos (Porto, Teatro Carlos Alberto) **Dança** Drama (Torres Novas, Teatro Virgínia) **Domingo Música** António Rosado e Orquestra Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Centro Cultural de Belém) **Segunda Teatro** O Punho (Lisboa, Clube Estefânia) **Dança** Coreografia (Lisboa, Teatro Nacional D. Maria II)

ÚLTIMOS DIAS

Teatro Jogo do Fim (Caldas da Rainha, Teatro da Rainha. **Até dia 21**) **Festival** Guimarães Jazz (Guimarães, Centro Cultural Vila Flor. **Até dia 22**); Acordeões do Mundo (Torres Vedras. **Até 22**)

Guia

CANAIS

Marte Ataca!

AXN Movies, 14h30

Os marcianos resolvem vir à Terra. Os humanos ficam entusiasmados, até perceberem que eles tencionam destruir o planeta, por puro divertimento. Jack Nicholson, Glenn Close, Annette Bening, Pierce Brosnan, Sarah Jessica Parker, Danny DeVito, Michael J. Fox e Tom Jones, entre outros, dão vida a esta comédia de acção de Tim Burton.

Bombshell — O Escândalo

TVCine Top, 21h30

Um drama realizado por Jay Roach sobre o escândalo relacionado com Roger Ailes, um dos fundadores do canal norte-americano Fox News, acusado de abuso de poder e assédio sexual a várias colaboradoras. Charlize Theron, Nicole Kidman, Margot Robbie e John Lithgow interpretam as personagens principais. Nota: os canais TVCine estão em sinal aberto durante todo o dia de hoje, amanhã e domingo.

Paixão

AXN, 23h37

Isabelle (Noomi Rapace) e Christine (Rachel McAdams) têm cargos de topo numa multinacional. Isabel sente um fascínio mórbido por Christine. Esta aproveita-se da circunstância para iniciar um jogo de sedução e dominação, dentro e fora do escritório. Quando a primeira acaba na cama com um dos amantes da amiga, começa uma guerra que as empurrará até aos limites da moralidade, onde o controlo troca de mãos e as faz seguir em direcção ao abismo. Com assinatura de Brian de Palma, *Paixão* é um *thriller* erótico na linha de *Vestida para Matar*. É um *remake* do filme francês *Crime d'Amour*, de Alain Corneau.

Fim-de-Semana Alucinante

TVCine Edition, 00h10

Obra de culto de John Boorman, triplamente nomeada para os Óscares. Quatro amigos decidem descer de canoa um rio destinado a desaparecer após a construção de uma barragem. Tudo começa bem, mas logo no segundo dia Ed (Jon Voight) e Bobby (Ned Beatty) são atacados por dois homens no meio da floresta e o segundo é sodomizado. Lewis (Burt Reynolds) apercebe-se do que está a acontecer e intervém, acabando por matar um dos atacantes. Os quatro concordam em enterrar o cadáver e o assunto. Mas não tardam a perceber que a descida será um verdadeiro pesadelo.

Televisão

Os mais vistos da TV

Quarta-feira, 18

		%	Aud.	Share
Nazaré	SIC	13,3	24,8	
Jornal da Noite	SIC	12,1	22,0	
Terra Brava	SIC	11,8	26,0	
O Preço Certo (R)	RTP1	11,0	22,4	
Bem Me Quer	TVI	10,5	20,2	

FONTE: CAEM

RTP1 12,4%

RTP2 0,8

SIC 19,2

TVI 16,5

Cabo 37,6

RTP1

6.30 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **13.00** Jornal da Tarde **14.15** Linha da Frente **14.57** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo **19.09** O Preço Certo

19.54 Direito de Antena

19.59 Telejornal

21.00 Sexta às 9 **21.40** Quem Quer Ser Millionário - Alta Pressão

23.02 Ensaia Comigo...: Tim



23.54 Eléctrico **1.00** Rainhas: Virgem e Mártir **2.40** O Sábio **3.22** Megaincêndios: Porque Ardem as Florestas

SIC

6.00 Edição da Manhã **9.15** Aló Portugal **10.15** Casa Feliz **13.00** Primeiro Jornal **14.55** Rainha das Flores **15.30** Júlia **18.15** Viver a Vida **19.00** Éta Mundo Bom

19.57 Jornal da Noite



21.45 Nazaré

22.15 Terra Brava

23.25 Golpe de Sorte

0.10 Totalmente Demais **1.10** Levanta-te e Ri - Especial 15 Anos **3.00** Investigação Criminal: Los Angeles **3.40** Volante

RTP2

6.32 Repórter África - 2.ª Edição **7.00** Espaço Zig Zag **10.03** Paraíso **10.33** Último Tango em Halifax **11.28** Outra Escola **12.02** Betty Boop para Sempre **12.55** Os Vizinhos Piratas **13.07** Chovem Almôndegas **13.18** Tufão **13.32** A Ilha dos Desafios **13.54** Folha de Sala **14.00** Sociedade Civil **15.02** A Fé dos Homens **15.37** Esec-Tv **16.04** Caçadores de Vulcões

16.58 Espaço Zig Zag

20.31 Locais Sagrados da Terra

21.30 Jornal 2

22.04 Folha de Sala

22.08 A Linha Invisível

22.57 A Vida Invisível **1.12** A Rede **1.46** Sociedade Civil **2.51** Euronews

TVI

6.00 Os Batanetes **6.30** Diário da Manhã **10.15** Você na TV! **13.00** Jornal da Uma **14.55** Destinos Cruzados **16.15** A Tarde É Sua **18.14** Big Brother - A Revolução: Última hora

19.14 Big Brother - A Revolução: Diário

19.57 Jornal das 8

21.47 Bem Me Quer

23.00 Amar Demais



0.00 Big Brother - A Revolução: Extra **2.00** Big Brother - A Revolução: Ligação à casa

2.35 A Outra

TVCINETOP

17.30 Seduz-me Se És Capaz **19.40** After **21.30** Bombshell - O Escândalo **23.20** Raparigas Rebeldes de Paradise Hills **0.55** Convidado de honra

FOX MOVIES

18.14 O Olho do Tigre **19.42** Barb Wire: Bela e Perigosa **21.15** A Arma Perfeita **22.39** Patriota **00.06** Invasão EUA **1.51** Predadores

CANAL HOLLYWOOD

17.00 Harry Potter e o Príncipe Misterioso **19.30** Vigarista à Vista **21.30** Shangai Noon **23.20** Decisão de Risco **1.35** Vida de Crime

AXN

16.56 Gotti - Um Verdadeiro Padrinho Americano **18.43** Mentos Criminosas **20.16** Investigação Criminal **21.05** The Head **22.00** A Casa dos Sonhos **23.37** Paixão **1.24** O Caminho Entre o Bem e o Mal

FOX

17.16 C.S.I. Miami **18.52** Chicago P.D. **20.30** Hawai Força Especial **22.15** O Cavaleiro das Trevas Renasce **1.19** Dia de Treino

DISNEY

17.06 Phineas e Ferb **17.19** Lab Rats **18.03** Anfibilândia **18.25** Cry Babies Magic Tears **18.31** Gravity Falls **19.16** Os Green na Cidade Grande **20.05** Sadie Sparks **20.30** Anfibilândia

DISCOVERY

17.25 Alasca: A Última Fronteira **19.10** Desmontar a História **21.00** Engenharia Abandonada **2.15** Curiosidades da Terra

HISTÓRIA

17.16 Não Identificados **17.56** O Inexplicável **19.18** O Ouro Perdido da II Guerra Mundial **20.37** O Mistério das Pirâmides **22.15** Big Bang **23.43** Viagem a 10.000 A.C. **1.11** A Construção de Um Império

ODISSEIA

17.37 Mundos Inexplorados com Steve Backshall **19.17** Guerreiros do Ar **20.09** As Crónicas de Hitler **21.52** Grandes Mentiras **22.44** A Guerra da Coreia **0.30** Grandes Mentiras

DOCUMENTÁRIOS

Amy

TVCine Edition, 22h

Uma voz inconfundível. Soul nostálgica, alinhada para o século XXI. Cabelo alto e *eyeliner* a compor a *persona*. Vários (pseudo-)escândalos a alimentar a voracidade da imprensa britânica, fossem de dependências ou vida pessoal conturbada. Uma rota de desequilíbrio e decadência que culminaria na notícia da sua morte, a 23 de Julho de 2011, aos 27 anos. Tendo como fio condutor as letras das suas canções, este documentário recorda Amy Winehouse como vítima do próprio sucesso, traçando o retrato de alguém que, apesar da forte personalidade artística, era a fragilidade em pessoa. *Amy* é emitido como parte do especial *Lendas da Música*, em exibição à sexta-feira, até 8 de Janeiro.

The Real Right Stuff

Disney+, streaming

Estreia. A história dos Mercury Seven, os primeiros astronautas americanos no espaço, foi contada no livro de 1979 *The Right Stuff*, de Tom Wolfe, que, quatro anos depois, deu origem ao filme homónimo de Philip Kaufman. Em Outubro, estreou-se uma nova adaptação televisiva a cargo de Mark Lafferty. Este documentário conta a história verdadeira.

SÉRIE

O Colapso

Filmin, streaming

Estreia. Nesta criação do colectivo francês Les Parasites, relevante para os dias que correm, a sociedade colapsa de um dia para o outro. O que é que as pessoas fazem quando tudo o que conheciam desaparece? A série oferece respostas em oito episódios filmados em plano-sequência.

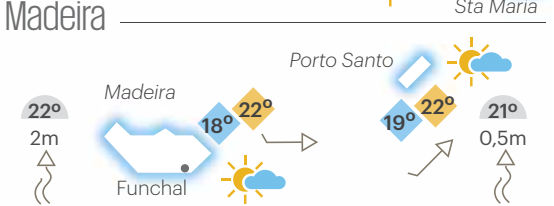
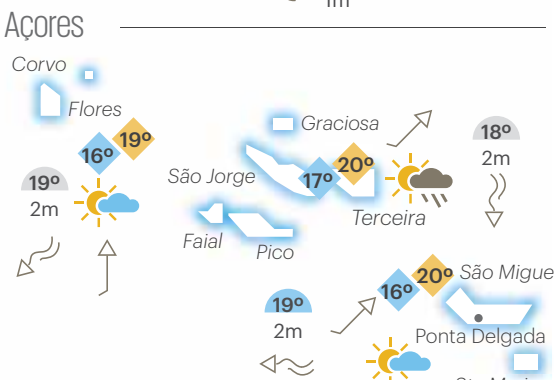
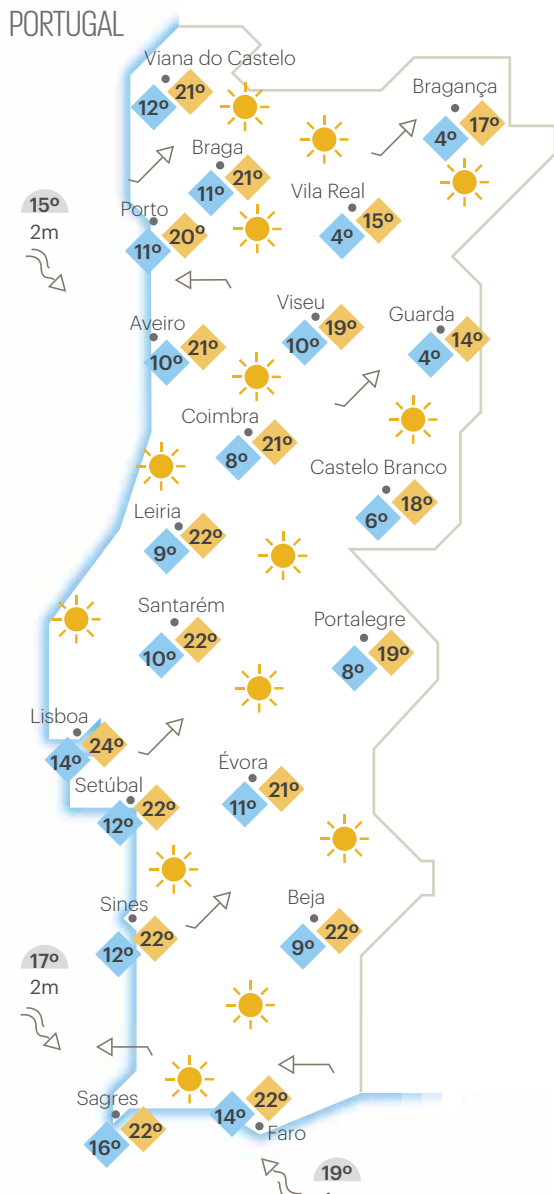
MÚSICA

Eléctrico

RTP1, 23h54

The Legendary Tigerman e Marta Ren são os protagonistas do frente-a-frente ao vivo desta noite. Tigerman (Paulo Furtado) apresenta-se com uma cartilha artilhada de blues-rock. Ren, que em Janeiro esteve em palco com o homem-tigre no arranque da digressão dele, a cantar *These boots were made for walking*, pende mais para soul e funk. *Eléctrico* é apresentado por Henrique Amaro e Vanessa Augusto, com realização de André Tentúgal e curadoria da Antena 3.

Meteorologia

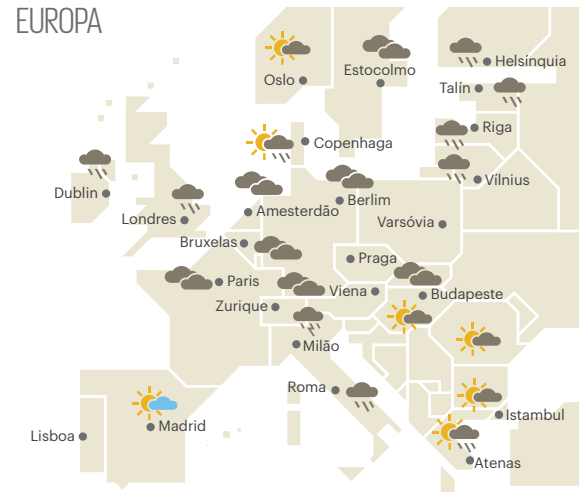
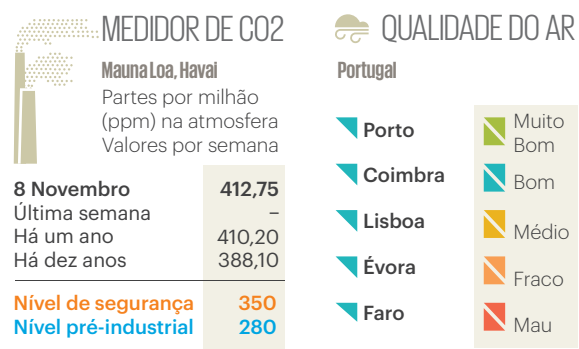


MARÉS				
	Preia-mar	Baixa-mar	*de amanhã	
Leixões	06h19	3,2	06h02	3,1
	12h40	1,0	12h04	1,0
Cascais	05h56	3,2	06h36	2,7
	12h18	1,1	00h30*	1,3
Faro	06h02	3,1	18h36	2,7
	12h04	1,0	00h15*	1,3

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

PRÓXIMOS DIAS LISBOA		
Sábado	12°	19°
Domingo	10°	18°
Segunda-feira	10°	17°

Índice UV: **Médio Fraco** (62%)
 Vento: **Médio Fraco**
 Humidade: **Médio Fraco** (62%)



TEMPERATURAS °C					
	Min.	Máx.			
Amsterdão	6	8	Roma	6	16
Atenas	11	17	Viena	-3	6
Berlim	1	4	Bissau	23	35
Bruxelas	5	6	Buenos Aires	18	23
Bucareste	2	9	Cairo	14	22
Budapeste	-4	8	Caracas	22	30
Copenhaga	3	5	Cid. do Cabo	16	28
Dublin	9	12	Cid. do México	11	21
Estocolmo	-4	4	Dili	23	34
Frankfurt	0	7	Hong Kong	23	30
Genebra	-4	7	Jerusalém	9	16
Istambul	9	13	Los Angeles	12	22
Kiev	-1	2	Luanda	24	29
Londres	9	10	Nova Deli	9	26
Madrid	5	17	Nova Iorque	9	16
Milão	-2	6	Pequim	-1	8
Moscovo	-2	-1	Praia	23	30
Oslo	-1	1	Rio de Janeiro	20	24
Paris	3	7	Riga	2	4
Praga	-3	4	Singapura	26	32

Iniciativas

loja.publico.pt
 lojaonline@publico.pt
 210 111 010/020

CIÊNCIA & CONHECIMENTO - PRIMEIRAS EDIÇÕES FACSIMILADAS - ABELAO MONSTRO

Parceiro principal: **25** 25 ANOS A PROMOVER CONHECIMENTO 1995-2020

Ciência é rigor.

“Eu acredito na intuição e na inspiração. A imaginação é mais importante que o conhecimento.”
Albert Einstein

+6.90€ EM BANCA COM O PÚBLICO

Vol 8
TEORIAS DE EINSTEIN: O PRINCÍPIO DE RELATIVIDADE RESTRITA
 Mário António da Cunha Mora
 1ª edição, 1922

115 anos após a publicação da teoria da Relatividade Restrita (RR) e 105 anos depois da criação da teoria da Relatividade Geral (RG), a teoria de Albert Einstein continua a ser a melhor teoria do campo gravitacional e a sua longevidade explica-se pela grande variedade de fenómenos que prevê. Nesta obra, com uma maestria, cuidado e elegância, quase que só utilizando álgebra e geometria, o autor desenrola as consequências do princípio da RR na sua simultaneidade de fenómenos. Inspirados por Einstein, os físicos podem hoje pôr certas questões sobre o espaço e do tempo, na mira da teoria que sucederá à RG: o que são o espaço e o tempo e donde surgiram? O que há no coração de um buraco negro? O que ocorreu antes do Big Bang? Porque é que a Expansão do Universo está acelerando, em vez de desacelerar? Como conciliar a RG com a Mecânica Quântica?
 prefácio por F. Carvalho Rodrigues / editorial por Paulo Crawfords

Desporto Elite do motociclismo reúne-se a partir de hoje no Algarve

Um ano de alta velocidade para Portugal

Miguel Oliveira faz as honras da casa em Portimão, que em tempos de pandemia acelerou rumo ao futuro com os regressos da Fórmula 1 e do MotoGP

Augusto Bernardino

O Campeonato do Mundo de MotoGP regressa a fundo, já neste fim-de-semana e após oito anos de saudade, a Portugal, na “montanha-russa” do Autódromo Internacional do Algarve (AIA), em Portimão, para uma despedida em grande de 2020. Com o título entregue ao maiorquino Joan Mir, compete a Miguel Oliveira fazer as honras de uma casa sem bancadas, mas de alma e coração repletos graças a uma inédita “colheita” de campeões – seja em duas ou quatro rodas – que este ano deliciou os portugueses.

Com 100 pontos (mais do triplo dos conquistados no ano de estreia na classe-rainha), a encerrar o top 10 e ainda com um par de degraus para poder planar sobre o ranking, o “Falcão” está pronto para fechar com chave de ouro uma época em que chegou, até, a acreditar no “impossível”, o título mundial.

Exactamente o mesmo nível de fé que levou Filipe Albuquerque a vencer as 24 Horas de Le Mans, sem esquecer o Mundial (WEC) e Europeu de Resistência (ELMS) na categoria LMP2. Ou a mesma tenacidade que guiou Félix da Costa à conquista do

Campeonato do Mundo de Fórmula E. Os tais campeões que abalaram as certezas de um país que terá, inevitavelmente, de mudar de velocidade para poder acompanhar os novos tempos de sucesso motorizado.

Em plena pandemia, entre o caos do cancelamento de Grandes Prémios que reduziu o calendário a 14 provas, também o Autódromo Internacional do Algarve deixou o exemplo, emergindo com a aposta no improvável regresso da Fórmula 1 e do MotoGP a território nacional. O AIA posiciona-se, aliás, como circuito de reserva prioritário em 2021 e 2022, apontando a uma integração no calendário dentro de duas épocas.

Agora, é hora de desfrutar, sem abdicar do futuro reescrito pelos novos campeões, depois de uma década de dedicação e sacrifícios. O fim-de-semana é, por excelência, o grande momento de Miguel Oliveira, que se despede da Tech3 para assumir, em 2021, o lugar de Pol Espargaró (7.º) na KTM oficial... ao lado do sul-africano Brad Binder (11.º, a 13 pontos), a principal ameaça ao português, em Portimão.

O momento serve para, aos 25 anos, colocar a carreira em perspectiva, depois da estreia no Campeona-



O autódromo algarvio, que já recebeu neste ano a Fórmula 1, será o circuito prioritário de reserva nas motos em 2021

do Mundo de velocidade (no Qatar) em 2011, na categoria de 125cc, em que garantiu o sétimo lugar no GP de Portugal, no Estoril, prova que sairia de cena no ano seguinte.

Volvida quase uma década, marcada pelos títulos de campeão que escaparam em Moto3 (2015) e Moto2 (2018, respectivamente, por seis e nove pontos, Miguel Oliveira volta a casa com novo estatuto, reforçado por 35 pódios (13 vitórias), o mais alto ainda fresco na memória colectiva,

com a primeira vitória em MotoGP, no GP da Estíria, em Agosto.

“Disputar um Grande Prémio em casa é o suficiente para estar mais motivado. Ainda mais por ser a última corrida da época, numa pista complicada e desconhecida para muitos pilotos e equipas, em termos de especificações”, reconheceu Miguel Oliveira, entusiasmado com a possibilidade de vencer em Portimão.

“Será interessante ver como se desenrola o fim-de-semana, em que

As datas-chave de uma época marcante para o desporto motorizado nacional

24 Julho

Fórmula 1 confirmada. Já corria há semanas nos bastidores que Portugal iria ser contemplado com uma corrida de Fórmula 1 em 2020 e a confirmação chegou no final de Julho. 24 anos depois de os monolugares terem rodado no Estoril, era a vez de Portimão.

9 Agosto

Félix da Costa campeão. Em Berlim, bastou a António Félix da Costa um segundo lugar para se sagrar, pela primeira vez e a duas corridas do fim, campeão do mundo de Fórmula E. Um feito único para Portugal, obtido após uma mudança de equipa.

10 Agosto

MotoGP garantido. Tornava-se oficial a chegada do MotoGP a Portugal. Oito anos depois da última presença no calendário, um circuito nacional voltava à ribalta, com o extra de ser a última corrida da época e, claro, de contar com Miguel Oliveira.



23 Agosto

Triunfo de Oliveira. A primeira vitória de sempre de um piloto português na alta roda do motociclismo de velocidade aconteceu no Grande Prémio da Estíria. Miguel Oliveira fez uma dupla ultrapassagem na última curva que o lançou para a história.



DUARTE DRAGO

O adeus de Crutchlow onde foi campeão

Apesar de nada estar decidido nas categorias de Moto2 — com Enea Bastianini (194 pontos), Sam Lowes (180) e Luca Marini (176) na discussão — e, em especial, em Moto3, com Albert Arenas (170 pontos), Ai Ogura (162) e Tony Arbolino (159) separados por 11 pontos, será a classe-rainha a dominar as atenções.

Na luta de construtores, Suzuki e Ducati (201 pontos) e Yamaha (188) decidem o título entre si; no despique dos pilotos pelo pódio final, a matemática incluiu seis nomes para dois lugares: Pol Espargaró (122), Andrea Dovizioso (125), Fabio Quartararo (125), Maverick Viñales (127), Alex Rins (138) e Franco Morbideli (142).

Longe da discussão está o heptacampeão mundial Valentino Rossi, 15.º da geral, pela primeira vez fora do top 10. Apesar de igualmente arredado de uma posição honrosa, o britânico Cal Crutchlow (Honda) pretende despedir-se com uma vitória — seria a quarta em MotoGP —, quando a Yamaha o anunciou como novo piloto de testes, no lugar de Jorge Lorenzo. Crutchlow lembra que parte em vantagem em relação à maioria, pois conhece como poucos este circuito.

“Portimão é excelente. Já aqui ganhei o Mundial de Supersport em 2009”, recorda, juntando a experiência vivida nas Superbikes. “Conheço este circuito. Não é a mesma coisa que entrar às cegas. É uma prova fantástica e fico feliz por ser a minha última. Para além de ser novo para a maioria, é especial e selectivo”, descreveu, na véspera do primeiro dia de treinos livres.

espero ser competitivo para poder lutar pelas primeiras posições... por um pódio ou pela vitória. Seria o concretizar de um sonho”, assumiu, decidido a repetir o triunfo alcançado no Red Bull Ring.

Um marco na trajectória do piloto de Almada, a levar muitos portugueses a acreditar que poderia, inclusive, imiscuir-se na discussão do título. Uma utopia que é, agora, explicada de uma forma menos absurda: basta tomar como ponto de comparação o

atalho assumido por Joan Mir, que nessa altura tinha apenas mais três pontos do que o português.

De resto, o espanhol, de 23 anos, competiu pela primeira vez em 2018 (em Moto2), com Oliveira, e no ano de estreia de ambos em MotoGP, em 2019, Mir ficou cinco lugares à frente. Mas essa é uma história que pode ser corrigida, especialmente depois de ter ficado claro que os milagres também dependem da fé e da capacidade de ultrapassar todos os obstáculos.

A operação logística

Dos 1000 contentores aos 200 técnicos de *media*

Nuno Sousa

Pôr em marcha um Grande Prémio de MotoGP é uma operação logística tão complexa quanto exigente. Nesta temporada atípica, disputada exclusivamente em território europeu, essa dor de cabeça operacional foi parcialmente minimizada, mas, ainda assim, vale a pena olhar para os contornos dos bastidores do motociclismo de velocidade, com o Moto 2 e o Moto 3 incluídos.

De Valência, sede da anterior corrida do Mundial, até Portimão, o percurso é relativamente curto (cerca de 910 quilómetros) e passível de ser feito integralmente por estrada. Nesse sentido, a missão fica fortemente facilitada quando comparada com viagens transoceânicas, tão comuns nos calendários pré-pandemia de covid-19. De todo o modo, a quantidade de equipamento transportado, por si só, já impressiona.

Na prática, são cerca de 1000 contentores de material, cujo peso total ascende a 360 toneladas e que são distribuídos por 40 camiões — ou, no caso do transporte aéreo, suficientes para encher quatro Boeing 747. Cada moto, por exemplo, ocupa um *container* feito à medida, ao qual é acoplada antes de ser coberta com uma película protectora. Mas o quebra-cabeças torna-se um pouco mais acessível em circunstâncias como as deste ano, em que todo o campeonato ficou adstrito à Europa.

“Temos de estabelecer uma diferença entre as corridas na Europa e as alturas em que vamos para outros continentes. Nas provas europeias, as equipas que têm pista própria deslocam-se por si mesmas”, explicou Carles Jorba, director do departamento de operações da Dorna, empresa promotora do campeonato, ao *site* MotoGP. Nesses casos, a parceria com a IRTA (federação internacional de equipas de corrida) torna-se fundamental.



As motorhomes, uma das imagens de marca do circuito

Ao longo dos anos, a parafernália de equipamento necessária para a participação de cada equipa também foi crescendo. E no início do século o promotor do Mundial sentiu a necessidade de passar a concentrar toda a operação, criando de raiz uma equipa de logística responsável pela movimentação da carga.

“Tínhamos de ser capazes de olhar para o mercado e procurar a melhor solução para cada operação, a melhor oferta, a melhor oportunidade, dependendo do local para onde viajávamos. Esse foi um passo interessante para nós”, afirmou Carles Jorba. “Ao domingo à noite, as equipas deixam-nos 38, 40, 42 contentores e o maior sucesso para nós é, na quarta-feira de manhã, eles abrirem as caixas e verificarem que todo o equipamento está lá”.

Para além do material de competição, a Dorna assegura ainda 140 câmaras para cada transmissão, sendo que só para a gravação e montagem de vídeo existe uma equipa de 200 técnicos. E para cada corrida são, regra geral, 540 os funcionários envolvidos na logística pura.

20 Setembro

Albuquerque, parte I. Aos 35 anos, Filipe Albuquerque tornou-se no primeiro português a ganhar as 24 Horas de Le Mans, na categoria LMP2, proeza a qual juntou o título mundial de resistência (WEC), representando a britânica United Autosports.



11 Outubro

Albuquerque, parte II. Depois do título mundial de resistência, Filipe Albuquerque sagrou-se também vencedor das European Le Mans Series. O triunfo nas 4 Horas de Monza, em Itália, permitiu-lhe fechar a época, no Algarve, já como campeão.

17 Outubro

Título de Superbikes. Uma alteração ao calendário fez do circuito do Estoril o palco da decisão do título mundial de Superbikes. Quem festejou foi o britânico Jonathan Rea (Kawasaki), mas Portugal também voltou a estar em destaque.

25 Outubro

Recorde batido. A Fórmula 1 foi o evento desportivo que mais espectadores concentrou em Portugal em tempo de pandemia. E foram mais de 27.000 os que assistiram *in loco* ao triunfo de Lewis Hamilton e à quebra do recorde de Michael Schumacher.

Desporto

“Vice” da Associação de Agentes demite-se e convida presidente a segui-lo

David Andrade

Em carta enviada a Artur Fernandes, o empresário Pedro Neto acusa o líder da ANAF de não dignificar e honrar a classe

O agente Pedro Neto, que exercia as funções de vice-presidente da Associação Nacional de Agentes de Futebol (ANAF), apresentou ontem a demissão do cargo, alegando que o comportamento de Artur Fernandes, o líder do organismo, “não dignifica e honra a classe”. Numa carta enviada ao presidente da ANAF, Neto justifica a atitude na sequência da notícia avançada pelo PÚBLICO no dia 10 de Novembro, segundo a qual Marcelo, defesa do Paços de Ferreira, reclama ser credor de 74 mil euros do empresário de jogadores. Pedro Neto, um dos agentes envolvidos na transferência do brasileiro do Rio Ave

para o Sporting em 2018, alega ainda que, tal como o defeso, também é “credor” de Artur Fernandes.

Na carta enviada ao presidente da ANAF a que o PÚBLICO teve acesso, Pedro Neto começa por referir que, “como agente e associado da ANAF”, não pode “aceitar nem compactuar com determinados comportamentos” de Artur Fernandes, “que em nada dignificam e honram” a classe.

O empresário sublinha que teve “conhecimento directo dos factos atinentes à transferência do jogador Marcelo, do Rio Ave para o Sporting, por ter sido um dos agentes envolvidos no processo e o agente mandatado para o negócio por parte do atleta e do seu agente à data”. Por esse motivo, dá razão a Marcelo, que apresentou uma queixa em tribunal contra Artur Fernandes por incumprimento de contrato: “Tinha, e tenho, conhecimento da existência do referido acordo entre as partes, bem como dos contratos de comissões



Artur Fernandes

celebrados e respectivos termos e condições. Não preciso de esperar pelo veredicto da justiça para saber de que lado está a verdade.”

Contactado pelo PÚBLICO a 9 de Novembro, o presidente da ANAF disse que “a informação” que tinha

do seu “advogado é de que não há nenhum processo”. “Não sabemos do que se trata. Nem sei a que acórdão de direitos de imagem se refere com esse jogador. Não tenho esse documento”, referiu na altura Artur Fernandes.

Na missiva em que apresenta a sua renúncia de vice-presidente da ANAF, Pedro Neto não se limita, no entanto, a reprovar apenas o comportamento que Fernandes teve com o defeso: “Aliás, à semelhança do que sucede com o jogador Marcelo, também eu continuo credor de quantias que me são devidas por V. Exa., pese embora os montantes a que V. Exa. tinha direito tenham sido integralmente pagos.” Apesar de o agente não referir os valores em causa, o PÚBLICO apurou que Pedro Neto reclama ser credor do presidente da ANAF de um valor superior a 400 mil euros.

Neto detalha igualmente que, por ter sido “durante alguns anos parceiro” de Artur Fernandes “em diversos

negócios”, conheceu, “a expensas próprias, a abordagem muito particular” que o presidente da ANAF “tem sobre parcerias e repartição de ganhos”. “Lamentavelmente, V. Exa. tem recusado, de forma sistemática, todas as minhas tentativas de contacto, pelo que me vejo obrigado a demonstrar em sede própria que fui enganado por V. Exa. Convido-o, inclusivamente, a contestar a veracidade das minhas afirmações tentando acção por difamação, o que pouparia os tribunais nacionais à ignomínia das tentativas frustradas de citação de V. Exa.”, acrescenta.

Por tudo isto, Neto diz que Artur Fernandes “não reúne os requisitos para continuar a representar a classe dos agentes e intermediários, ainda para mais quando investido na condição de embaixador para a Ética no Desporto e número um, em Portugal, de uma das principais empresas de agenciamento mundiais, a Stellar Group”.

Os jovens e o desporto em tempos de pandemia

Opinião



José Manuel Meirim

1. Temos registado trabalhos jornalísticos sobre a prática (?) desportiva por parte dos jovens, por vezes designada por “escalões de formação”.

O *Expresso* de 10 de Outubro dava conta de que a covid-19 afasta jovens atletas dos clubes. Estes vivem em profunda crise porque parte das suas receitas vem precisamente das inscrições dos atletas.

No karaté, a participação é na ordem dos 40% a 50% e estimam-se perdas definitivas para o futuro.

Mais tarde, o *JN*, a 24 de Outubro, adiantava que a situação pandémica está a deixar marcas no futebol de formação, interrompido desde Março e assim permanecendo até à data de hoje.

Enfatiza-se a ansiedade, a frustração nos jovens e credíveis hipóteses de um afastamento definitivo da prática desportiva.

Por sua vez, n’*O Jogo* de 16 de Novembro, procedeu-se a um

inquérito sobre a paragem da formação desportiva, antevendo “talentos perdidos” e outras consequências negativas.

O mesmo jornal dava conta de que o futebol, futsal, andebol, basquetebol, hóquei em patins e voleibol perderam 174.000 inscrições, o que corresponde a uma diminuição em 79% do número de inscrições. Existem 400.000 jovens sem prática desportiva.

Cenários mais negativos apontam para a desistência da prática desportiva na ordem dos 30%.

2. Não se desconhece o melindre da questão e até a razoabilidade de alguns argumentos – basicamente centrados em razões de saúde – desta estagnação. O tema não é, de todo, fácil.

Todavia, as questões permanecem, em boa parte, dependentes da vontade e decisão políticas, da escolha do ramal a seguir quando se chega a Tunes. E aqui chegados, é de apoio financeiro público de que estamos a falar, para que seja possível retirar do marasmo desportivo os jovens deste infeliz país.

Como afirmou Jorge Maia em editorial d’*O Jogo*: não é despesa. É

investimento.

3. Na prática desportiva dos jovens falta o exame: a prova, a competição, o medir que aqui é, ao contrário do que porventura sucede nas escolas, do ponto de vista do jovem praticante, o momento verdadeiramente decisivo.

Pode-se não estudar, não apreciar os testes ou os exames nacionais na escola, no desporto de competição, nada existe, nada motiva, se eles não tiverem lugar.

O retorno, pois, à PlayStation e ao computador.

4. Este panorama não tinha de ser, necessariamente, assim, não é algo de inultrapassável.

Na verdade, se olharmos a Constituição, não é de todo difícil encontrar um discurso bem favorável à prática desportiva dos jovens, alicerçado em diversos – não só um – direitos fundamentais.

Com efeito, ao afirmar, como direito fundamental de todos, o direito ao desporto, o Artigo 79.º, n.º 2, não deixa de referir especialmente as associações desportivas e as escolas, como parceiros necessários dessa incumbência pública.

Por outro lado, a propósito do

direito à protecção da saúde, o Artigo 64.º, n.º 2, alínea b), valoriza de novo o desporto e esses dois parceiros quando estabelece que esse direito também é realizado pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular.

Mais: exuberantemente, o Artigo 70.º (Juventude), n.º 1, alínea d), determina que os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente, na educação física e no desporto.

Mais ainda: no universo dos direitos, liberdades e garantias, o Artigo 26.º, n.º 1, reúne um conjunto de direitos pessoais. Aí ganha espaço o direito ao desenvolvimento da personalidade, que carrega em si, também, a “personalidade desportiva”.

5. Esta narrativa político-jurídica é endereçada aos poderes públicos, ao Estado, regiões autónomas e autarquias locais.

Mas, como sempre, algo que faz parte da natureza dos textos jurídicos deste infeliz país deve estar em grego clássico, porque ninguém o entende.

Professor de Direito do Desporto

Salários continuam em atraso no V. Setúbal

O plantel de Vitória de Setúbal continua a queixar-se de “incumprimento salarial” no clube da série H do Campeonato de Portugal em futebol, segundo um comunicado assinado por jogadores, equipas técnica e médica e *staff*.

Os profissionais do clube, que foi relegado da I Liga ao terceiro escalão do futebol nacional, revelam no documento que o presidente Paulo Rodrigues não cumpriu a promessa dada na reunião de 11 de Novembro com os atletas e o Sindicato dos Jogadores de regularizar um mês de salários, até ao limite de mil euros.

“Infelizmente, até à data, esse pagamento não foi efectuado à totalidade do plantel. Foram poucos os jogadores (e os com vencimentos mais baixos) a receber o referido salário. Numa prova de grande generosidade, carácter e união (...), os jogadores que receberam um vencimento nos últimos dias decidiram partilhar essa verba com os demais colegas, equipa técnica, equipa médica e restante *staff*”, lê-se no texto.

FIFA vai proteger direitos das jogadoras na gravidez

A FIFA anunciou ontem que vai avançar com uma série de medidas que pretendem proteger os direitos das mulheres e impulsionar o futebol feminino. A mais impactante delas tem que ver com a salvaguarda dos direitos em caso de gravidez.

Depois de um ano, o de 2019, em que o futebol feminino conheceu um crescimento acelerado, a FIFA, organismo que rege a modalidade, propõe um pacote de medidas que permitirá às jogadoras o gozo de, pelo menos, 14 semanas de licença de maternidade, remuneradas a dois terços do salário-base, havendo liberdade para as federações nacionais imporem condições mais vantajosas.

“No seguimento do enorme sucesso que foi o Campeonato do Mundo do ano passado, em França, o futebol feminino entrou numa nova fase de afirmação. Temos de adoptar uma moldura regulatória apropriada às necessidades das mulheres,” explicou o presidente da FIFA, Gianni Infantino.

Essa protecção adicional terá efeitos, por exemplo, antes, durante e após o parto. O clube ficará obrigado a reintegrar as jogadoras e a proporcionar-lhes todo o apoio médico e físico necessário no final da baixa por maternidade. E qualquer clube que rescinda o contrato de trabalho com uma futebolista durante a gravidez será obrigado a pagar uma compensação e uma multa, podendo ainda ficar impedido de fazer novas contratações durante um ano.

Este pacote de medidas, que incluiu também a salvaguarda do contrato de trabalho das treinadoras, terá ainda de ser aprovado durante a próxima reunião do Conselho da FIFA, em Dezembro, devendo entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2021.



Jogadoras vão estar mais protegidas

Telma Monteiro a ganhar medalhas há 16 anos

Marco Vaza

Judoca portuguesa perdeu na final de -57kg com a húngara Hedvig Karakas, no primeiro dia dos Europeus de Praga

Começou a ganhar medalhas em Europeus aos 18 anos e continua a fazê-lo aos 34. Telma Monteiro pode ter falhado a conquista de um sexto título europeu de judo, mas acrescentou mais uma medalha ao seu extenso currículo. A judoca portuguesa ficou ontem com a prata, após perder na final de -57kg dos Europeus de Praga frente à húngara Hedvig Karakas. Ainda assim, Telma, 11.ª do ranking mundial da categoria, sai da República Checa com a 14.ª medalha continental da sua carreira.

Já não era a primeira vez que as duas judocas se defrontavam em finais do Europeu. Já tinha acontecido em Baku 2015, com uma vitória da portuguesa, mas desta vez o desfecho foi diferente, num combate longo, com direito a prolongamento e decidido nas penalizações. Depois de quatro minutos sem qualquer pontuação, o combate seguiu para “golden score” e para mais 4m18s em que a húngara beneficiou das três penalizações da portuguesa para ficar com o título.

Este acabou por não ser um dia perfeito para a judoca portuguesa, que tinha brilhado nos combates que a conduziram à final – deixou pelo caminho a holandesa Sanne Verhagen, a polaca Julia Kowalczyk e a sérvia Marica Perisic. A derrota com Karakas foi apenas a segunda sofrida em finais de Europeus, depois de ter perdido em Istambul 2011.

Apesar da derrota na final, Telma Monteiro voltou a provar na República Checa que continua a ser uma judoca de elite 16 anos depois de se ter estreado com apenas 18 nos Europeus de Bucareste em 2004, onde ganhou uma medalha de bronze, o mesmo ano em que também fez a sua estreia olímpica em Atenas.

Com essa primeira medalha em Istambul e esta conquistada em Praga, já são 14 as medalhas em Europeus – cinco de ouro, duas de prata e sete de bronze – da judoca do Benfica, para além de ter conquistado cinco em Mundiais (quatro de prata



Telma Monteiro com a cabeça virada para o chão durante o combate com a húngara Hedvig Karakas na final de -57kg dos Europeus de judo

14.^a

A medalha de prata conquistada ontem por Telma Monteiro na categoria de -57kg nos Europeus de judo foi a sua 14.ª no continente europeu

e uma de bronze) e uma em Jogos Olímpicos (bronze no Rio 2016).

A medalha de Telma Monteiro foi, até ao momento, o ponto alto da participação portuguesa neste Europeu de Praga. Rodrigo Lopes (-60kg), João Crisóstomo (-66kg), Catarina Costa e Raquel Brito (-48kg) e Joana Ramos (-52kg) perderam no combate de estreia, enquanto Sergiu Oleinic (-66kg) e Wilsa Gomes (-57kg) ainda fizeram um segundo combate, no qual acabaram por ceder.

Hoje, competem João Fernando (-73kg), Anri Egutidze e João Martinho (-81kg) e Bárbara Timo e Joana Crisóstomo (-70kg), enquanto, amanhã, último dia da prova, lutam Jorge Fonseca (campeão mundial de -100kg), Yahima Ramirez (-78kg) e Rochele Nunes (+78kg).

Nadal ultrapassa Tsitsipas e avança nas ATP Finals

Pedro Keul

Pela primeira vez desde 2015, Rafael Nadal está de volta às meias-finais das Nitto ATP Finals. O tenista espanhol precisou de duas horas e de assinar uma das suas melhores exibições em *court* rápido coberto para vencer Stefanos Tsitsipas, com a excepção de uma pequena desconcentração no final do segundo *set*.

Tudo parecia encaminhado para uma vitória mais rápida de Nadal, quando o grego, que nos dois encontros anteriores em Londres só tinha cometido uma dupla-falta, acabou por ceder dessa forma o primeiro *break* – quando serviu a 4-4 e enfrentou um *break-point* pela terceira vez no *set*. Nadal agradeceu e manteve a eficácia a servir, cedendo somente cinco pontos em outros tantos jogos de serviço, antes de fechar a partida com dois ases consecutivos.

No segundo *set*, o número dois do ranking continuou a servir eficazmente, cedendo apenas um ponto até... 4-5. A pressão do marcador e de Tsitsipas acabaram por resultar num *break*, assinalado pelo espanhol com a sua primeira dupla-falta no *set-point*.

O terceiro *set* começou de forma inesperada com três *breaks* sucessivos, mas Nadal recuperou o ascendente e tal como nos 70 encontros anteriores em que ganhou o *set* inicial, o espanhol acabou por prevalecer, com os parciais de 6-4, 4-6 e 6-2.

No outro encontro do Grupo Londres 2020, Andrey Rublev (8.º) obteve a sua única vitória da semana ao derrotar o já qualificado Dominic Thiem (3.º), por 6-2, 7-5, para terminar uma época em que subiu ao oitavo posto da hierarquia mundial. “Cheguei ao top-10 pela primeira vez, por isso esta época foi fantástica. É sempre um encontro importante para cada jogador pois podemos ganhar 200 pontos, mais do que estar na final de um ATP 250”, frisou Rublev, que termina 2020 com cinco títulos conquistados e 41 encontros ganhos; só Djokovic, com quatro títulos e 40 vitórias, poderá fazer melhor este ano.

Nas meias-finais, Thiem vai defrontar o vencedor do embate, de hoje, entre Novak Djokovic (1.º) e Alexander Zverev (7.º). “Ambos são antigos campeões deste torneio. O objectivo é encontrar uma grande intensidade no treino de amanhã [hoje] e tentar estar a 100% no sábado, seja quem for o adversário”, adiantou Thiem.

A última jornada do Grupo Tóquio 1970 termina com Medvedev (4.º) a defrontar Diego Schwartzman (9.º).



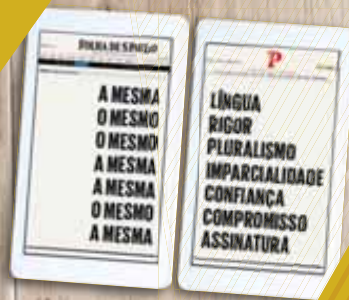
O seu jornal não acaba aqui. Continue para **publico.pt**



ASSINATURA DIGITAL ANUAL | 99,90€



Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no *link* que aparece
OU CONTACTE-NOS
publico.pt/assinaturas | assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)



P + FOLHA DE S PAULO

Fique com o melhor do jornalismo luso-brasileiro numa única assinatura

E se a direita anticolaboracionista tomar partido?

Consoante muda



Rui Tavares

Na segunda-feira, contei-vos a história de Léon Blum, primeiro-ministro da Frente Popular francesa, julgado em tribunal por ter limitado a semana de trabalho às 40 horas e por ter estabelecido 15 dias de férias pagas aos trabalhadores, o que lhe valeu ser deportado para a Alemanha nazi. Poderia ter-vos contado a história de Georges Mandel, que com ele foi enviado para uma casa-prisão à beira do campo de concentração de Buchenwald.

Tirando o facto de serem ambos de origem judaica, tudo separava Blum e Mandel. Blum era de esquerda. Mandel de direita, conservador e liberal. Blum era o líder natural dos socialistas europeus. Mandel era o favorito de Churchill para liderar a França.

E, no entanto, alguma coisa os juntava ali: quando foi o momento de aprovar a entrega dos plenos

poderes ao marechal Pétain para governar a França sob a tutela alemã, Blum e Mandel – ao contrário da grande maioria dos deputados, inclusive dos seus partidos – votaram contra. Um voto inútil na prática, e na verdade perigoso, mas que os honrou. Apesar das suas diferenças, respeitavam-se por isso, embora nunca tivessem esperado que isso acabasse a fazê-los partilhar a mesma casa e o mesmo cativo.

Um dia de 1944 a Gestapo veio buscar Mandel e enviou-o para a França numa troca de reféns. Na transferência entre duas prisões, Mandel foi capturado pela milícia fascista francesa, levado para o bosque de Fontainebleau e assassinado com 16 balas nas costas.

Porque sobreviveu Blum, e não Mandel? Há várias razões – talvez o fim da guerra não tenha permitido dar o mesmo tratamento a Blum – mas uma coisa é certa: a direita colaboracionista francesa detestava ainda mais Mandel, porque Mandel, sendo de direita, lhes lembrava que teria sido possível ser digno. E por ter sido digno e destemido, mesmo quando deveria ter pensado em si, Mandel é hoje quase desconhecido. Churchill e De Gaulle foram heróis e são famosos. Mandel não é famoso, mas não foi menos herói.

Escolho homenageá-lo porque

ANTÓNIO PEDRO SANTOS



quero dizer da minha admiração por quem, sendo de família política oposta à minha, sabe agir certo mesmo quando não é do seu interesse pessoal. E como é mais fácil ir na onda! Estes exemplos dos tempos sombrios falam-nos de gente que arriscou a vida por não cederem à indignidade. Mas servem-nos para comparar com quem nos nossos dias vemos ceder à indignidade pelos motivos mais corriqueiros: a carreira, o sossego e a aprovação dos pares levam a melhor.

Além disso, as pessoas vigiam-se umas às outras, e vêem como são tratados os que se atrevem a esticar

a cabeça. Na semana passada, os autores de um manifesto contra a deriva da direita portuguesa e a sua “amalgama” com a “direita autoritária e iliberal” foram tratados de tolinhos inoportunos. Esta semana, foi penoso ver a solidão a que foi votado Jorge Moreira da Silva por ter escrito no PÚBLICO que não reconhecia o seu PSD e que se tornava necessário um congresso extraordinário do seu partido para discutir as alianças espúrias com a extrema-direita – solidão só quebrada para que sequizes da atual direção o tratassem de tipo que “só quer aparecer”.

Vai ser pior. Uma grande parte da direita portuguesa está inebriada com a ilusão de que descobriram um atalho para o poder. Ao justificado escândalo com uma decisão tática que terá consequências funestas e duradouras para a democracia portuguesa respondem fingindo ofensa e vociferando insultos. E vemos um Rui Rio afirmar que está perto de chegar a primeiro-ministro e alegar que nunca será manietado pela extrema-direita apenas um par de horas depois de o líder da extrema-direita ter voltado a defender a expulsão de uma deputada portuguesa negra para a Guiné-Bissau, sem que passasse

pela cabeça a Rui Rio condenar o hediondo racismo de tais propósitos do seu agora parceiro. A verdade é que Rui Rio já está neste momento condicionado até nos mais ínfimos dos seus posicionamentos pela extrema-direita, cujo líder passará a vida a esticar a corda e a exigir-lhe solidariedade, numa posição que deixa Rui Rio sem condições para ser líder de uma direita europeia digna.

Nesta situação desgraçada em que o país foi metido, o papel da esquerda é limitado, porque a esquerda não pode combater no interior da direita. Só a direita anticolaboracionista pode combater a direita colaboracionista, se não com eficácia, pelo menos com dignidade. Mas para isso vão ter de correr riscos – incluindo, se necessário, o de abandonarem os seus partidos e formarem um novo. Já ficou para trás o território da política normal; os custos da inação são agora mais altos do que os da ação. Nenhum sucesso é garantido a não ser o de preservarem as suas dignidades e talvez, com sorte e muita luta, ainda conseguirem deter a deriva e salvar a honra do convento da direita portuguesa.

Historiador



PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS ©
Direitos de Autor Protegidos



PENSE BEM, PENSE PÚBLICO



Aponte para aqui a câmara ou aplicação do seu telefone e carregue no *link* que aparece

OU CONTACTE-NOS
publico.pt/assinaturas/novonormal
assinaturas@publico.pt
808 200 095 (DIAS ÚTEIS DAS 9H ÀS 18H)

Quando vou poder tomar a vacina?

O mundo precisa de respostas

Confie em quem faz as perguntas certas

